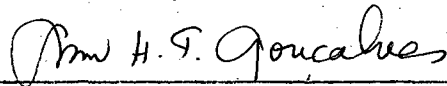


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

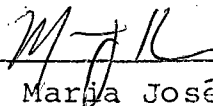
VELHO APOSENTADO - SÍMBOLO DE VIDA

MARIA TEREZINHA SACRAMENTO

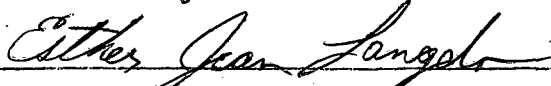
Esta dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora, composta
pelos Professores:



Prof. Lúcia Hisako Takasee Gonçalves



Prof. Maria José Reis



Prof. Ether Jean Langdon

MARIA TEREZINHA DA SILVA SACRAMENTO

VELHO APOSENTADO: SÍMBOLO DE VIDA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE EM ANTROPOLOGIA.

Florianópolis

1989

Aos queridos

Aylton, Júnior, Fellipe

AGRADECIMENTOS

São muitos os que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste Trabalho.

Sou especialmente grata à Orientadora, Prof^a Dra^a Esther Jean Langdon pela sua orientação durante a realização deste Trabalho.

À Prof^a Maria José Reis pela sua disposição, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis no encaminhamento das questões.

À Sra. Helga Maria Fleischmann Alves, pela sua contribuição durante os trabalhos de atividades de campo.

Aos demais, igualmente a minha gratidão!

RESUMO

RESUMO

O objetivo deste Trabalho é interpretar o sentido da última etapa da vida, a partir da aposentadoria por velhice, bem como, os mecanismos da aposentadoria compulsória tal como ela é vivenciada e construída na história de vida de um grupo de pessoas aposentadas e em vias de aposentadoria.

A pesquisa, realizada numa Empresa do Sul do Estado de Santa Catarina, abrangeu vinte (20) funcionários em processo de aposentadoria e dez (10) ex-funcionários aposentados por velhice.

Devo, inicialmente, esclarecer que o termo "velhice" como referência a idade da vida, a partir dos 60 anos, de acordo com a Legislação Previdenciária, tem um caráter meramente analítico; uma vez que o propósito do presente Trabalho é verificar as categorias "nativas", isto é, dos próprios atores analisados, com as quais eles operam essa experiência, entende-se que estas categorias têm sentido para aqueles que as relatam, não pelas categorias em si, mas pelo fato que elas significam.

Preocupações de natureza teórico-metodológica levaram a abordagem do tema sob uma perspectiva crítica, diante da geriatria e gerontologia. É importante neste sentido ressaltar que não é intenção discutir como a geriatria concebe a "velhice" mas tentar contrapor os aspectos tratados como biodegenerativo com outras interpretações que esclarecem o caráter simbólico dos estereótipos da velhice como doença, inutilidade, demência, etc.

O capítulo introdutório deste Trabalho destina-se a análise do discurso da geriatria e gerontologia, mais especificamente as obras e publicações que mais se destacaram nesse campo, enfocando-se basicamente os critérios de definição da velhice e as categorias de representação.

Nesse sentido, tenta-se primeiramente examinar como a geriatria define velhice abordando primeiramente a relação da idade com o processo de degeneração do organismo, passando-se exatamente pela universalização da velhice como doença, inutilidade, perda do vigor dos órgãos, etc..

Em seguida analisa-se o discurso da gerontologia, destacando os aspectos relativos a doença, a debilidade a carência de assistência, construídos em sintonia com a visão da geriatria.

A contrapartida dessa perspectiva é adiante apresentada sob o ângulo da antropologia, a partir das pesquisas comparativas, que mostram as maneiras diferentes como cada sociedade concebe e trata as pessoas idosas do seu grupo, relativizando-se os critérios que definem e restringem a noção de velhice ao âmbito do biológico, tal qual é produzido pela geriatria.

No primeiro capítulo procura-se operar o conceito de cultura de Geertz (1978) na construção do objeto, tentando extrair do âmbito do biológico os aspectos simbólicos que atribuem significado à etapa da vida classificada como velhice.

A partir dessa perspectiva procura-se demonstrar que cada sociedade define para si um conceito das diferentes etapas da vida atribuindo-lhes um significado. Nesse sentido, assumimos a perspectiva de Mauss (1974) que irá nos possibilitar a desnaturalização da velhice.

O segundo e terceiro capítulo destinam-se a análise comparativa do conceito de velhice, enfocando a maneira como cada cultura caracteriza a última fase da vida, destacando os atributos simbólicos como o prestígio, a indiferença ou a desagregação do grupo como é o caso da aposentadoria nas culturas do ocidente.

O quarto capítulo descreve as razões que motivaram a decisão de trabalhar com o tema e a escolha do grupo, objeto desta pesquisa. Trata-se, também, neste capítulo, da metodologia adotada na pesquisa de campo e de descrever o percurso da atividade de campo sob os diversos aspectos e circunstâncias que contribuíram para maior clareza do objeto.

No quinto capítulo descreve-se as características da organização social da Empresa destacando os princípios que determinaram a vida do grupo em termos das regras institucionais que definem valorativamente a entrada e a saída de seus membros, conformeda a uma noção de classificação etária e do que essa noção significa a identidade profissional dos seus funcionários.

Com esses elementos torna-se possível a compreensão

das estratégias de sobrevivência dos grupos e dos mecanismos de construção da experiência de vida durante o tempo de serviço, em torno da luta pela realização dos projetos, pela aquisição dos bens e pela provisão física da família.

O sexto capítulo trata especialmente, de desenvolver e interpretar o sentido que as pessoas atribuem a sua experiência de vida. Através da história de vida, tenta-se demonstrar como eles elaboram o início e o fim da vida, situando as categorias: trabalho, casa, família, relações extra-familiar, doença, religião, bens e a aposentadoria como categoria de representação da vida, nos papéis de filho, pai e chefe de família, profissional e por fim a aposentadoria.

Em resumo, o que se propõe, a partir deste Trabalho, é repensar o conceito de velhice dentro de uma noção relativizada, que permita distinguir os aspectos arbitrários, portanto, culturais que definem e dão sentido a vida. É somente a partir desta perspectiva que torna-se compreensível o porque da velhice ser percebido positivamente numa sociedade enquanto noutras ela é caracterizada pela margem, pela desordem física e moral.

ABSTRACT

This research aims to understand the phenomenon of old age through the experience of retired people and those who are in the retirement process because of the old age.

The research was conducted with a group of 30 (thirty) people retired and in the retirement process, at a company located in the south of Santa Catarina.

Through the life history method, the research consists of verifying how people are conscious of old age and how their experience differs, articulates or fits in the official discourse of old age.

The introductory chapter presents a brief review of studies referring to the theme, focussing on the criterion and the way in which old age is conceived of in our society.

It first analyses how geriatrics defines the criterion for classifying and focussing on these, how it tends to place old age on the level of biological and therefore universal, phenomenon.

Next it examines how social gerontology constructs its explanatory discourse in common with the geriatrics definition and transfers it to the domain of social relations privileging the which impedes society's perception of old age as normal or as a natural order.

Of this perspective is then analysed through the cross-cultural perspective of anthropology, where the different conceptions of old age place in doubt the universality of the biological degenerative criterions used to define and limit old age in the domain of biology, becoming thus the object of medical knowledge.

The second chapter explores the concept of culture based on Geertz's (1978) and Mauss (1974), using their theory

of culture old age is separated from biological phenomena and is conceived of as a social construction, to the extent that the phenomena of old age and the way in which it is dealt, within societies transcend the biological criterion.

The third chapter is dedicated to the comparative analysis of the old age and its symbolic attributes. It examines in particular, the segregation process of the elderly as a characteristic of our culture.

The fourth chapter describes our personal experience from which the choice of the theme arose the methodology used for data collection and, in particular, the conditions under which the research was conducted.

The fifth chapter presents characteristics of the group pointing out the company's history as it has influenced the principles which determine the social organization of the group. On this, it attempts to provide the dimension through which it is possible to understand the way in which the last stage of life is represented and how it is characterized by the group.

The sixth chapter deals with the way in which people represent the last stage of life and the way in which it is organized in function of the social characteristics of the group.

What we propose with this research is the need to reconceive of old age as a cultural conception of life which reflects the particular characteristics of a social organization.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Velhice: Símbolo ou Estado de Espírito?	7
1. Noção de Tempo e Identidade - Os Ritos de Passagem ...	12
CAPÍTULO II - O Velho nas Sociedades Pré Industriais	21
1. A Passagem Ritual - Agregação e Desagregação Social dos Velhos	26
CAPÍTULO III - A Velhice nas Sociedades Complexas	31
1. A Complexidade da Morfologia Social e a Dimensão da Velhice	32
2. O Sistema de Classificação por Idade	33
3. O Status do Velho	40
4. A Dimensão Cultural da Velhice	41
5. O Velho na Família	49
6. A Representação da Velhice no Discurso Médico.....	53
7. A Representação da Velhice no Discurso Social	55
8. Aposentadoria Compulsória	57
CAPÍTULO IV - Atividade de Campo	71
1. Nota Introdutória	72
2. Considerações Sobre a Escolha do Tema	72
3. Preparação para a Atividade de Campo	75
4. Critérios Utilizados na Composição da Amostragem	77
5. Método da Pesquisa de Campo	79

CAPÍTULO V - Características Estruturais da Organização	
Social da Empresa	82
1. Estrutura de Cargos	92
2. Aposentadoria por Velhice	100
CAPÍTULO VI - A Representação da Velhice na História de	
Vida	105
1. Trabalho	107
2. Casa	129
3. Família	140
4. Relações Extrafamiliares	152
5. Religião	166
6. Saúde	173
7. Recursos Financeiros	181
8. Aposentadoria	190
9. Velhice	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
BIBLIOGRAFIA	205

"Os avós precisam dos netos para que estes mantenham vivo para eles o mundo em transformação. E os netos precisam dos avós para ajudá-los a saberem quem são e dar-lhes um senso de experiência humana num mundo que não podem conhecer. No passado foi literalmente assim. Agora e no futuro, havendo mais adultos empenhados na educação de crianças que não os seus próprios descendentes.

Acredito que Vanni e eu seremos capazes de falar-nos através do abismo que nos separa a infância dela da minha porque eu sei que a brecha existe, e também porque minha avô, falando comigo e me escutando, traduziu o seu mundo no meu e abriu-me um passado que não acorrentou o meu futuro. Lembro-me agora esse passado, sei que Vanni terá um futuro que não preciso ver".

(Mead, 1980:129).

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A velhice, como todas as suas circunstâncias derivadas, tem sido enfocada basicamente, sob dois ângulos: o biológico e o assistencial.

No primeiro, a velhice é construída como um processo de degeneração do sistema orgânico através do qual os problemas morfológicos e fisiopatológicos aparecem como fenômenos resultantes da perda gradual do vigor dos órgãos.

A geriatria, um ramo da ciência médica que estuda e atua sobre esse campo, tem produzido nas últimas décadas o maior número de publicações sendo que a grande maioria, trata a velhice como um fenômeno fisiopatológico.

A geriatra, Ana Aslan, (1985) precursora no combate à síndrome do envelhecimento através da terapia química, utilizando o Gerovital H₃, define a velhice como a desarmonia do organismo humano que começa pelo desequilíbrio do metabolismo orgânico aos 22 anos, aproximadamente, quando o processo de desenvolvimento do organismo chega ao fim.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Estado de São Paulo, geriatra Marcos Smith Angulo (in Haddad 1986:28) a velhice implica uma fisiopatologia decorrente da redução do volume dos órgãos, conseqüentemente, alterações da sua capacidade de funcionamento.

Como exemplo, ele cita o rim. Nos velhos, esse órgão sofre uma alteração na capacidade de funcionamento pela redução do número de nefrons, da filtração glomerular e da função tubular, levando a pessoa idosa a eliminar maior quantidade de urina.

Do ponto de vista da Endocrinologia, o Professor José Schermann, da Universidade do Rio de Janeiro, (in Haddad 1986: 27) observa que o envelhecimento nas mulheres se acentua após a menopausa quando as gônadas, glândulas endócrinas, sofrem uma

redução do seu volume.

Da mesma forma Pacheco e Silva (1987) no seu livro "Envelhecer sem esmorecer", trata a velhice como declínio do vigor dos órgãos, comprometendo o sistema orgânico sob os diversos aspectos: sensorial, cerebral, psicológico e corporal, destacando os fenômenos sintomatológicos e as recomendações terapêuticas. Nesse trabalho, o autor acentua a importância da assistência e do amparo ao idoso, pelas condições de inutilidade e incapacidade que a disfunção hormonal e fisiológica produz no corpo de um indivíduo idoso.

Vale, nesse sentido, situar a preocupação dos geriatras sobre os sintomas da velhice associando-a às fórmulas terapêuticas como faz Gaiarsa (1986). Sua obra, constituída de seis capítulos, destina três dos quais à elucidação do processo degenerativo do organismo "idoso" e os demais, à classificação sistemática das tipologias psicopatológicas, prescrevendo uma série de exercícios físicos e respiratórios, como alternativa terapêutica de prevenção ou minimização dos "sofrimentos" causados pela redução da vitalidade dos órgãos.

De maneira geral esses sintomas são situados numa ordem cronológica definida institucionalmente em torno dos 65 anos, ainda que, essas definições apresentem contradições quanto à definição da velhice enquanto um processo de degeneração biológica em relação à idade cronológica.

Alguns geriatras se preocupam em relativizar os fenômenos fisiopatológicos da velhice, quanto a sua extensão e manifestação. É o caso da Dra. Hana Hermanova (in Haddad, 1985: 25) que define o envelhecimento como um processo que varia de organismo para organismo, afirmando ser difícil, estabelecer um limite ou faixa etária em que devem ocorrer tais manifestações.

Cabe, nesse sentido, situar alguns pontos de incoerência na definição da Dra. Aslan (1985) no que concerne à não-coincidência entre a idade, limite máximo do desenvolvimento orgânico, com a idade do envelhecimento.

"Normalmente se fixa a terceira idade a

partir dos 65 anos. Nós quisemos por ocasião de um Congresso, fixá-la a partir dos 70 anos... Observe-se que se trata de uma estimativa, pode-se ser jovem aos 70 anos como se pode ser velho aos 40 anos, segundo o comportamento do intelecto" (Aslan, 1985: 20-25).

Como se pode perceber, não existe unanimidade nas definições de velhice enquanto um padrão de degeneração ou fenômeno exclusivamente biológico. As opiniões dos geriatras aqui citados, não esgotam os fenômenos da velhice ao reduzirem as manifestações a este respeito, a um padrão biofisiológico.

Por outro lado, examinando-se as publicações sobre velhice, observa-se que apesar das diferenças históricas, os problemas de discriminação, doença, pobreza, morte, solidão, etc. constituem o eixo constante da temática do idoso. De certa forma somos levados a concluir que a cultura popular, aceitando como legítima a definição da velhice fornecida pela geriatria, incorpora o modelo de degeneração biológica com o qual explica e classifica os aspectos relacionados a esta etapa da vida.

Sabe-se que na maioria dos países desenvolvidos, uma grande parcela do poder e influência está nas mãos das pessoas idosas e que milhares de crianças nos países do terceiro mundo, vivem à margem da sociedade. Porque é então que a solidão, a pobreza, doença, discriminação, etc., constituem-se em categorias privilegiadas do discurso da velhice?

Diversas publicações realizadas no campo da Gerontologia insistem em enfocar os velhos neste quadro. É o caso, por exemplo, do trabalho de Canoas (1985) sobre um grupo de 84 idosos, asilados e aposentados do Comércio na Capital do Estado de São Paulo.

Nesse trabalho ela mostra uma velhice sem esperanças, marginalizada pela perda da capacidade produtiva, pela doença e baixa renda.

Um aspecto importante a considerar é que esse trabalho que tem como título "A condição humana do velho" é uma experiên-

cia reduzida, com um grupo de convivência de idosos do SESC. Além do que ela enfoca o lado negativo da velhice como problema psicossocial e, enquanto modelo analítico recorrente, um problema de casse social.

Semelhante observação é feita por Lins-de-Barros (1981) ao mencionar a obra de P. Townsend (1963) sobre a vida de um grupo de idosos num bairro operário de Londres. A autora chama a atenção para as referências bibliográficas onde a maior parte dos trabalhos ali citados tratam da velhice e dos velhos como doentes, pacientes de hospitais, pobres e aposentados. Nas suas pesquisas ela também constata que a doença, a pobreza, em resumo os problemas sociais, são aspectos privilegiados na temática da velhice.

"Quase todos os trabalhos publicados que tratam os velhos de um ponto de vista social a que pode ter acesso, tendem a encará-los mais - como um problema social, como elementos necessitados de uma assistência social. (...) A comparação não me parece absurda, pois a velhice-problema, a velhice-falta-de-dinheiro, da solidão, da aposentadoria e da viuvez constitui tanto objeto de estudo como matéria jornalística" (Lins-de-Barros, 1981:17)

Outra corrente da gerontologia, que tem como um dos seus representantes Kastenbaum, define a velhice como um estado de espírito decorrente da maneira como a sociedade - concebe esta etapa da vida.

Kastenbaum (1987) emprega o conceito biológico da velhice e produz através deste conceito, uma explicação para o que ele considera como problemas da velhice. Para o autor a velhice passa a ser vivenciada negativamente pela intolerância dos mais jovens em relação a lentidão dos idosos, a perda da memória, aos problemas de saúde etc. tornando difícil para a pessoa idosa a sua adaptação a sociedade.

Nesse sentido Kastenbaum vai propugnar um estado

de "auto-consciência" a partir de seus limites individuais, ou seja, suas características de personalidade, e através dele o "velho" poderia conviver em harmonia com a sociedade.

"A variedade e profundidade da experiência individual com que homens, mulheres chegam à velhice representam - uma rica fonte de recursos que a sociedade ignora em seu próprio juízo. A pessoa idosa ajudou a fazer da sociedade aquilo que esta é, e não deve hesitar em reclamar para si própria um lugar significativo dentro da sociedade".

(Kastenbaum, 1981:67)

Kastenbaum explica a velhice como um "estado de consciência" que é operado dentro dos limites individuais, num esquema biológico determinista. Para o autor o velho possuiria - capacidade de adaptar-se à artrose, osteoporose, etc. uma vez que estes fenômenos fazem parte da sua natureza, não fosse a sociedade impo-lhe padrões de conduta que contrastam com as limitações que estes fenômenos produzem no corpo do indivíduo.

Outros importantes estudos comparativos, realizados no campo da antropologia por Seeger, M. Meard, Balandier entre outros, levam a reconsiderar a perspectiva oficial da velhice pela maneira diferenciada como cada sociedade interpreta e classifica esta etapa do ciclo da vida.

Assim, parece ser importante examinar mais sistematicamente, a partir da perspectiva teórico-metodológico fornecida pela antropologia, como cada sociedade pensa e opera esta etapa da vida, buscando, através desta perspectiva, uma compreensão da relação da aposentadoria com a velhice na nossa sociedade.

Partindo-se desta proposta encaminhar-se-á objeto de estudos deste trabalho, em que a velhice enquanto categoria

de análise funcionará como pano de fundo, para a compreensão do modelo de representação e seus mecanismos na história de vida de um grupo de pessoas aposentadas e em processos de aposentadoria por velhice.

CAPÍTULO I

VELHICE: SÍMBOLO OU ESTADO DE ESPÍRITO?

Viva bem

A IDADE QUE VOCÊ TEM

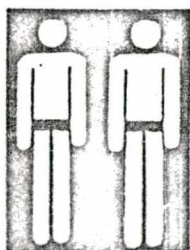
"Viva bem a idade que você tem" faz parte de um programa educacional do Ministério da Saúde que objetiva discutir com a população brasileira os diversos aspectos do envelhecimento.

OS CABELOS BRANCOS DE UM PAÍS JOVEM

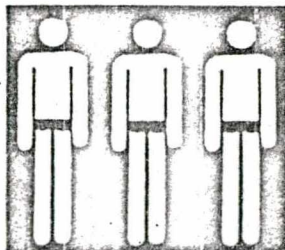
Há no Brasil cerca de 9 milhões de pessoas com 60 ou mais anos de idade. Logo, esta é também a nação das pessoas

que um dia foram jovens e que envelheceram. Dentro de 25 anos, um em cada dez brasileiros será velho.

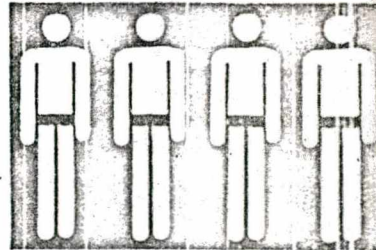
POPULAÇÃO DE IDOSOS ATÉ O ANO 2010



ANO 1986 — 9 MILHÕES



ANO 2000 — 14 MILHÕES



ANO 2010 — 20 MILHÕES

SABER ENVELHECER

A velhice é uma etapa da evolução natural humana que deve ser encarada com otimismo. No dia de nosso aniversário todos nos desejam "muitos anos de vida" na esperança de que os vivamos bem.

A medida em que o tempo passa estamos sujeitos a uma série de mudanças em nosso organismo das quais as mais evidentes são os cabelos brancos, as ru-

gas da pele e a maior susceptibilidade a doenças. Entretanto, os problemas sociais são tão ou até mais importantes do que os físicos.

O Programa de Saúde do Idoso do Ministério da Saúde tem por objetivo encontrar alternativas para um envelhecimento saudável. Para tanto, estabeleceu como prioridades a educação e a prevenção.

Este capítulo visa esclarecer alguns problemas de ordem conceitual que tendem a reduzir o conceito de cultura aos aspectos substantivos da vida social: usos, costumes, maneira de vestir, gastronomia, etc.

Para Geertz (1978) um padrão cultural é um conjunto de símbolos que representam fontes de informações de natureza extrínseca, isto é, externa ao indivíduo.

"...Símbolos são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência - fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, ou crenças" (Geertz, 1978: 105).

Esse conjunto de símbolos são determinantes vitais do processo social modelando através da interrelação o sistema físico, orgânico, psicológico e social.

Negar a subordinação dos fenômenos biológicos e psicológicos à cultura é para Mauss (1974) o mesmo que negar a relação entre os fatos sociais com a atividade psicológica do indivíduo.

Na verdade, a origem da cultura é coextensiva à emergência do "homem". É através do processo de hominização que o ser biológico é subordinado aos efeitos da racionalidade. Nesse sentido, Geertz (1978) mostra como o homem, transformando o seu ser num sistema de significados, modificando o metabolismo orgânico, reprimindo os impulsos biológicos, criando necessidades e alterando as reações, ele submete o seu corpo ao comando de programas simbólicos orientados para a vida em sociedade.

Em qualquer que seja a sociedade, como mostra Van Gennep (1978), é através de uma sucessão de etapas que o homem toma consciência do seu ser.

Essa noção, tem seu fundamento em Durkheim, segundo o qual a identidade, representação individual, está sustentada nas representações coletivas.

"Arrastado pela coletividade, o indivíduo desinteressa-se por si mesmo, esquece-se de si, dá-se por inteiro aos objetivos comuns.

O pólo de sua conduta é deslocado e levado para fora de si". (Durkheim 1984:58)

A condição lógica dessa representação é a organização social segmentada em clãs, família, etc. e reagregadas numa totalidade pela solidariedade virtual e funcional dessas partes, tais como as funções vitais do organismo humano.

Evidentemente, não é intenção neste Trabalho, refutar ou negar a essência virtual do homem. O ciclo da vida é um fenômeno irrefutável, o que se procura aqui ressaltar é que o fator biológico está integrado à totalidade da vida humana, sem um caráter absoluto ou exclusivo. Ao contrário, o biológico só vai ganhar sentido quando integrado à tessitura social.

Nesse sentido, a obra Van Den Bergh (1973) pode contribuir com esses argumentos, no que passa pela discussão da natureza/cultura.

"Beyond the broad similarities in the social recognition of naturation and aging, including the attendant habilities and disabilities the plasticity of human behavior is wide, unlike that of any a others animal.

On variable is the relative importante of age compared to others aspects of social differentiation. Naturally, this is universely related to the total degree of differentiation in a given society. In many of the "simpler" societies, social, organization is nearly defined by the types of differentiated relationships based respectively on kinship, marriage, age, and sex. Any on of these necesserily loons large, but even, among these societies there is a considerable range in the importance of age" (V.D. Bergher, 1973:75)

Para este autor os traços biológico porquanto na tureza, constituem elemento invariável, enquanto que a função do nosso organismo é pensado segundo um código cultural que se apropria da sua função original.

Quando se analisa especificamente esses códigos, é que se pode perceber que o sexo, a reprodução biológica, a doença, a morte, etc. são interpretados por padrões de significados que, ao mesmo tempo que define positiva ou negativamente a sua função, determina padrões de conduta conformados a norma social.

Rodrigues (1986) mostra através dos tabus do corpo, que existe um modelo externo ao indivíduo, sob cuja orientação são percebidos explicados os fenômenos como a menstruação, a excreção de modo geral, o sexo, etc.

Seeger (1980) ao estudar os ornamentos corporais usados pelos Suyás, faz semelhante observação. Na sua experiência ele constata que o uso de ornamentos em determinados órgãos do corpo como os discos labiais, auriculares e as pinturas, têm um significado simbólico estabelecendo desse modo a comunicação do indivíduo com o seu mundo social.

Essa correlação de modo diferenciado é perfeitamente nítida em todos os grupos humanos e ela se impõe como uma necessidade vital, de acordo com Douglas (1976), ao acentuar a forma de coerção e de expressão dos símbolos como um sistema de ordenação e classificação das coisas. Para a autora, os símbolos são modelos explicativos que determinam o significado das coisas, se legitimando por se ampararem em crenças e temores transcendentais.

Geertz (1978) a respeito do significado da religião, mostra que a concepção é uma característica fundamental do homem e seu maior temor é deparar-se com algo que ele não conheça ou não possa explicar.

Nesse sentido V. Gennep (1978) dá uma importante contribuição ao examinar como cada sociedade encara e opera a ordem intersticial, ou seja, o que está ou o que ultrapassa os limites de seu sistema de classificação e orde

nação, através dos ritos de passagem. Ele concebe a sociedade como uma "casa dividida em quartos e corredores" onde cada compartimento é delimitado por um conjunto de regras e convenções que se torna tão ou mais rigorosas quanto maior é a sua importância em função do significado contextual da vida organizada do grupo.

É notável como toda a sociedade constrói uma divisão hierarquizada desses compartimentos, o que justifica de certa forma, o grau de relevância que eles assumem no conjunto da atividade social de acordo com a origem histórica que o determinou. Para Geertz (1978), Gennep (1977) entre outros, a própria natureza concebida, fornece um modelo de pensar e operar a passagem de um compartimento para outro. As estações, por exemplo, fornecem um modelo de conceber as mudanças em função das alterações fisionômicas e biológicas, como a passagem da vida para a morte, o nascimento, a idade, etc.

Em qualquer sociedade essas mudanças são definidas por um sistema de crenças e rituais que dão significado e chamam a atenção para o fato. É o que se verifica com relação à cerimônia de casamento, nascimento, morte, etc., quando se estabelece um conjunto de disposições-deveres-compromissos que marcam a passagem de um estado para o outro, ou a separação de uma classe para a outra.

Nesse sentido, a passagem de uma classe etária para a outra é para V. Gennep (1977), o modelo mais marcante pois o que essa passagem representa na vida das pessoas, vai determinar a própria existência através de um programa que circunscreve a identidade do indivíduo ao seu sistema de regras de relações de parentesco, comportamento, etc.

A partir dessa perspectiva torna-se possível perceber o quanto a velhice definindo negativa ou positivamente a última fase da vida, diz respeito a cosmologia e as características sociais de um determinado grupo.

1. NOÇÃO DE TEMPO E IDENTIDADE - OS RITOS DE PASSAGEM

Em qualquer sociedade como mostra V. Gennep (1977)

a vida das pessoas consiste numa sucessão de etapas implicando em transformações não apenas no plano social, mas também no físico e psicológico.

Os estudos de V. Gennep (1977) e Turner (1974) mostram que a temporalidade e espacialidade dos papéis exprimem o modelo de consciência que cada cultura impõe aos seus membros.

Esse modelo de consciência, segundo os autores citados está, de certa forma, relacionado à Cosmologia, isto é, a visão singular de cada sociedade sobre a ordenação do mundo.

Desse modo cada sociedade classifica as fases da vida de acordo com a sua cosmologia. Os Nuer Evans-Pritchard, (1978) reconhecem dois sistemas de classificação etária: a da infância e a dos adultos. Um rapaz que é iniciado na classe dos adultos ali permanece até o fim da vida passando de um conjunto etário para o outro. Já a cultura Trobriand - Malinowski (1983) não possui uma divisão etária tão nítida. Na verdade, existem três divisões básicas: a infância, a maturidade e a velhice. No âmbito mais interno desses grupos etários ele observa uma diferenciação entre os sexos. Assim a maturidade é representada pelo homem maduro e a mulher pelo vigor vital. Em geral as culturas do ocidente possuem - três classes etárias: infância, maturidade e velhice.

Um dado comum aos três exemplos citados é a sequência de ritos que marcam a passagem de uma classe etária para outra, implicando em mudanças de status e conseqüentemente - no conjunto de papéis, deveres e responsabilidades.

O que interessa, sob esse aspecto examinar, são as características processuais dos "ritos de passagem" buscando uma compreensão para o que os torna tão importantes socialmente e principalmente, para os seus mecanismos de classificação, isto é, o que explica a separação, a reagregação ou a margem.

Os estudo comparativos de Turner (1974) e V.Gennep (1977) definem ritos de passagem como cerimônias ou rituais de carater festivo ou religioso para celebrar a passagem de

um estado para outro, a mudança de residência, a chegada ou regresso de um membro do grupo, a saída ou transferência de alguém para outro grupo em decorrência de casamento, mudança de status etc.. Os ritos de passagem também celebram mudanças cósmicas, a chegada do inverno, verão, a colheita, a seca, as chuvas etc..

De acordo com os autores citados as cerimônias ou rituais operam dois elementos básicos: a separação ou reagregação mas, seus mecanismos de celebração e função ritual podem variar de acordo com as características da organização social e da cosmologia do grupo.

Há, contudo, um aspecto importante a considerar: é o modelo de pensar a separação e em outros casos, a margem ou "liminaridade", segundo Turner (1974).

Com relação a esse aspecto V. Gennep (1977) observa que os ritos de passagem operam os elementos simbólicos das dimensões antagônicas da sociedade. De modo que é possível pensar este antagonismo a partir da noção sagrado/profano ao qual está relacionado a idéia de ordem e desordem. Esse modelo de concepção da ordenação do mundo e das coisas que estão apoiados na oposição sagrado/profano, elementos estruturantes do pensamento coletivo, vão fornecer um modelo de interdição que Rodrigues (1986) qualifica como o mais importante articulador da estrutura social.

Enquanto um processo mental, o sagrado é o atributo qualitativo do que é proibido, ao contrário, o profano é o fenômeno da interdição, de modo que o sagrado pelo seu caráter inviolável está cercado de proibições. É neste sentido que se aplica o conceito de Sociedade de V. Gennep (1977), citado anteriormente, onde a separação de um compartimento do outro constitui zona de interdição ou para Douglas (1976) fronteiras interditadas. O Sagrado, diz Douglas, é contagioso sendo por isso mantido sob rituais de separação que expressam o perigo, o temor de cruzar as fronteiras interditadas ou do contato com o objeto sagrado: Na descrição de um ritual Ndembo de investidura da mais alta posição naquela sociedade, a do chefe mais velho da tribo, Turner (1974) ilustra muito claramente essas prescrições rituais.

Em resumo, a cerimônia sintetisa três etapas, que se inicia com o "rito de separação", que é processado pela remoção do chefe eleito para uma cabana, distante da aldeia denominada *Kafwa* (morrer). O *Kafwa* significa a noite do homem profano. Na segunda etapa ele passa por um rito de insultos marcado pela passividade, submissão e finalmente o rito de reagregação, quando o chefe assume o cargo mais importante da vida social - desse grupo.

Os australianos V. Gennep (1977), ritualizam a passagem de seus jovens para a vida adulta, através do processo de purificação que se inicia pelo banho nas águas do mar seguindo da separação da comunidade, onde os neófitos passam por tabus alimentares e instruções até renascermos, depois de um período, para a vida sagrada, ou seja, a reagregação que é marcada por ritos de cânticos, danças e procissões.

Os Nuers, estudados por Evans-Pritchard (1978) praticam ritos de passagem para celebrar o ingresso dos meninos à idade adulta, impondo-lhes provas bastante duras. Suas testas são cortadas até o osso cujas cicatrizes são percebidas nos crânios de pessoas mortas. Eles são separados da sociedade até que todas as instruções sejam dadas e então reagregados à sociedade.

V. Gennep (1977) inclui na categoria de "ritos de Passagem a saída de uma ou mais pessoas da comunidade por ocasião de viagem, morte e gravidez, quando as mulheres são confinadas durante a gestação.

É interessante examinar como o autor observa as características processuais de cada situação indicada: no primeiro caso, ele constata que em geral a saída de um indivíduo da sua comunidade é sempre marcada por um "rito de purificação". No Norte da África, quando parte um viajante, um membro da família ou amigo joga água nas patas do seu cavalo, simbolizando a purificação. Outro aspecto observado é o costume do sinal - de reconhecimento: um objeto, uma imagem, carta, etc., simbolizando uma referência social de origem. Do mesmo modo os ritos funerários bastantes conhecidos praticam a purificação de seus mortos e em geral, se tornam tabus sendo proibido tocá-lo, ou aproximar-se do corpo. No caso das mulheres grávidas,

conforme já referido, V. Gennep, acentua o fato da gravidez representar um estado de impureza, e até perigo em alguns casos pelo estado fisiológico anormal. Na Índia, observa o autor, a mulher grávida não deve permanecer na mesma aldeia nem nos lugares sagrados, sendo afastadas da sociedade e retornando à vida comum somente após o parto. Durante o reti-ro, a mulher grávida se abstém de certos alimentos, da atividade sexual e de qualquer atividade econômica. Também entre os Musquaki, a mulher grávida é separada das demais sendo reintegrada, depois do parto, através de ritos especiais. Esses mesmos caracteres rituais foram observados por Turner (1974) no Isoma, ritual Ndembo de separação ou margem da mulher grávida. Os ritos de separação, diz V. Gennep, aparecem como uma característica processual e simbólica em decorrência da passagem de um estado, como no caso da gravidez, morte e também verificado de modo geral, como um período de margem como nos casos dos rituais de passagem.

É importante ressaltar que os ritos de passagem são identificados com muita clareza nas sociedades ocidentais. Nesse trabalho V. Gennep se refere a vários ritos praticados na Europa, como por exemplo, o casamento, os ritos funerais etc. O rito de separação é uma prática tradicional da igreja consistindo na separação dos noviços, do mundo profano. Esta separação se dá pela mudança do hábito e do uso do véu. Algumas ordens religiosas praticam o regime semi-reclusão e outras, a completa reclusão em conventos, simbolizando a morte para o mundo anterior: o mundo profano.

Também a separação aparece relacionada à passagem por ocasião da conclusão do curso superior, conhecida como rito de formatura, quando os iniciados passam de estudantes para uma categoria profissional. Cada categoria, observa V. Gennep, é separada da outra por regras internas de passagem de um estrato inferior para outro superior. No mesmo sentido que os ritos ou cerimônias operam a passagem, o controle se faz exercer mediante regras que delimitam o lugar que cada indivíduo deve ocupar no âmbito da coletividade profissional. Assim é comum às associações profissionais separarem-se simbolicamente da sociedade mais ampla. Exemplo bastante ilustrativo é a maçonaria; o outro é a sociedade se-

creta da Serra Leoa, V.Gennep (1977)

De qualquer forma os ritos de passagem tem um aspecto em comum: eles celebram a agregação e desagregação dos seus membros por ocasião do nascimento, casamento, morte ou mudança de atividade.

Estes acontecimentos, por sua vez, modificam o comportamento, compromissos, deveres e responsabilidades em decorrências da assunção de novos papéis, estas mudanças de status e papéis, se relacionam intimamente com a idade.

Este aspecto parece constituir um traço fundamental da sociedade humana. Os Nuers, citados anteriormente, estão organizados segundo prescrições rituais etárias através das quais, de quatro em quatro anos, os rapazes são iniciados e, a cada quatro anos sucessivos, eles passam de um para outro conjunto dentro das classes etárias, o que corresponde à passagem da adolescência para a idade adulta. O sistema de segmentação etária é definido por um conjunto de proibições e regras rituais que determinam a vida das pessoas desde a procriação até a morte. Da mesma forma os Hotentote, os Elema do golfo Papua (V.Gennep - 1977) ritualizam as passagens marcando como primeiro rito, a infância e a passagem para a vida social, quando passam a assumir papéis sociais, sendo-lhes permitido às meninas casarem; e aos meninos, no caso Elema, iniciados para a guerra. No Senegal estudados por Andree, assim como Marrocos, entre tantas outras sociedades citadas por V. Gennep (1977) a cada período que pode variar de dois a cinco anos são praticados ritos de passagem que são dramatizados pela circuncisão, ou somente separação, danças, etc.

Práticas semelhantes são observadas pelo autor na nossa sociedade, como por exemplo na Europa V.Gennep (1977) onde as meninas passam da infância para a vida adulta aos 12 ou 15 anos, em alguns casos coincidindo com a primeira menstruação e com o aparecimento dos seios, etc. Aos 18 anos, tanto rapazes quanto meninas, são iniciados à atividade profissional. Uma série de outras cerimônias rituais marcam de status como o de solteiro para o de casado, o nascimento dos filhos, etc. As "idades da vida", Ariès (1981) constitui um traço fundamental da cultura ocidental, e tem a função de manter a

solidariedade do grupo, determinando da mesma forma a integração do indivíduo à sociedade. Entretanto, a vida social não coincide com a vida no sentido biológico. As sociedades ocidentais separam os velhos da sociedade, através de ritos de passagem denominados aposentadoria, para a classe dos aposentados.

Comfort (1979:14) analisando a velhice nos Estados Unidos, mostra que a cultura americana despersonaliza as pessoas quando estas chegam à idade da "aposentadoria", da mesma forma Lidz (in Mosquera 1983).

Em geral a sociedade ocidental define a longevidade dos seus membros, dos 60 aos 70 anos, quando ritualiza a passagem destas pessoas para a classe dos velhos. A aposentadoria, segundo Comfort (1979) e Kastenbaum (1981) separa o indivíduo da sociedade por meio do desligamento das relações de trabalho.

Até a idade da aposentadoria as passagens implicavam nas mudanças de status, assunção de novos papéis e padrões de comportamento. A passagem para a velhice corresponde ao rito de separação ou margem, da atividade social aí permanecendo até a morte, o que Turner e V.Gennep (1977) classificam de liminaridade, isto é, as pessoas perdem a sua identidade social.

V. Gennep (1977) define a liminaridade, como um estado transitório ou ambíguo caracterizado pela perda de papéis, da identidade social, da sexualidade uma metáfora da morte que simboliza a suspensão das regras sociais e que significa um componente processual e simbólico dos ritos de passagem.

Cabe, neste sentido, retomar o modelo conceitual e analítico de V. Gennep e Douglas retrocitados, e a partir do mesmo, entender o ritual de separação dos velhos nas culturas aqui enfocadas, com uma metáfora do modelo de ordenação do mundo. Com isso deseja-se acentuar que o que serve para simbolizar a representação da velhice numa cultura, pode não ter correspondência noutra. Trata-se, portanto, de preservar o caráter relativizador, ou seja, as maneiras particulares e até diferenciais com que cada cultura constrói os seus símbo-

los, e a partir dessa perspectiva entender que o derrespeito ou despersonalização dos velhos não é universal como poderá ser constatado no capítulo II deste Trabalho.

O ritual de separação enquanto manifestado de um modelo de consciência apoiada na noção de ordem e desordem, conforme V.Gennep e Douglas (1976) vai operar um estado - que a cultura, por determinação histórica, não classifica, isto é, não integra a sua tessitura social.

É nesse sentido que se deve entender o discurso oficial da velhice na cultura ocidental como um fenômeno - representado pela desordem, impureza, ou seja, um fenômeno anormal pelo fato do indivíduo idoso perder seus caracteres atributivos que, corresponde à classificação ordinária do que é útil à sociedade, do que é produtivo, saudável, etc., o que E. Haddad (1986) trata sob o conceito de ideologia.

Neste Trabalho, o discurso oficial da velhice toma-se como um modelo de representação própria da nossa cultura, a partir da idéia de instrumentalidade com a qual Douglas (1976) trabalha o conceito de cultura:

"Idéias de poluição trabalham na vida da sociedade em dois níveis: um largamente instrumental, outro expressivo. No primeiro nível, o mais óbvio, encontramos pessoas tentando influenciar o comportamento do outro. Crenças reforçam pressões sociais: Todos os poderes do universo são conclamados para garantir o desejo de um velho moribundo, a dignidade de uma mulher o direito do fraco e do inocente". (Douglas, 1976 : 13).

Essa perspectiva se aproxima ao que Berger (1978) vai trabalhar sob a noção de "instituição. Para esse autor a instituição é a interpretação "tipificada" das ações; uma "interpretação" que implica na historicidade e no controle. Mas é o caráter de controle que interessa neste Trabalho, na medida em que ele é intrínseco e visa perpetuar a própria história que o determinou.

À luz dessa perspectiva teórica operar-se-a o caráter oficial e previdenciário da "aposentadoria", no qual se refere a intervenção médica e assistencial, como tipologias que fazem parte do universo simbólico da desagração do idoso, legitimando, não apenas o discurso oficial consequentemente a intervenção das instituições médicas, previdenciárias e principalmente o desligamento compulsório, através da tutela do Estado.

A relação que se procura estabelecer entre a noção de universo simbólico e instituição está sustentada na idéia de que ambas operam em dois níveis: a primeira como modelo estruturante do pensamento coletivo, segundo a noção de V. Genep (1977) sobre ritos de passagem analisada neste capítulo.

A segunda conforme Berger (1976) a tudo o que se refere a leis, normas previdências, o caráter securitário da aposentadoria as intervenções etc., como instrumento de legitimação, controle e reprodução da primeira.

A partir desta perspectiva se deseja realçar a especificidade com que cada grupo opera essa conjugação, alertando para o risco que os trabalhos produzidos pela geriatria e gerontologia correm ao tomar uma regra de conduta, expressões tais como pobreza, solidão, doença, etc., dissociado do seu contexto original.

O capítulo seguinte, procura resenhar os trabalhos realizados em diversas sociedades e a partir deles demonstrar como cada cultura contrói o último segmento da vida, tentando neste sentido verificar os mecanismos de elaboração e função dos seus significados.

CAPÍTULO II

O VELHO NAS SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS

Nos estudos comparativos realizados em culturas chamadas "simples", a idade tem sido enfocada como fator fundamental na organização social no que concerne à posição que cada indivíduo deve ocupar na sociedade e, em função dessa posição, os papéis, deveres, responsabilidades, condutas, etc.

Desses, grande número enfoca uma perspectiva mais ampla, os critérios para a composição dos grupos etários, e as condições sócio-históricas do status do velho, contribuindo, desse modo, para demonstrar as maneiras diferentes de cada cultura, explicar e perceber a velhice, dependendo da lógica-simbólica que a engendrou.

As culturas Guayaki e Siriono, Seeger (1980:62) não classificam a última etapa da vida, deixando sem status os velhos, que são abandonados até a morte. Do mesmo modo, a cultura Cubeo, na obra citada, não reserva espaço social para os velhos, não constituindo em motivo de respeito nem de consideração de membros de seu grupo. Goldmann (1963:184) explica tal indiferença pelo fato da cultura Cubeo não recorrer ao temor aos espíritos dos mortos para assegurar a ordem social. A crença, na verdade, existe, mas nos primeiros ancestrais e não nos espíritos dos mortos mais recentes.

Ao contrário os grupos Jê das terras baixas da América do Sul, Seeger (1980) mantêm os velhos integrados à sociedade até a morte, atribuindo-lhes status e papéis que variam em graus de influência e respeito.

Os Suyá, por exemplo, definem o último segmento da vida pela palavra Wikènyi: a classe dos velhos. São considerados Wikènyi: homem ou a mulher que têm muitos netos. Quando um Suyá passa para o status de velho ele deixa nos status anterior certos atributos valorativos como a masculinidade, simbolizada pelo disco labial, de identidade da classe dos jovens, como os compromissos sociais de abastecer o grupo de alimentos.

Os compromissos se invertem. Enquanto pai ou membro da classe dos adultos, ele pescava, caçava, fazia os ornamentos rituais; como velho, ele recebe alimentos e os ornamentos rituais para seu corpo, dos membros mais jovens da sua família. Essa relação invertida dos papéis se manifesta nas expressões

quando um velho evoca um jovem por "meu pai" e uma criança a um velho por "meu filho". Os velhos são respeitados sobretudo pelo caráter específico dos seus papéis na sociedade.

A ambigüidade do velho não se restringe apenas à liberação de certos tabus - o sexo, principalmente - alimentar, como o de outras propriedades simbólicas associadas à ordem social, mas essencialmente pela vinculação desses com o mundo dos espíritos.

A descaracterização dos valores sociais expressa, através do humor ritual tanto para a mulher como para o homem, constitui um dos exemplos da liminaridade conforme V. Genep (1978) e Turner (1974). Essas propriedades rituais conferem certos poderes e influência cósmica. Esses atributos explicam o prestígio e o respeito aos velhos Suyá. Os Suyás acreditam que todo velho é potencialmente feiticeiro, mas é também destacado na vida pública e cerimonial através da liderança nas decisões.

Entre os Jivaro, Seeger (1980:75) o conceito de velhice é baseado no número de gerações de um homem ou mulher. Assim dependendo de quantas gerações tiver, tanto maior ou menor será seu prestígio na sociedade. Ao se tornar avô ele passa para a classe dos velhos ocupando o status de Unta cujo significado é semelhante ao poder e influência conferido ao velho Suyá. Os Jivaro também acreditam que os velhos medeiam o mundo dos espíritos, sendo por isso dotados de poderes.

G. Balandier (1974) analisando a dinâmica das classes etárias no sistema simbólico africano, cita o trabalho de J. Middleton sobre os Lugbara de Uganda e Zaire, para mostrar que a liderança dos velhos na sociedade está diretamente associada à crença na ligação dos velhos com o mundo dos espíritos. Os velhos são reconhecidos pela posição dominante que ocupam. Eles comandam as transações econômicas e as decisões políticas apoiadas no processo retrospectivo de representação da força e da prosperidade. Assim, o membro mais velho da sociedade representa a ligação com os espíritos ancestrais e através dessa ligação, a crença que haverá êxito nas transações econômicas, prosperidade e ordem social. O critério de senioridade não es

tá baseado na idade ou traços fisiológicos, mas na linha de descendência direta do membro mais velho da família. Assim, o filho mais velho de um homem passará para o status de velho quando o pai morrer.

Já os Pokat do Quênia Setentrional, Mair (1978:61) definem a velhice pelo tempo da iniciação, para a classe dos adultos. Essa passagem entre os Pokat é marcada pela nomeação do iniciado pelo qual fica conhecido por toda a tribo. Esse nome confere à pessoa a identidade de iniciado e pela distância entre a passagem que gerou esse nome e as passagens que a procederam, o grupo sabe a quem atribuir o status de velho. Esse reconhecimento constitui, por si próprio, a passagem ritual porque ele implica em mudanças de atitudes do grupo em relação ao iniciado. Do mesmo modo o processo de mudanças suscita novos padrões de conduta à pessoa iniciada, que se agrega aos membros da classe dos velhos. Os velhos exercem as posições de maior prestígio e influência, sendo diferenciados pela liberação das atividades braçais. Eles administram os assuntos públicos e decidem nas questões de litígios. O respeito dos membros mais jovens do grupo se exprime pela maneira de servir cerveja nos eventos rituais, como maneira de acatar as opiniões dos mais velhos.

Os Mekranotis, Werner (1981), baseiam o respeito e a influência na idade e no conhecimento. Para as mulheres, a partir dos 37 anos e, para os homens, a partir dos 40. Os dois critérios se combinam na posição e tipos específicos de prestígios, como a negociação de paz, nos casos de conflito entre grupos e, internamente, nas brigas de casais ou entre membros do próprio grupo. A passagem da idade é caracterizada pelas mudanças dos papéis, não exercendo mais atividades agrícolas, mas atividades de maior valor social como: as decisões, julgamento e aconselhamento implicando, como nos demais casos, na construção de uma nova identidade.

Na Polinésia e na Austrália, Firth (1978), as posições de maior prestígio e influência são ocupadas pelos velhos do grupo. São eles encarregados pela iniciação dos mais jovens e pelas orientações no trabalho como em toda vida social.

O respeito e a influência que eles exercem nas decisões importantes, estão associados à experiência que os velhos acumulam durante a sua vida.

A cultura Trobriandesa, Malinowski (1983) confere aos homens mais idosos do grupo o status mais importante do sistema de hierarquia social: o status de chefe. Os Trobriandeses estão organizados em duas divisões etárias: a infância, a velhice e uma subdivisão intermediária para classificar a maturidade. A classe dos velhos é subdividida em duas categorias: **Tamawaya** e **Toboma** para os homens e as mulheres agrupadas em apenas uma classe **Numwaya**.

A subdivisão masculina, especifica o seu significado qualitativo pela maior idade que é critério, e que neste caso recai sobre o segundo, **Toboma** para a escolha dos que devem ocupar as posições mais nobres como: chefe da aldeia ou dos distritos.

O status de chefe, associado ao status de **Toboma** (ancião) tem um caráter sagrado, sendo por isso, circundado de tabus rigorosos.

Tal posição se destaca pelo respeito e pelo complexo rito de tabus que mantém a pessoa do chefe isolada das demais. O chefe é considerado uma pessoa sagrada, e por isso dotado de poderes cuja origem é transcendental, não sendo portanto concebido como poder pessoal.

A mesma razão lógica explica por outro lado, a repulsa que os velhos inspiram no tocante ao sexo, como sentimento que também se manifesta ao que se opõe à ordem como: a doença e as anomalias fisiológicas consideradas "feiúra".

Outro exemplo é o que se verifica nos grupos que habitam a planície da América do Norte, Firth (1978). Os Conselhos de Anciãos são as mais altas posições do sistema social. Eles são chefes e consultores nas atividades mais importantes. Se por um lado as atividades públicas estão concentradas nas mãos dos homens mais velhos do grupo, por outro, o espaço doméstico e mais privativo do grupo de mulheres, constitui domínio de influência das mulheres velhas, sobretudo, pelos conhecimentos e experiências que são transmitidos às mais jovens.

Não obstante, o dado mais incidente de notar a superioridade dos velhos pelo prestígio e influência, é decorrente da posição social que lhes são conferidos. É possível que em outras culturas contrastem com os dados aqui referidos, porém de qualquer modo, são suficientes para mostrar que a velhice é uma categoria cultural, sendo portanto, arbitrário o fato dos velhos serem mantidos no sistema social através de status e papéis, como desagregados desse.

1. A PASSAGEM RITUAL - AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO SOCIAL DOS VELHOS

A finalidade deste capítulo é examinar especificamente a lógica da agregação e desagregação social dos velhos, a partir da maneira como cada cultura opera a passagem ritual dos seus membros nos grupos aqui descritos.

Os exemplos de prestígio e influência dos velhos demonstram um alto grau de integração social, mas a isso, está relacionada a crença na influência retrospectiva dos espíritos ancestrais e os velhos por estarem próximos da morte, podem mediar essa influência sobre a vida do grupo.

Essa crença apresenta características diferenciais de um grupo para outro, mas quase sempre o respeito e o prestígio dos velhos significa a evocação de poderes sobrenaturais ou, por outro lado, o temor.

Os Suyás, por exemplo, respeitam seus velhos mantendo-os por isso integrados à sociedade.

O rito de passagem para a classe dos velhos Wikènyi marca dramaticamente a mudança de comportamento, como a vida da pessoa na comunidade.

Seeger (1980:65), observa duas partes processuais do rito, onde fica demonstrada uma característica importante: a ambigüidade como fator de agregação dos velhos.

A primeira etapa se inicia logo após os velhos em reunião, decidirem, segundo os critérios definidos anteriormente, quem está apto para integrar-se a eles.

A pessoa indicada une-se aos Wikènyi, na casa dos ho-

mens sendo iniciada a palhaçada. A cerimônia é seguida de cantos e ao final da canção o iniciado recebe um colar de dentes de macaco, terminando com o rito de comensalidade entre os **Wikènyi**. Os filhos de sua irmã e seus netos levam-lhe comida na casa dos homens. O iniciado recebe um novo nome que tem o prefixo **Wikèn**, o qual passa a ser chamado na comunidade recebendo nova identidade social.

Na segunda parte da cerimônia, o **Wikènyi** iniciado é levado para o centro da praça com os demais **Wikènyi** e ali a aldeia se reúne entoando cantos rituais.

Tudo isso transforma o velho Suyá numa pessoa respeitada porque, despojado das regras sociais, sua marginalidade se torna poderosa.

O papel do velho Suyá é essencialmente ritual. Ele vive em estado liminar, V. Gennep e Turner retrocitados, isento de regras sociais fazendo do seu corpo alvo de gozação, atraindo a atenção dos parentes e de toda aldeia. Com relação à ambigüidade do velho, Seeger observa a inversão de papéis na família: Um neto passa a se referir ao avô como "meu filho" e este ao neto como "meu pai".

A inversão de papéis na família é um detalhe importante da relação familiar como o é também para a comunidade.

Quando os mais velhos já não podem caminhar em busca de alimento, não apenas os membros mais jovens da sua família fazem-no por ele, como toda comunidade. Alimentar os velhos é dever da comunidade.

A troca está na importância que os velhos representam na condução dos cerimoniais. Seu saber cerimonial não somente torna-os úteis à comunidade, como o temor, por serem considerados dotados de poder mágico, respeitados.

As informações tidas sobre os Jivaro do Equador, inclusive as referências de Seeger (1980:74:75) sobre os grupos Jê da América do Sul, retrocitado, levam a crer que as conclusões de Goldmann, citado por Seeger (1980:62) a respeito da desagregação dos velhos na cultura Cubeo, a inversão se aplica aos Jê. Nesses grupos a crença em que os velhos medeiam o mundo dos espíritos

desempenha função vital na organização social. Para esses grupos a importância do velho enquanto ser intersticial, está em resolver os problemas para os quais o grupo não tem solução. Portanto a agregação dos velhos, não se explica em termos do que isso representa no plano abstrato, mas essencialmente, da sua eficácia, isto é, em termos do que os velhos enquanto dotados de poderes conseguem a motivação para o respeito e a manutenção da ordem social.

A prova disso é o que Balandier (1976:94:95) observa na relação à liderança e prestígio do velho na sociedade Lugbara, no que concerne ao comando da atividade econômica e política, sustentada na crença em que o êxito e a prosperidade dependem da força e dos poderes cósmicos, uma vez que o prestígio dos mais velhos está relacionado à crença em que os velhos, por estarem próximos da morte, têm ascendência exclusiva sobre o mundo dos espíritos.

A composição ideológica da crença tem para Douglas, V. Gennep e Geertz retrocitados também uma função instrumental, o que pode ser demonstrado por Malinowski com relação à importância do status do chefe, ocupado pelo membro mais velho do grupo, nas Ilhas Trobriand. Observa o autor que o caráter sagrado da figura do chefe, confere-lhe privilégios no que concerne à propriedade. Assim o chefe da aldeia é proprietário das canoas usadas na expedição do kula, a mais importante atividade econômica desse grupo. O mais importante no aspecto do controle é a unidade de motivações, o respeito e a ordem que o sistema de crenças associadas à concepção do status dos velhos suscita, de modo que a interação entre o caráter sagrado da figura do chefe com ordem e a prosperidade constitui o fator de agregação dos velhos na cultura Trobriand.

Entretanto, em outros grupos sociais da Polinésia, Firth (1978) a agregação dos velhos se dá via experiência - elemento fundamental na socialização dos mais jovens -. Um velho provérbio Maori:

"Tenham respeito por mim, sol poente, árvore caída, golpeada por muitas águas" (Firth 1978:102)

faz do velho Maori um ser respeitado. Os velhos exercem total

influência sobre as crianças até a idade adulta por serem esses quem iniciam-nas nas provas dos ritos de passagem. Por essa razão eles se tornam importantes no aconselhamento de decisões públicas, atividade econômica, e outras de igual importância.

Característica semelhante é observada na Austrália, Firth (op. cit.) onde o prestígio das gerações ascendentes se exprime pela forma de repetir os nomes. A influência dos velhos é acentuada pelas posições que ocupam no Conselho de Anciãos, decidindo sobre todos os assuntos da vida do grupo.

O fator experiência está também relacionado ao prestígio dos velhos em algumas sociedades da África e da planície da América do Norte, Firth (1978). Os Nandis do Quênia Hollis (citado in Firth 1978) que iniciam seus jovens à atividade guerreira, sendo seus instrutores, os velhos, praticam de sete em sete anos ritos de passagem para a classe dos anciãos.

As mudanças de status e papéis dão-se através de uma cerimônia que consiste no abate de um boi branco, e, os iniciados, despojam-se de seus trajes vestindo-se com os de anciãos. Celebram a troca de identidade comunicando, solenemente aos guerreiros, que o "bem-estar da terra de seus pais havia sido entregue às suas mãos".

O fato de tornar-se ancião conferia-lhe a posição de conselheiro e como tal deveria manter a ordem e as leis Nandi. São essas leis que preconizam o poder dos mais velhos e regulam a vida do grupo.

Entre os Pokot - Quênia Setentrional, Mair (1979:61:62) a passagem celebrada pela mudança de nome é nitidamente um rito de agregação que culmina com a assunção dos status mais importantes, como a administração dos serviços públicos e outros de caráter essencialmente litigioso.

O prestígio dos velhos está associado à ordem hierárquica que institui o respeito à geração mais velha entregando-lhe os meios políticos e sociais como forma de manter o controle social e, desse modo, exercer o respeito às instituições. Dentre as manifestações de respeito, a autora assinala a atitude de respeito dos jovens Pokot ao acatar as ordens ou parece-

res de pessoas mais velhas.

O mesmo não pode ser dito sobre os velhos Guayaki e Si riono retrocitados, onde o velho é separado da sociedade e assim mantido até que a morte biológica ponha fim à sua existên cia. Goldman argumenta que a desagregação dos velhos na cultu ra Cubeo está relacionada à indiferença no que a função do te mor aos espíritos ancestrais pode exercer sobre a ordem social.

A falta de dados e informações sobre a desagregação dos velhos restringe o foco desse fenômeno à perspectiva da separação pelo que cada cultura constrói como ordem ou desordem.

Outras perspectivas encaram a desagregação social por fins práticos, como por exemplo, o controle demográfico, principalmente nos grupos coletores, Harris (1971).

De qualquer forma a questão da desagregação social, em nossas sociedades como a agregação e desagregação dos velhos, vai refletir o modo de pensar a ordenação do mundo, isto é, a cosmologia e, a partir dela, constróem um sistema de ordenação equivalente, para fins práticos, que difere de uma sociedade para outra.

CAPÍTULO III

A VELHICE NAS SOCIEDADES COMPLEXAS

1. A COMPLEXIDADE DA MORFOLOGIA SOCIAL E A DIMENSÃO DA VELHICE

A denominação de Sociedades Complexas, aqui usada, tem o sentido empregado por Wirth (1972:15), segundo o qual, estas sociedades possuem: tamanho, densidade e heterogeneidade que, inter-relacionados se definem como requisitos de "complexidade" pelas condições de um agregado heterogêneo, vasto e denso de pessoas.

A esses critérios, Wirth relaciona tendências derivadas da urbanização como por exemplo: o enfraquecimento dos vínculos das relações pessoais e o aumento do número de pessoas com quem passamos a nos relacionar, ou seja, estreita-se o contato físico enquanto que os contatos sociais se tornam menos pessoais, mais transitórios, reduzindo-se o grau de reciprocidade - elemento básico das relações sociais.

O pequeno negócio familiar é substituído pela grande empresa, em decorrência, uma divisão do trabalho, altamente desenvolvida e a emergência de um novo código de ética, normas e valores passam a governar as relações ocupacionais.

Pessoas com antecedentes e necessidades semelhantes se unem em aglomerados em "sessão da cidade", bairros, condomínios, etc.

Entre outros traços tendenciais da urbanização, que o autor inclui, destaca-se a ausência de vínculos sentimentais e emocionais entre co-trabalhadores e co-residentes, relações essas que passam a ser motivadas pela competição em lugar da cooperação. Os meios de comunicação de massa passam a ser intermediados por representantes das instituições que, representando seus interesses particulares, se tornam importantes elos na comunicação.

Nesse sentido, a análise da velhice na nossa sociedade não pode prescindir da percepção das transformações sociais além do que nos auxilia a entender os seus múltiplos aspectos.

Se, por um lado, a vida social se torna menos sensível e mais complexa pela emergência de novos valores, por outro, se faz necessário analisar as fronteiras dessa complexidade. Muitos grupos convivem com a urbanização cultuando seus símbolos

orientando-se por valores tradicionais como demonstra Duarte (1986). Outros ainda não foram atingidos pelo processo de urbanização.

O conceito de Wirth como pano de fundo se justifica por razões teórico-metodológicas, uma vez que falar do velho nas sociedades complexas é falar de diversas categorias de velhice que nem sempre estão relacionadas à idade: o velho na família, o velho no trabalho, enfim, um conjunto de significados orientados por sistemas de classificação, cujas características diferenciais, serão examinadas neste capítulo.

2. O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO POR IDADE

Na história política da Europa Ocidental, a divisão por idade caracteriza-se como o traço mais significativo e mais comum da organização social.

Porém, os critérios de divisão - do privilegiamento ao não-reconhecimento de determinadas classes de idade -, variam historicamente.

A divisão da vida aparece segundo Ariés (1981) na Jô-nia no séc. VI a.C., com a filosofia. Na Idade Média, observa o autor, a idade da vida se constitui numa categoria científica de grande peso, sendo absorvida por outras culturas através da arte e dos costumes ao longo dos anos.

Este fato tem um correlativo: o costume de datar objetos, pinturas, mobílias e utensílios, para indicar a propriedade ou os eventos significativos, que predominou do séc. XVII até o séc. XIX.

No fim do séc. XIX a idade da vida ressurge com todo o vigor através da igreja, incorporando-se às escolas e aos hábitos de boas maneiras como observa Ariés (1981 cita um diálogo entre duas crianças interrogando-se sobre suas idades, na obra de M. Godeleir.

Os dados daquele período levam a crer que, a obrigatoriedade dos registros de nascimento, na França, tenha sido in-

troduzida pela igreja com Francisco I. Nessa época foi imposto aos párocos o controle dos nascimentos através de registros, difundindo-se, a partir daí, a exigência de registros civis nos serviços públicos. Até o séc. XX o autor constata que a importância da idade chegava, em certos casos, a se manifestar sob formas de representação mais elaboradas. Em toda parte a classificação da vida pela idade, designava o modo de existência, status e papéis através de um sistema que regulava o comportamento e a própria vida do grupo.

A maneira com que os aspectos biológicos são associados ao tempo, revela certas premissas cosmológicas que subsiste como princípio de ordenação do sistema social.

Numa fonte datada de 1556, em latim, constata Ariés que a natureza é concebida pela solidariedade entre seus fenômenos. Essa premissa segundo a qual tudo é determinado por um único princípio, vai reger a solidariedade entre os números dos elementos, as estações e o temperamento do homem, observado na prática da astrologia.

Ariés (1981:36a49) constata em suas pesquisas uma referência bastante antiga, em latim, onde aparece a correspondência da vida com o número de planetas, isto é, 7 (sete), caracterizada da seguinte forma:

- 1 - *Infância ou enfante* - o que designa a ausência da fala e pela incompleção da constituição física que vai de 0 a 7 anos.
- 2 - *Pueritia* - concebida como idade terra que vai até aos 14 anos.
- 3 - *Adolescência* - representada pelo vigor físico e biológico, apropriada à procriação estendendo-se dos 28 aos 30 anos.
- 4 - *Juventude* - representada pelo vigor mais moral do que físico definida até aos 45 anos.
- 5 - *Senectude* - intermediária entre a juventude e a velhi-

ce representada pelo rigor moral.

6 - *Velhice* - intermediária entre a senectude e a *series*.

É definida pelo declínio físico e biológico. "... as pessoas velhas já não têm os sentidos tão bons ... caducam..." Ariés (op. cit.:36)

7 - *Series em latim* - corresponde à segunda fase da velhice, representada pelo fim da vida

"o velho está sempre tossindo, escarrando e sujando...até voltar a ser cinza da qual foi tirado"

Ariés (op. cit.:37)

Até o século XX o autor constata consideráveis mudanças no que concerne à redução das faixas etárias e em função disso, a maneira de conceber o corpo e a vida.

Assim, de modo sumário, identifica-se três classes etárias principais: infância, juventude e velhice.

A infância não-reconhecida até o séc. XII destaca-se na arte barroca pela imagem dos anjos.

A juventude, exaltada no séc. XVII, desaparece e vai ressurgir no séc. XX sob o domínio conceitual da adolescência.

A velhice repudiada nos séculos XVI e XVII, sob a imagem do velho descrépito, passa a ser privilegiada no séc. XIX com a figura do velho patriarca, do ancestral, do sábio e do prudente conselheiro, sendo novamente desprezada no séc.XX.

A dinâmica da classificação da vida, tornou-se mais complexa em quase todas as culturas ocidentais, porém, como observa Balandier (1976) ela preserva as características mais fiéis da sua cosmologia: a unidade do tempo cósmico e a biologia humana. Deve-se, contudo, reconhecer que os fatores sócio-históricos e ambientais desempenham função relevante na caracterização diferencial de cada cultura. O progressivo aumento da média de vida, o processo de urbanização, em outros casos, a plena urbanização, impõem um modelo de relação excludente e com

petitiva onde os conceitos biológicos se tornam mais acentuados para exaltar a juventude como valor essencial da vida social.

Schurtz (cfe. Balandier, (1976:72) trabalha a dinâmica das relações como configuração ampliada, segundo a qual a hierarquia se estabelece segundo modelos primários: a desigualdade dos sexos, gerações, etc., como modelos que governam os sistemas simbólicos no "fluir" histórico da organização social.

Entretanto, o antagonismo entre classes, parece, reside também num nível inconsciente, na medida em que uma grande e significativa parcela de poder influencia a autoridade e se concentra nas mãos da classe dos velhos e de maneira mais difusa, elas se revelam através da superioridade do sexo masculino.

Desse modo, é preciso verificar qual é a base simbólica que governa essa relação e, em que níveis de consciência ela se revela mais ou menos aguda.

O artigo de Denick (1973:208) sobre sexo e poder nos Balcãs, permite extrair dados significativos que possibilitam confirmar tal observação. A autora enfoca um "tipo" de organização social, constatado na Península Balcânica, estendendo-se até a Grécia Antiga, baseado na patrilinearidade, através da qual se estabelece uma hierarquia de classes, sustentada na descendência e no sexo, com predominância do ancestral masculino mais velho, ao qual se vincula a idéia da subordinação da classe feminina pela reprodução de herdeiros para a família do marido e pressupostamente do seu Deus ancestral. Na Sérvia, o cerimonial de colocação à mesa, mostra uma divisão por sexo, mas são os homens mais velhos que formam a classe mais importante, sendo procedido pelos seus descendentes masculinos.

Na cultura japonesa, (Benedict 1972) a morfologia das classes de idade é semelhante a uma curva em U, representando três grupos etários básicos: a criança e os velhos nos extremos e entre as duas, a classe dos jovens.

As restrições, impostas a esta classe, pelas regras disciplinares e pela alienação da vontade própria, se acentua logo que a criança se torna independente dos pais e sai da primeira infância. Elas correspondem ao vigor da juventude, que se estende até os sessenta anos, quando a liberdade

marca a ascendência da classe dos velhos.

A classificação etária japonesa, baseia-se no privilégio da infância e da velhice, no símbolo da dependência recíproca entre os genitores e seus descendentes. As crianças precisam dos pais para sobreviver, e estes precisam das crianças para manter acesos na memória dos seus filhos os valores que deverão perpetuar a supremacia dos velhos.

Nos Estados Unidos, o contraste é ilustrado, pela mesma autora através da "inversão do arco da vida". O critério de classificação americano está fundamentado no vigor da mocidade que corresponde ao ponto mais elevado da hierarquia etária.

Compõem os dois extremos do arco, as classes da criança de um lado mediada pela classe dos jovens e adultos - e do outro, a classe dos velhos. Ela observa que o sistema de classificação norte-americano, confere "funções restritivas" à criança e à classe dos velhos. Esta observação, sugere o exame mais profundo sobre o conceito de velhice e da base na qual está apoiada a prioridade simbólica dos jovens e adultos.

Um estudo posterior de Mead (In: Balandier 1976) sobre a evolução da cultura, enfoca a dinâmica das relações entre gerações nos EUA, a partir da autonomia que se estabelece ao nível do aprendizado, ou seja, o processo de iniciação que antes era tarefa da geração mais velha, foi transformado em saber oficial caracterizando deste modo uma concepção de independência dos mais velhos.

As discussões mais recentes, entre essas e as de Toffler (1980), mostram que nos países onde o processo de urbanização avança e sobretudo os que já atingiram o pleno desenvolvimento urbano, novas definições surgem e passam na maioria delas, a coexistir numa forma combinada ainda que, heterogênea. Novos valores são "recriados", e a consciência sobre determinadas crenças ou costumes é acionada para atender os aspectos dinâmicos da organização social. Entretanto, esses valores não impedem a vigência de outros mais tradicionais, nas zonas rurais, bairros, associações, igreja, família, etc. Duarte (1986). Desse modo, o que modifica são os requisitos valorativos, dando emergência a novas tipologias de divisão da vida. Comfort (1978)

ilustra esta conclusão com um fato ocorrido nos Estados Unidos, onde uma subcomissão do Senado expede um relatório analítico de projeção do tempo médio de serviço dos trabalhadores, demonstrando que no prazo de 25 anos, a vida economicamente ativa não ultrapassaria aos vinte anos, face à crescente mecanização do trabalho.

Isso, de certa forma, vai demonstrar também que o conflito de gerações, caracterizado pela substituição dos velhos na sociedade norte-americana irá persistir enquanto os valores novos coexistirem com os traços mais radicais dos símbolos tradicionais, como por exemplo: o comando político e executivo, pela geração mais velha, enquanto que os valores mais recentes exaltam a juventude.

O Brasil inserido no contexto tradicional da cultura ocidental, pela sua origem histórica, mantém-se fiel às estruturas mais profundas dos símbolos da divisão social. Porém, as classes etárias apresentam certas características que se diferenciam pelo efeito das transformações sociais em função do processo desigual da urbanização.

Contudo, três divisões etárias básicas marcam o ciclo da vida, na nossa cultura: infância, juventude e a velhice. A infância simbolizada pela pureza ou inocência, expressa a relação com a ambigüidade dos entes cósmicos, conforme Trindade-Serra (1981). A criança está vinculada à ambigüidade dos anjos, que, numa liberalidade ritual, subverte a ordem social, quebrando as regras, tornando-se inferiores, porém amada.

A juventude e a velhice são pensadas por analogia com o modelo de oposição que separa a geração mais jovem da geração mais velha, como modelo de relação entre pai e filho, Duarte (1986:182), Balandier (1976:72).

Duarte (1986) constata que o modelo de concepção das relações entre os pais e filhos, na família, é o mesmo que regula as relações de classes de idade no contexto das relações sociais. O respeito que regula as relações entre pais e filhos na família da pesquisa de Jurujuba, bairro de Niterói, conjuga-se na complementaridade e na oposição pela forma de respeito constituindo-se num princípio que regula as relações

sociais mais amplas.

Assim, o respeito é um fator de referência associado à classe dos velhos, embora que, da mesma forma que a qualidade da juventude, está associada aos requisitos qualitativos impostos pelo valor trabalho. O respeito aos velhos também está correlacionado a valores que ordenam o universo doméstico.

A classe dos jovens, associada ao vigor físico e moral, está relacionada à idéia de prosperidade, num jogo metafórico que interliga o fisiológico ao social, conforme Mauss(1974:2). Do modo que o vigor físico, representado pela saúde e pela força física, está vinculado à ordem social e econômica.

A velhice está associada à doença, pobreza, enfim, à perda do vigor da juventude.

Cabe ressaltar que essa forma de concepção predomina em grupos ou setores da sociedade em pleno desenvolvimento urbano e sobretudo, naquelas organizações regidas pela relação contratual de trabalho.

Considerando que a idade da vida enquanto modelo mais profundo vai governar a organização da vida social, pela forma com que se estabelece a ordem é a oposição, é preciso entender esse antagonismo entre a geração de jovens e a velha geração no curso da história e a maneira diferencial, a exemplo da França, conforme Ariés retrocitado, através da qual as consciências são impelidas por novos valores, que vão determinar a compreensão e a ordenação das coisas.

Assim é que no Brasil, uma consciência étnica e territorial, sob a noção do "nacionalismo" - que marcou o governo de Getúlio Vargas -, (Koshiba:1980), desperta o valor "desenvolvimento econômico", e aciona progressivamente a relação metafórica do vigor físico e a prosperidade. Os ritos exaltam a juventude e seus argumentos apoiados no valor "produtividade" recorrem a requisitos determinados pelo mercado e pela concorrência às oportunidades de emprego.

O artigo de Lins-de-Barros (1981) ilustra a manobra de conscientização pelo Estado, numa constatação da própria autora:

"Ao examinar em 1974 os filmetes de propaganda do Governo brasileiro realizados entre 1969 e 1974. ...percebi que o tema constante era a juventude. E isso não só porque se falava de jovens, como também se falava para jovens. Na verdade, o país como um todo era considerado um jovem em formação, dono, portanto, de um futuro a planejar. Assim ligados à idéia de jovem, estão as idéias de moderno, de futuro e de mudanças" (Lins-de-Barros, 1981:15).

Isso, de certa forma, confirma que o modelo de classificação etária permanece como um dos substratos da consciência, sobrevivendo aos valores mais modernos. O que se modifica são os valores que determinam novos modos de consciência.

Assim, numa referência de Mauss, segundo o qual, "atrás de todo fato social, há história, há tradição, há linguagem e hábitos" (Mauss 1974:184). Dessa maneira leva a concluir que com que cada cultura divide a vida, depende menos da idade física do que da idade social, segundo os modos de consciência sócio-históricos.

A importância da classificação etária, entretanto, se torna muito mais complexa, na medida em que são seus princípios que vão fixar os status e, conseqüentemente, os papéis, a prescrição de condutas, atitudes e sentimentos.

3. O STATUS DO VELHO

Vê-se que a lógica social que define a divisão da vida em classes de idade, impõe certos atributos simbólicos aos indivíduos através da consciência da sua existência simbólica, segundo a lei da similaridade de Mauss.

"...A camada da consciência individual entre o social e o fisiológico: risos, lágrimas, lamentações fúnebres, ejaculações rituais são tanto reações fisiológicas quan-

to gestos e sinais obrigatórios, sentimentos obrigatórios ou necessários, sugeridos ou empregados pela coletividade..." (Mauss, 1974:184).

É esse princípio que justifica falar do velho - pressupondo o homem biológico - como uma identidade construída sobre o modelo de classificação etária. Nesse sentido o velho se apresenta sob dois níveis diferenciados: um consciente que corresponde ao status fixado pelo sistema de classificação etária e que se restringe a dois status, basicamente: ao de avô ou avó que não é fundamentado na idade fisiológica, mas a partir da segunda descendência, quando o filho ou filha lhe der netos, quando ele passa do status de pai para o de avô, um status da classe dos velhos.

O segundo de aposentado, baseado na idade fisiológica, expressa uma categoria simbólica que tem vários atributos, como por exemplo ter acima de 60 anos e ter deixado de trabalhar, perda do vigor físico, das faculdades mentais, etc.

De modo geral, é assim que o velho é reconhecido, ou que lhe confere restrições rigorosas. A restrição de efeito mais nocivo na concepção de Comfort (1979) para o velho, na cultura norte-americana é a aposentadoria. Semelhante observação é feita por Kastenbaum (1981), Mosquera (1983), Fulder (1983), Canoas (1985) entre outros.

Constata-se, porém, que este mesmo velho que sofre restrições, que é marginalizado, é conferido com o poder, com o prestígio e a influência do status de presidente, com posições no senado, na direção de importantes empresas, etc status mais significativo da hierarquia social.

4. A DIMENSÃO CULTURAL DA VELHICE

O dado mais geral, nos trabalhos sobre a velhice nas sociedades urbanas ocidentais, é a discriminação e estigmatização do velho a as condições de doença, miséria e abandono em que vive.

As diversas publicações citadas na introdução do presente Trabalho, entre outros, conferem à velhice conotações de gradantes pela falta de recursos financeiros, ou pelo abandono da família, etc.

O enfoque da velhice, nas obras de Simone de Beauvoir (1980), exprime de certa forma a consciência da cultura francesa sobre o velho, de maneira específica, a condição da mulher na velhice que se caracteriza, menos pela idade do que pelo sexo. Desse modo as restrições impostas à mulher tem um caráter mais difuso pelos seguintes aspectos: primeiro pela condição de reprodutora; segundo por questões de estética; terceiro pela dependência do marido nos casos em que a mulher não possui seus próprios meios de sobrevivência.

Ela mostra que a passagem da mulher, para a velhice ocorre mais cedo do que nos homens e nem sempre o critério é a idade fisiológica. Uma mulher quando sente os primeiros sintomas da menopausa, ela própria sabe que perdeu a função de reprodutora. Este fenômeno, imediatamente associado à perda da sensualidade, beleza, vigor físico, saúde e outros valores, se transforma num "drama moral". Ela então rompe com sua existência, e como velha, passa a lembrar dos seus tempos de jovem.

"Muito antes da mutilação definitiva, a mulher sente-se obcecada pelo horror de envelhecer ... Pelo fato de que suportou mais ou menos passivamente seu destino, parece-lhe que lhe roubaram suas possibilidades".
(Beauvoir, 1980:344)

Esses são alguns dos sentimentos que a autora revela, como estados de consciência da velhice - tanto que a velhice de sua mãe inspirou-lhe um livro, publicado em 1965, com o título Une mort très Douce, onde ela traduz uma vida dramatizada pela solidão, sucessivas enfermidades, culminando com a morte.

A perda de papéis, com a morte do marido, a independência das filhas, a incapacidade física para o trabalho, até para caminhar, exprimem a dissolução da sua vida social. Mesmo que o seu organismo doente pelo câncer, ainda suscitasse ves-

tígios de vida, ela experimentava uma morte muito mais cruel: a morte social. A autora ilustra esse estado, quando se refere à perda do pudor

"...A camisola aberta revelava com indiferença seu ventre flácido, recoberto de minúsculas rugas e o pubis glabro. Já não tenho pudor nenhum disse ela num tom surpreendido... Desviei-me da cama e fui absorver-me no jardim, ver o sexo da minha mãe: isso me chocava" (Beauvoir, 1984:20).

Vê-se que Turner classifica a ausência de regras como um fenômeno da liminaridade:

"As entidades liminares, como os neófitos nos ritos de iniciação ou de puberdade, podem ser representadas como se nada possuíssem. Podem estar disfarçadas de monstros, usar apenas uma tira de pano como vestimenta ou aparecerem simplesmente nuas, para demonstrar que, como seres liminares, não possuem status, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, posição em um sistema de parentesco..." (Turner, 1974:117).

V. Gennep (1977) demonstra que todo o rito de passagem implica na separação, isto é, na suspensão temporária ou não das regras sociais. O exemplo retrocitado dos Toda da Índia, que consideram a gravidez um estado de impureza ou desordem, fica evidenciada a separação como morte simbólica.

No caso aqui considerado o contraste entre o sentimento da mãe, liberada dos tabus, e o sentimento de reprovação dissimulado da filha, e ao mesmo tempo de repulsa, demonstra que nesta relação é apenas o status de filha que a mantém unida a uma pessoa que foi sua mãe.

O artigo de Mead (1980), sobre as transformações da cultura americana e seus efeitos diretos sobre a família, resalta os problemas do velho e a diluição progressiva dos pa-

péis, afetando conseqüentemente as consciências dos deveres e costumes que regulam as relações de parentesco.

Toffler (1980), do mesmo modo, mostra a velhice pela solidão, como um processo decorrente dos novos padrões de família e de regras de parentesco. O autor mostra num recenseamento de 1970, que apenas 1 entre 3 adultos, vivia em casa com filhos menores de 18 anos. Em quase um quinto de todas as residências, vivia apenas uma pessoa.

Em outros estudos, entre eles o de Comfort (1979), Kastenbaum (1981), Jacobs, Byrne (1974), Balandier (1976), a velhice também aparece menos associada à doença e pobreza, mas à solidão. A aposentadoria, é um dos dados mais frequentes indicados como responsável pela "expulsão" do velho da sociedade:

"Nos Estados Unidos, a pobreza pura e simples não é a grande desgraça da velhice, embora os indivíduos que sempre foram pobres não o deixam de ser depois de velhos... A pior desgraça para o idoso é ser expulso de uma sociedade tradicionalmente baseada no trabalho" (Comfort, 1979:14).

*Nesse caso a consciência da velhice, passa pela perda de papéis, e esta, pela inutilidade, um conceito calcado sobre o valor "atividade" e "produtividade".

Segundo esses autores é esse valor que dá ênfase ao antagonismo entre a relação dos mais velhos com a geração dos jovens, impelindo os velhos à adoção de novos "estilos de vida", que por sua vez, vão gerar novas consciências, subestimando capacidades e experiência como por exemplo, a autonomia do saber institucional, a incapacidade física, etc. As posições de prestígio que em geral se fundaram na experiência e no tempo de serviço, são agora substituídas pelo saber institucional. Os mais jovens ocupam os espaços dos mais velhos nas organizações, serviços públicos e privados. A perda de status de maneira generalizada na família, no clube, no trabalho, se exprime, para a maioria dos autores, no modo de viver em condomínio.

nios, comunidades, retiros, casas de saúde, etc., conforme mostra Byrne e Jacobs (op.cit.).

Em geral, os gerontólogos têm discutido esta separação pela discriminação e estereótipos que os novos valores impõem a essas pessoas no final da vida. O abandono dos parentes e a busca de outras modalidades de solidariedade orgânica, têm servido de justificativa para as comunidades, retiros e os condomínios residenciais para velhos.

Esses "estilos de viver" são vistos por Toffler (op. cit.) como uma cultura de "sós". Associada a esta "tipologia" surge, "tipologias" de serviços como empresas turísticas para serviços rodoviários aeroviários específicos com médicos, enfermeiros a bordo, para atender qualquer emergência, bares, pavilhões de esquiações e outros serviços para pessoas sozinhas.

A vinculação da velhice à doença e à solidão se revela também na literatura inglesa, com Lessing, obra publicada em 1983 sob o título: The diary of a Good Neighbour, onde ela representa o contraste das gerações, pela solidão, doença, abandono e sujeira, em que os velhos vivem. A autora mostra o perfil do idoso através do personagem Maudie, uma mulher que vegeta num apartamento pequeno e imundo, abandonada pela família, perdendo progressivamente a noção de ordem, limpeza e estética. A hostilidade do ambiente, traduzido pelo estado de conservação dos poucos móveis, roupas e objetos, exprime a condição de um ser que perde o sentido da sua existência, que vive entre as pessoas e não é percebida. Como Maudie, ela mostra outros idosos, que recorre aos anúncios de jornais para fazer amizade, tirá-los da solidão pelo menos uma ou duas horas por semana. O contraste é marcado pela condição de vida da autora, uma jovem viúva cheia de vida e compromissos com um emprego que lhe garante um alto salário, roupas luxuosas, conforto.

Um dado importante é a ausência de regras representada pela preocupação da autora com a desmotivação da velha Maudie com a ordem, limpeza, sobretudo pela passividade à doença, pois raras vezes deixara escapar numa queixa ou outra caracterizando a perda da referência social ao perceber os fenômenos do seu corpo pelas regras sociais de patologia, isto é, que determina

a doença, Duarte (1986).

No Brasil, a consciência da velhice, aparece associada a dois aspectos: o surgimento da geriatria, conseqüentemente a difusão dos estabelecimentos das clínicas geriátricas, voltadas à prevenção e aplicação terapêutica de fórmulas no "retardamento da sintomatologia da velhice". A atuação da gerontologia, através dos programas de previdência social, dos programas de governo a nível nacional, seguidos pelos estados e fortalecidos pelos programas liderado pelo SESC- Serviço Social do Comércio, com o objetivo de "educar os jovens para a velhice e os velhos para aceitarem com 'dignidade' a sua condição", (Canoas, 1985 e Haddad, 1986).

Os inúmeros trabalhos, dentre eles os referenciados na Introdução, mostram uma consciência de velhice mais aguçada, pela noção de pobreza. Esta noção, por sua vez, assume características mais difusas pela relação que se estabelece como a aposentadoria e pelas "tipologias" institucionais, como os centros de convivência de idosos, asilos, etc.

Assim, se verifica através das dietas alimentares, abstenção do uso de bebidas alcoólicas, fumo, etc., e uma preocupação das pessoas idosas, em recorrerem à medicina para prevenir-se dos "males" da velhice. Por outro lado uma consciência de velhice relacionada à pobreza e à solidão se exprime através da família, através da aposentadoria, do trabalho, etc. Um dado muito freqüente é o de que os problemas do velho, começam com a aposentadoria. É comum a referência à morte para exprimir a ausência de status do velho. Essa ausência se torna muito mais freqüente após os 40 anos, quando as restrições institucionais, limitam progressivamente as oportunidades de emprego, por ser um país, onde a população jovem é maior. Em 1980 a população de mais de 60 anos não passava de 6,06% do total do país, Haddad (op.cit.) ocorrendo pouco controle da oportunidade de emprego, a idade para ingresso no mercado de trabalho se encolhe cada vez mais.

Esses critérios tipológicos, de idade para ingresso em clubes, concursos, além de outros de caráter securitário e previdenciário, seguem a mesma lógica que determina a valorização

simbólica da saúde e vigor físico.

Duarte (1986) ilustra o modelo lógico e o processo através do qual esses valores sociais mobilizam representações a respeito do que se passa dentro dos limites do corpo.

A partir dessa lógica e associada às referências aqui citadas, o velho é pensado como fraco e doente. A prova disso é que a consciência das patologias cardiovasculares tem acentuado nas últimas décadas. A preocupação com programas de orientação ocupacional, onde a atividade do trabalhador é controlada e conseqüentemente suas possibilidades de desenvolvimento e ascensão a posições mais elevadas ficam limitadas, isso equivale dizer que a temporalidade dos papéis se torna mais curta, em contraste com a longevidade que tende a se elevar. Esse parece ser o problema central, ao qual Comfort (op. cit.) faz menção como um fenômeno gerado pelas transformações históricas. Na verdade a aposentadoria é sustentada pelo valor implícito na temporalidade do status como trabalhador, determinado em função do aumento da concorrência por oportunidades de emprego, o que no Brasil, vai se manifestar no conflito de gerações, um conflito disfarçado pela tutela do Estado e pelos programas de aposentadoria.

O modelo físico-moral, implica não só na idéia de perda da saúde, vigor físico e mental, como também na pobreza como decorrente da aposentadoria.

A relação da fraqueza física com a fraqueza moral, Duarte (1986) associação que Rodrigues (1986) faz ao se referir à concepção do corpo segundo a representação da sociedade e seus valores, indica que a relação da velhice com a pobreza, tem sua razão na lógica que vincula a fraqueza do corpo à perda da capacidade mental dos velhos e conseqüentemente na perda dos elementos valorativos da moral.

Porém, os exemplos mostram que a supressão do velho da estrutura social não é um dado geral. A cultura japonesa, não obstante as transformações históricas, preservou o status do velho, mantendo-o integrado à sociedade mesmo depois que se aposenta. Hirata (1986) analisando o "paternalismo" ou "familiarismo" nas empresas japonesas, credencia os dados de Bene

dict (op. cit.) quanto à transposição do modelo de hierarquia na família para o âmbito da esfera produtiva. A autora constata que a relação pai/filho e pai/filha são transpostas para a esfera salarial com tudo o que isso significa em termos de disciplina, autoridade e afetividade.

Desse modo, o respeito aos mais velhos como a sua importância, que se transfere para os status que eles ocupam fora das relações familiares, são consideradas como naturais, reproduzindo-se através da "política de gestão" e com os princípios de dever, de lealdade e respeito.

Nesse sentido é importante observar que a integração dos velhos é definida pela transmissão de conhecimentos e experiência, e no que isso significa em termos de identidade nacional.

Os japoneses conferem aos velhos, o papel de maior responsabilidade que é a reprodução moral e física da nação japonesa. O sistema é mantido pelos critérios retroalimentativos de avaliação e promoção. A fidelidade e obediência pesam tanto ou mais que o desempenho profissional. Essa capacidade é aferida pelo desempenho dos velhos de preservar o mesmo vigor e os mesmos princípios na formação dos mais jovens. O chefe simboliza o pai, bem como os atributos morais que ligam esses a seus filhos nas relações de família.

Esses exemplos confirmam a denominação de dimensão consciente da velhice que é o reflexo do que cada sociedade formula como modelo explicativo do último segmento da vida que dependendo do contexto, pode estar relacionado à idade fisiológica ou ao status social.

Portanto, como observa Rodrigues (op. cit.) a dimensão patológica da velhice ou todos os seus fenômenos derivados estão situados fora do organismo do indivíduo. Reportando a Lévi-Strauss, argumenta:

"O domínio do patológico nunca se confunde com o domínio do individual: os diferentes tipos de perturbações se estabelecem como categorias, admitem uma classificação e as formas predominantes não são as mesmas se-

gundo as sociedades ou qual o momento da história de uma sociedade" (Rodrigues 1986:38).

A partir desses exemplos torna-se possível perceber que a velhice enquanto percebida por Lessing através da doença, da solidão, do abandono, desordem etc., da mesma forma Simone de Beauvoir com relação a decadência física e moral da mãe, parece contrastar com os exemplos descritos por Benedect na cultura japonesa.

Considerando sob este aspecto a heterogenidade dos padrões de vida, que caracteriza a complexidade da nossa cultura, em muitos casos, a coexistência com símbolos tradicionais, torna-se importante examinar nos limites internos de cada instituição em que valor simbólico específico reside o aspecto negativo da velhice como patologia ou como desordem e como se faz o processo de generalização do estigma a todo indivíduo - com mais de 60 anos.

5. O VELHO NA FAMÍLIA

As discursões em torno das transformações sociais, enfocam em primeiro plano as relações sociais na família, Toffler (1980) Mead (1982) ou no mesmo âmbito o conflito de gerações, Balandier (1976).

Os estudo de Mead (1982) revelam que as mudanças sociais decorrentes do elevado nível de industrialização nos estados americanos, engendraram profundas alterações na família, com repercussões no sistema como um todo. As relações sociais como base na organização social, refletiram essas transformações causando um impacto no estado de consciência dos indivíduos. Esse impacto foi de maneira mais acentuada, produzido pela desestabilização de status e papéis, base da

construção da identidade.

O papel tradicional dos velhos na família, sofre transformações, de maneira bem mais profunda nos EUA, Toffler e Mead (op. cit.) pelas formas de reprodução social, que tendem a alojar novos valores morais e institucionais. Essas transformações têm um processo extensivo e amplo, porém, de efeito regressivo muito mais acentuado para o velho. Não pelas condições fisiológicas da idade, mas pelo esvaziamento progressivo do status, começando cedo na família.

Os dados recensados, por Toffler (op.cit.) mostram que as transformações do sistema de organização social nos EUA iniciaram a partir da família. Segundo Toffler pesquisas realizadas num único bairro de Chicago, revelaram 86 combinações diferentes de adultos inclusive categorias de parentesco: mãe-avó, mãe-tia, mãe-madrasta, Toffler (op. cit.).

O processo de socialização, que tradicionalmente era conferido também aos avós, deixou radicalmente de existir com o advento dos meios institucionais de educação. Essa alteração assumiu proporções muito mais profundas e progressivas pela substituição da mãe, pelas creches. Por outro lado a redução no número de filhos numa família, e na maioria, pela inexistência, limitou as expectativas de co-habitação com os descendentes na velhice, ou por morte de um dos cônjuges.

Porém, apesar das transformações, a família ainda sobrevive na consciência coletiva.

Na obra de Lessing, já citado, a consciência da família, se revela pela reação que a solidão produz, na autora, ao indagar a "Velha Maudie" sobre a existência de sua família. Ela tentou, por várias vezes, uma aproximação desta, na tentativa de resgatar os sentimentos e compromissos morais do parentesco.

Deseja-se, ainda, acentuar que as mudanças na família ocorrem de forma desigual, atingindo determinados segmentos, enquanto que em outros os princípios da unidade familiar coexistem com os valores mais modernos.

Nas sociedades ainda não totalmente atingidas pelo pro

cesso de urbanização a vigência de valores fundamentados na família, principalmente quando estas constituem a base de identidade social, as relações de parentesco se mantêm quase inalteradas.

Duarte (op. cit.) constatou valores morais radicalizados na representação das "Perturbações", num grupo de trabalhadores num bairro operário de Niterói, onde a identidade desse grupo se fundamenta sobre o valor-família. Os princípios que fundamentam a consciência da família são acionados nas redes de relações, de acordo com o modo particular de suas manifestações.

"...A obrigação e o respeito não legalizam apenas: a relação entre cônjuges e entre pais e filhos, mas é muito mais abrangente e recobre a designação de responsabilidade muita viva para com as pessoas do seu próprio sangue, mormente, com os pais, cujo caso a dimensão de reciprocidade intrínseca e toda ordem hierárquica se torna bem explícita e verbalizada.

...a obrigação e o respeito para com os pais idosos que importe na sua conveniência com a unidade doméstica de um dos filhos, não abale as fortes tensões que decorrerão da prática cotidiana da regência do lar e do fato de que os pais residentes são sogros em relação ao outro cônjuge e avós em relação aos filhos do novo casal". (Duarte, 1986:192).

Fica portanto evidenciada a integração dos velhos nesse segmento da classe trabalhadora, o que neste caso vai resultar da co-habitação dos pais ou sogros com os filhos casados, um dado que se repete com mais intensidade nas zonas rurais, e ainda nos guetos (como mostra Stack 1979). É preciso ressaltar, neste caso, a integração dos velhos, como estratégia de conveniência, não só pelo trabalho solidário, como pelas condições de sobrevivência onde o desemprego é uma ameaça constante.

Durhan (1978) argumenta que a família conjugal tida como consequência da urbanização, foi encontrada também nas zonas agrícolas do Brasil. Os dados em que ela se baseia levam a crer que as transformações se deram via desapropriação e as escassas possibilidades de emprego, conforme pesquisa em Itá, - Amazônia, sendo impelidas para outras regiões à procura de empregos ou de terra. Entretanto, a característica da família conjugal é a "dominância paterna". O pai funciona como fator de coesão da família, mantendo unidos os filhos solteiros na mesma casa e quando os filhos casados por motivo de desemprego ou outro qualquer, retornam para junto do pai.

Ela verifica que nos casos de imigrantes, na cidade de São paulo, as relações são mais preferenciais e dificilmente abrangem mais de duas unidades familiares. Se descaracteriza a reciprocidade de papéis e, em decorrência, o princípio de solidariedade.

Uma terceira versão, Canoas, (op. cit.) mostra que o idoso prefere viver independente da família por várias razões que classifica como desvantagem: conflitos de gerações e a dependência financeira.

No primeiro, a autora situa a autonomia da aprendizagem na experiência, o que faz com que as pessoas mais velhas se sintam inúteis. Os netos ou os filhos querem ou preferem aprender sozinhos.

No caso de outros segmentos urbanos, os princípios da reciprocidade dos papéis nas relações de parentesco são substituídos pelo processo de nuclearização da família, estabelecendo-se uma consciência mais estrita de deveres e responsabilidades com os membros mais diretos: pais e filhos. Entretanto, é nessa camada da sociedade onde se verificam estilos de vida mais livres, onde a conveniência gera novas formas de organização dos grupos baseados no princípio da ajuda mútua, no caso de condomínios, grupos fechados onde os avós são liberados do papel de babás.

Semelhante observação faz Cohen (1978) a respeito de novas formas de solidariedade entre um grupo, em Londres, numa comunidade unida pela identidade profissional, onde as mu-

lheres manobram entre si o cuidado das crianças quando têm que sair em viagem ou às compras, dispensando os avós dessa tarefa.

Nesses casos os membros mais velhos começam a perder seus papéis e a sentirem-se inúteis. Estabelece-se assim, uma consciência da solidão como um fenômeno não decorrente de rompimento dos laços entre pais idosos e seus filhos, mas da condição do ser velho. Esta consciência vai aliar-se a outros fenômenos da vida como a doença, a pobreza.

6. A REPRESENTAÇÃO DA VELHICE NO DISCURSO MÉDICO

O termo instituição designa as tecnologias de manifestação e controle da consciência dos símbolos, Berger (1976).

As referências arroladas nos capítulos introdutórios permitem mapear as dimensões em que a categoria velho se instaura como um fenômeno cuja ordem de explicabilidade é sustentada sobre uma racionalidade cientificista.

Desse modo, à geriatria cumpre a função de fornecer um "modelo" de consciência que pode ser reproduzido com maior eficiência. Esse modelo se funda num primeiro modelo de explicação que, no caso presente, é a ciência médica.

Assim é que a consciência da velhice, através da representação social do corpo, Rodrigues (1986) Duarte (1986) é institucionalizada pela geriatria, através da explicação biológica, segundo a perspectiva da degeneração.

Desse modo, as categorias recorrentes, tais como doença/velhice - para exprimir a relação fraqueza físico-moral - são legitimadas pela racionalidade científica e introjetadas na consciência como um processo natural do organismo.

A obra de Pacheco e Silva (1978) filiado à geriatria, é um exemplo de como esses símbolos são introjetados na consciência dos indivíduos. Esse autor, apresenta uma série de medidas orientativas aos idosos, a partir do conceito da velhice como degeneração física e moral. Assim, a debilidade do corpo se impõe como um fenômeno natural, portanto irreversível.

"Poucos são, na realidade, os velhos que conservam a jovialidade do espírito, a alegria de viver, a esperança no futuro, sem se insurgir contra as leis da natureza, que são sábias e irreversíveis.

Todas as funções essenciais da vida - a respiração, a circulação, a digestão, a urinária, e, particularmente a cerebração - acusam, com a idade, desordens de maior ou menor gravidade". (Pacheco e Silva, 1978:7).

A teoria médica mostra que o corpo, sistema sintetizador das funções física e moral, constitui o veículo por onde flui a consciência da velhice. Essa consciência vai se articular ao tema das patologias degenerativas, na maioria dos discursos populares. O trabalho de Duarte (op.cit.) dá um exemplo flagrante disso, sobre o discurso do "nervoso". Nesse trabalho, ele mostra como o corpo se constitui numa das partes de convergência entre a consciência coletiva e a condução da pessoa; a "fraqueza" fisiológica assume um significado mais abrangente, implicando nas perturbações de ordem moral, o que traduzido para o discurso da geriatria, corresponde à perda da faculdade mental dos velhos.

* As referências arroladas na introdução deste Trabalho, demonstram a radicalização e difusão dessa consciência, sustentada pelos recursos da racionalidade científica.

Essa consciência, acentuada pelo temor aos fenômenos fisiopatológicos, elevação da taxa de colesterol, diabetes, entre outras, vai gerar um contingente considerável de pacientes que se submetem às práticas terapêuticas, na busca do retardamento ou cura desses males. Kastenbaum (op.cit.) observa que o primeiro e mais geral sintoma da velhice é a preocupação excessiva com o corpo.

De modo geral, as obras aqui citadas, explicitam isso pela preocupação com as dietas alimentares, exercícios físicos e as mudanças nos hábitos.

Essa preocupação, aparece associada à multiplicação de

mecanismos de controle da saúde. Estes recursos institucionais, assumem proporções mais difusas fortalecendo-se e gerando novas categorias de manifestação, imbricadas por sua vez, a interesses de grupos formados a partir desse sistema simbólico. É o caso da geriatria, medicina ocupacional, etc.

Nesse caso, o símbolo da velhice fisiológica, é amplamente transportado para as empresas, se efetivando nas relações de trabalho, através de sistemas de acompanhamento ocupacional.

Esses recursos institucionais, embora se reproduzam no contexto histórico de cada cultura, são acelerados pela difusão, através das campanhas desencadeadas pela ONU. Os programas de previdência e assistência aos idosos são engendrados nesse contexto, e reproduzidos pelos Estados, através do Centro Internacional de Gerontologia Social - CIGS - mediante intercâmbios de informações científicas. (Haddad op.cit.).

7. A REPRESENTAÇÃO DA VELHICE NO DISCURSO SOCIAL

Não obstante a conjugação teórico-conceitual da gerontologia/geriatria, ilustrada através de difusão do uso das duas categorias em Pacheco e Silva (ver 1978:20). A primeira, revela uma característica diferencial, pelo enfoque mais abrangente do velho, na esfera moral; enquanto que a geriatria, trata de modo mais específico, o fisiológico: através das patologias da velhice. A "conjunção" se estabelece através de uma articulação mais interna entre a explicação sobre a manifestação do processo degenerativo do corpo, como as perturbações fisiológicas, e as perturbações de ordem mental.

Um dos sintomas, marcados pela "idade avançada", é, para Huyek (In Mosquera, 1983), a perda do significado da vida. Esse fenômeno, que se manifesta pela desmotivação para o trabalho e para a realização das coisas, é encarado como o problema da velhice, instalando-se, desse modo, dois "modelos" de consciência formais: o velho como patologia fisiológica e como patologia social, baseados na "racionalidade científica".

A perda do vigor físico e mental, a suscetibilidade

do corpo, constituem o eixo, "valorativo" e estruturante de-se "modelo" de consciência.

As áreas de manifestações desses problemas são em geral a família e a economia. O velho é considerado como desajustado pela incompatibilidade entre as condições físicas e as exigências valorativas da sociedade, apelando-se para a realização de treinamento profissional, para a orientação aos idosos e formação profissional de gerontólogos. A crítica em geral está centrada na deficiência dos serviços prestados pelos asilos e outras entidades, pela falta de conhecimentos especializados nos aspectos psicossociais, uma vez que o velho deve ser orientado para a velhice.

O fator impulsionador do desajustamento e, para Mosqueira (op.cit.) e Pacheco e Silva (op.cit.) o próprio indivíduo reagindo à velhice. E através dessa luta, o "idoso" perde o interesse pela vida. Ele perde a noção de família, tornando-se egocentrista, apático e angustiado.

Esses sintomas são interpretados por outras vertentes, pela solidão - como um processo decorrente dos novos padrões de relações na família, não permitindo ao idoso superar as crises de identidade pela falta de apoio, de atenção, afeto, etc. Diante desse processo o velho recorre às entidades de amparo - lar de velhos, asilos, comunidades, retiros, etc. Ampliam-se as ofertas dessas entidades, e diversificam-se pelas características de atração. Nesse espaço, o discurso da gerontologia se arma em torno da necessidade da "profissionalização" dos serviços especializados, evocando o espaço da Psicologia e Serviço Social, Canoas (op.cit.) e Kastenbaum (op.cit.).

Já no âmbito da "economia", o "modelo" explicativo recorrente, é a luta de classes. É esse, o espaço da discussão sobre a pobreza, aposentadoria e estigmatização do velho.

As restrições impostas ao velho nesse discurso, não têm uma origem "externa", são as condições fisiológicas que determinam a incapacidade para o trabalho. A articulação desse estado físico com o moral se manifesta através da acusação de que os valores dominantes que pressionam os velhos para fora da sociedade por serem improdutivos, acusados de "estagna-

ção" e, por isso, levados à marginalização total.

Todas as publicações específicas, citadas neste trabalho, manifestam um "modelo" de consciência do velho, muito próximo do "modelo" de liminaridade de Turner, (1975).

Onde o "idoso" é classificado como uma categoria asexuada, da mesma maneira que o doente. O que confere a preocupação no discurso médico, quanto aos cuidados que eles inspiram. Cuidados neste sentido, denota um interessante jogo metaforico, que traduz a maneira da nossa sociedade lidar com a categoria ambigua, pois como velho e doente o perigo é duplo.

Neste caso a doença, implicada na idéia de intervenção da medicina se torna um fator importante no rompimento do idoso com a sociedade, na medida em que ela restabelece a ordem através da aposentadoria.

8. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

De modo geral a aposentadoria, nas sociedades modernas, é uma instituição designada por lei que "encerra" as relações de trabalho, quando o empregado por razões de doença, invalidez ou velhice, se torna improdutivo ou seja, inativo. Com uma pensão mensal vitalícia, calculada pela Previdência Social, com base nas contribuições ao Estado, durante todo o tempo de serviço, o indivíduo é desligado do emprego. E pelo seu caráter contábil Comfort (1979) e pela inatividade que a aposentadoria é percebida e construída no discurso popular.

O discurso da aposentadoria é marcado por dois aspectos o fisiológico, onde a idade é pensada como resultado da perda do vigor e da saúde; o outro, moral, como a perda de papéis, da credibilidade, etc. A obra de Comfort (1979) mostra que diversas empresas estimulam a aposentadoria antes dos 60 anos. A Unidet Centro Workers, Comfort (1979), concede a aposentadoria aos 55 anos. Outras empresas promovem planos de incentivos através de vantagens pecuniárias e outras modalidades de benefícios para acelerar a de

cisão dos empregados, com tempo de serviço, a aposentadoria. Os trabalhos consultados, Haddad, Comfort, Kastenbaum, Mosquera (op. cit.) e entre outros aqui citados, não fogem aos dados mais gerais; o que varia, são as categorias de recorrência, que caracterizam a explicabilidade de cada cultura, sobre a aposentadoria.

Os norte-americanos, falam da aposentadoria através da "expulsão" do indivíduo da sociedade, Comfort, Kastenbaum, Skinner, retrocitados.

Esses discursos se constituem em torno da inatividade pela perda de papéis, pelo ócio, pela discriminação dos velhos, etc.

"Nossa cultura se diferencia das demais por destituir arbitrariamente a velhice de qualquer papel social". (Comfort, op.cit.17).

É notável a consciência de esvaziamento dos papéis e do rompimento da relação do indivíduo aposentado com a sociedade. Como acentou-se anteriormente, o esvaziamento dos papéis dos velhos na família e a articulação desse esvaziamento com valores fundamentados no vigor físico, explicam de certo modo a ausência dos velhos pelo fato de eles não terem espaço no sistema de classificação social. Para Comfort (op.cit.) o drama da inatividade se revela mais agudo nos homens, para quem a atividade pública, constitui a base da identidade social. Assim é que para um médico ou um general deixar de exercer a sua profissão, se torna muito mais difícil do que para uma mulher deixar de exercer suas funções públicas, embora os trabalhos de Mead já citados, sobre as relações das gerações demonstrem que as mudanças sociais, atingiram - na família - tanto ao homem quanto à mulher pela "extinção da unidade familiar". Com o aumento progressivo de divórcios, as mulheres tiveram que assumir muitas vezes, sozinhas o compromisso e a sobrevivência dos filhos afastando-se do domínio doméstico, dedicando-se cada vez mais às atividades públicas rentáveis.

É preciso, sobretudo, analisar a questão do estado-de-espírito dos aposentados, sobre o duplo aspecto: primeiro pelo

esvaziamento dos papéis dos ascendentes na família, e a substituição destes papéis pelas instituições de ensino, fato já discutido a partir dos trabalhos de Mead e, segundo, pelo choque das gerações no mercado de trabalho.

Neste último, reside o fator inicial, dos fenômenos restritivos aos velhos pelo aumento progressivo da longevidade, implicando na inflação do mercado de trabalho e principalmente no congestionamento da via de acesso profissional dos mais jovens que, estimulados por valores fundamentados no saber institucional, entravam numa luta competitiva com os mais velhos em torno dos cargos mais elevados da hierarquia ocupacional.

A este respeito, Balandier (1976:68) destacando o estudo de Mead sobre o conflito das gerações, argumenta a projeção desse conflito na família e nas relações de trabalho. A tese defendida pelo autor, está fundamentada no caráter estrutural desse conflito, e através de estudos comparativos, ele mostra como os traços culturais se definem e se manifestam mediante as condições históricas que determinam as relações entre classes de idades, a socialização e os indivíduos e sua própria reprodução.

Na concepção dos autores citados, Comfort, Kastenbaum, Skinner op. cit.) esse conflito opera-se em duas dimensões simbólicas: o vigor físico e a perda da função social. A relação entre essas duas dimensões explica por que os velhos são avaliados a partir das doenças degenerativas, da inatividade, do declínio da inteligência, etc. Essa "consciência acusatória" vai possibilitar a emergência de novos valores, filiados à Ciência e à Engenharia, e que, de certo modo, os trabalhos de Mead (1982) sobre a ruptura das gerações, mostram que esses valores estabelecem um esquema correspondente, pelo qual, as gerações mais jovens aprendem com os mais velhos. Esse esquema de ensino-aprendizagem se desenvolve isolada e indiretamente (através das instituições de ensino) o que vai de certa forma, escamotear o papel das gerações precedentes. Os jovens uma vez "formados" ou iniciados passam a impor esses conhecimentos aos velhos.

Uma pesquisa realizada por Dalton (1950) para a Ame-

rican Sociological Association, onde ele investiga o conflito entre funcionários administrativos de staff e de linha, em três fábricas americanas mostra com nitidez esse conflito. Estas fábricas variam entre 4500 a 2000 empregados e pela localização. A iniciativa do autor foi motivada pelas mudanças excessivas do pessoal de assessoria e pela repercussão dessas mudanças nas metas operacional e produtiva dessas fábricas.

Os resultados da pesquisa indicam vários fatores causais do "desassossego" do grupo de staff: idade, diferenças estruturais na hierarquia e a falta de autoridade do grupo de assessoria.

O conflito de idade também era significativo nos antagonismos entre assessoria e linha. Os antigos funcionários de linha não gostavam de aceitar o que qualificavam como "instruções" de homens que não eram muito mais do que eles próprios e o pessoal da assessoria estava, nitidamente, consciente desta atitude dos funcionários (Dalton 1950, cit. in Etzione 1981:212).

Neste caso, o conflito exprime a rivalidade por entre os dois níveis de consciência. A motivação dos mais jovens para ascender posições de prestígio e poder, fundamentado no saber institucional e, os mais velhos, amparados no modelo tradicional de hierarquia social com base na idade e na experiência a exemplo do modelo de hierarquia social mais elementar da família.

Essas observações sumárias, estimulam a examinar melhor, a sensibilidade dos velhos ao fenômeno da aposentadoria e à porção do que Comfort (op.cit.) define como "expulsão". Um fenômeno que se intensifica progressivamente, como mostra Susan Byrne (1974) e Jacobs (1974) num estudo etnográfico sobre as formas de "Retirement Community". Estes autores mostram como vivem os velhos aposentados que para refugiarem-se da indiferença dos americanos ativos, organizam-se em bairros, em condomínios nos subúrbios, campo, Comfort (1979:41) ou arredores dos centros metropolitanos para viverem o tempo e o vigor que lhes restam. Esses locais constituem-se em verdadeiros refúgios, onde o acesso a pessoas desconhecidas é controlado por fortes sistemas de recepção e vigilância. Byrne (1974:151) relata o

sentimento de apego de cada pessoa, ao seu apartamento e a tudo que cerca esse microcosmo. A consciência de inutilidade dessas pessoas é confirmada nesses trabalhos. E, para desmistificar o conceito da velhice como degeneração biológica e, aos demais estereótipos da velhice como incapacidade, o grupo se organiza em torno do lema "Stay Active".

Um novo estilo de vida é adotado em torno da ação, como mostra Jacobs um estudo sobre Fun City.

O Fun City é um local sofisticado para lazer, que no caso estudado se encontra situado a nove mil quilômetros ao sudeste da área metropolitana com capacidade para 6500 pessoas. Ali os associados dispõem das mais variadas e sofisticadas lojas, supermercados, modalidades de lazer, etc., além de uma estrutura administrativa avançada.

Deseja-se com estas observações concluir que o sentimento de isolamento pela inutilidade nos velhos, na cultura norte-americana, sobretudo pelo esvaziamento dos papéis sociais é consequência de um processo mais amplo de dessocialização, engendrada pelas transformações sociais. Deve-se retornar a esse respeito, aos dados de Toffler (1980) onde a desintegração familiar, e, a redução da coabitação em índices elevados, parecem partilhar com a emergência de novos critérios de autoridade e prestígio nas fábricas, de modo que o critério "técnico" ou institucional do saber se apresentam como requisitos das novas formas de relações sociais. Considerando, a partir disso, que o sistema de classificação social determina a nossa consciência, o velho é excluído da consciência coletiva.

Dessa explicação, decorre a morte social, um fenômeno que foi classificado no início deste Trabalho, como estado liminar conforme o modelo teórico de Turner (op.cit.) e que Mosquera coloca como um processo que acelera a morte biológica como decorrência da aposentadoria conforme realizados por Lidz (1973).

No Brasil a consciência da aposentadoria se manifesta através do discurso da pobreza e da doença, isto, de certo modo requer um exame das condições sob as quais, ela emergiu, o que pode estar relacionado a dois fatores explicativos básicos:

primeiro, que a questão da aposentadoria só entrou para a configuração dos problemas sociais, através de um processo histórico subordinado à consciência da luta de classes, (ver Haddad (1986) e Besi (1983) articulada a emergência da geriatria e gerontologia.

Esse modelo de consciência foi difundido em escala mais ampla, através das práticas intervencionais do serviço social e médico atingindo de modo mais direto os pacientes dessa prática, os velhos; e nas fábricas, a partir das formas intervencionais já discutidas anteriormente. Esta primeira explicação impõe a necessidade de mostrar como e quando esses contributos, integram o percurso histórico da aposentadoria. A emergência histórica da aposentadoria está de certo modo relacionada com os movimentos anarco-sindicalistas no Brasil, Haddad (op.cit.) em torno de reivindicações salariais, redução da jornada de trabalho, férias, aposentadoria, regulamentação do trabalho de mulheres e menores.

A legislação previdenciária, sob a vigência da Constituição de 1891, concede amparo aos acidentados no trabalho.

Em 1923 é promulgada a Lei Eloi Chaves que cria o Conselho Nacional do Trabalho e institui as CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensões, para os Ferroviários).

Em 1926 o sistema de benefícios das CAPs é estendido aos trabalhadores da estiva e aos marítimos. O sistema de aposentadoria, nesse período, atingiu apenas algumas categorias profissionais; já no segundo, governo de Vargas, a aposentadoria se estende a outras categorias profissionais urbanas, não atingindo os trabalhadores autônomos rurais, e empregadas domésticas. Com o advento da LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social - aprovada em 1956, as contribuições foram unificadas em 8% do salário-benefício e ampliadas as formas de benefícios e assistência aos contribuintes e aposentados.

A partir de 1964 a LOPS sofre alterações e, em 1973 foram revogadas a aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria especial e, introduzida a aposentadoria por velhice aos assegurados com 65 anos, para homens, e 60 para as mulheres. Este mesmo decreto desliga definitivamente o aposentado, de qualquer atividade remunerada.

Em 1974, é instituído o INPS - Instituto Nacional de Previdência Social e com este, um programa amplo de assistência social composto por um sistema integrado pelos recursos assistenciais da comunidade, fundamentado nos aspectos biopsicosociais, atingindo em 1982, novas formas dispositivas que justificam novos métodos intervencionais, Haddad (op.cit.) fundamentado na geriatria e gerontologia. Este aspecto constitui o tema central do trabalho de Haddad. Numa análise comparativa dos dispositivos que institucionaram a aposentadoria, ao longo desse percurso histórico, constata sensíveis mudanças nas funções objetivas desses decretos.

Como por exemplo sumário: as portarias anteriores a 1982, definem mecanismos reguladores e intervencionais visando à integração do idoso, e principalmente a melhoria das condições de vida. A portaria de 1982, amplia o escopo, introduzindo modalidades de intervenção e prevenção, comprometida com o objetivo da geriatria e gerontologia.

- *"Prevenir a marginalização e promover a integração do idoso na família e na comunidade através de programas preventivos, terapêuticos e promocionais;*
- *estender a assistência a maior número de idosos, proporcionando-lhes atendimento global;*
- *prevenir a segregação do idoso, através de incentivos a programas inovadores que aumentam a eficácia do atendimento das necessidades básicas do idoso, com sua ativa participação;*
- *garantir padrões de qualidade nos serviços especializados para o atendimento ao idoso junto à família e a sua comunidade;*
- *promover programas educativos visando estimular a adoção de atitudes positivas em relação ao envelhecimento;*

- *proceder a melhor utilização e aproveitamento dos recursos destinados à assistência ao idoso*". (citado em Haddad, op.cit.:65-66).

Segundo, porque o debate social coloca no primeiro plano do cenário histórico o fator econômico e suas consequências sociais. Se como defende-se, a consciência coletiva é a estrutura da consciência individual, quando o velho toma consciência da sua existência, os mesmos modelos explicativos são as formas recorrentes que ele dispõe para exprimir seus sentimentos.

Na verdade, considerações suplementares, mas de importância vital, devem ser inseridas nesse contexto para uma avaliação mais precisa, sobre o grau de autenticidade dos discursos. Não é intenção negligenciar os problemas sócio-políticos da Previdência Social neste país. É reconhecida a negligência do Estado sobre a questão do salário-desemprego. O problema da aposentadoria, conforme o modelo de consciência do senso comum, não é autônomo. O estudo de Haddad sobre a questão, apresenta um grau de autenticidade, quanto ao evidenciamento dos fatos implícitos na relação da aposentadoria com a pobreza. Os problemas sociais decorrentes da aposentadoria, segundo ele, não são exclusivos da velhice, mas das condições regidas pelo valor-trabalho, requisito básico da integração social.

Como podemos ver, a participação do processo produtivo está também presente na cultura norte-americana como requisito fundamental da socialização, porém, com diferenças consideráveis, quanto ao seguro-desemprego e a pensão devida pela aposentadoria, questões que, no Brasil, estão limitadas ao relativo avanço da legislação previdenciária, que na verdade corresponde às formulações simbólicas da velhice, tal como se manifesta na consciência coletiva: perda da saúde, da capacidade mental, etc. Nessas circunstâncias, falar da aposentadoria é falar do drama da velhice. E este drama tem seu ponto mais agudo no desemprego ou desengajamento da atividade profissional/ocupacional. Aqui toda a questão está em se definir em que aspecto o desemprego ou a perda do poder aquisitivo tem maior peso. A perda de papéis e a conseqüente marginalidade do velho, têm uma implica-

ção mais direta sobre a identidade. Nesse sentido a idade não nos parece impor-se de modo exclusivo. Aqui se integra o saber da geriatria e gerontologia e, por outro lado, o modelo de consciência coletiva, fundamentado no valor-trabalho, como base da construção da identidade, principalmente nos homens a quem o trabalho assume duas condições ideais do sujeito: a qualidade física e a moral. Duarte (1986), a isto se interliga ainda o desligamento compulsório, determinado por lei.

O modelo de consciência decorrente dessa conjugação é que torna mais pesado o fardo da velhice. E, como se não bastasse ser encarado como doente, frágil e débil mental, ele é educado para aceitar esta velhice e a aposentadoria. As publicações retrocitadas constituem exemplos flagrantes e mais especificamente o trabalho de Canoas (op.cit.), que representa com mais fidedignidade as premissas desta corrente. Esta autora, dedica a IV unidade do capítulo, em que trata das Previdências Públicas e Privadas referentes ao Idoso, ao Programa de Pré-Aposentadoria.

"Propõe-se aqui programas de preparação para quem está prestes a se aposentar. É importante que as pessoas se preparem para fases novas da vida, como o casamento, o trabalho, a aposentadoria, a velhice, porque toda situação nova gera insegurança, medo, desequilíbrio, etc. Mas é necessário também lembrar que certas fases têm conotações negativas, não por elas mesmas, mas pelo que pode advir delas. Ou seja, 'aposentadoria é um estado de inatividade de um funcionário público ou de empresa particular, ao fim de certo tempo de serviço, com determinado vencimento'... ser aposentado em nossa realidade é sinônimo de ganhar menos, ver o salário minuar e estacionar. A Previdência Social se incumbe, através de cálculos mirabolantes, de desvalorizar o salário que muitas vezes já não

era capaz de satisfazer o segurado e sua família". (Canoas, op.cit.:28-29).

Este exemplo expõe, com mais evidência, que o vocábulo pobreza, ou perda salarial, tem duas funções básicas: exprimir o estado de consciência da velhice e paralelamente desviar as implicações dessa velhice trágica, sob o modelo de consciência da geriatria e gerontologia para um modelo explicativo generalizado e de certa forma estrutural, conforme modelo exposto.

Cumprе sobretudo, destacar que o que a autora denomina como "condição de vida dos velhos na cidade de São Paulo", representa na verdade, a condição de vida de "idosos asilados", "aposentados do comércio" e a "maioria dos pesquisados, pertencem a grupos de convivência para idosos do SESC - Serviço Social do Comércio" Canoas (op.cit.:30-37), população, portanto de baixa renda, como a própria autora confirma.

Além dessas constatações, trata-se também da relação tencional entre juventude/velhice, que no Brasil, assumiu conotações expressivas conforme observação de Lins-de-Barros retrocitado. Essas tensões se transferem de modo mais nítido para o mercado de trabalho. O que foi discutido sobre essa questão, entre os norte-americanos, se aplica ao Brasil, assumindo, neste caso, características mais acentuadas, nas últimas décadas, pela crise de desemprego e tensões na política econômica. Desse modo, o discurso da aposentadoria oculta um sentimento de rivalidade, pela exclusão dos mais velhos e a sucessão dos mais jovens.

A representação simbólica da velhice, desse modo é acionada para justificar a aposentadoria dos mais velhos e a substituição desses pelos mais jovens. As fábricas e demais organizações produtivas recorrem à teoria da Psicologia e Medicina do Trabalho para definir os perfis ocupacionais da mão-de-obra. É notável como vem baixando o limite de idade para ingresso nos concursos públicos, além de requisitos fisiológicos, dando prioridade aos jovens. Hoje, a expectativa de emprego no Brasil, está limitada à idade, as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, estão ligadas à idade considerada produtiva e, a isso, se soma o processo migratório, aumentando a oferta de mão-

de-obra dificultando ainda mais a competição entre jovens e velhos.

O sentimento de estar perdendo espaço, aparece no discurso dos mais velhos, como pode ser demonstrado por Mosquera:

"Um leitor de sessenta e sete anos manifesta o seu desagrado com os atuais costumes e leis que exigem a aposentadoria obrigatória em uma faixa de idade. Na sua opinião é um desperdício incluir pessoas perfeitamente sadias na parte improdutiva da sociedade e ele acha que a inatividade forçada é prejudicial para muitos idosos". (Mosquera, 1983:135)

Desse modo o sentimento de "perda salarial" deve ser entendido como expressão simbólica e conseqüente de um processo contextual e não exclusivamente "contábil".

Essa mesma orientação leva a verificar como que nas zonas rurais ou outros grupos, cuja forma de atividade de trabalho não é prevista na legislação previdenciária, as pessoas idosas são tratadas frente ao trabalho.

Duarte, citado no capítulo que trata do espaço do velho na família, mostra que o respeito e a autoridade dos pais num grupo de trabalhadores numa fábrica em Juruçuba - Niterói são definidos pelo valor-família - foco essencial da identidade social desse grupo. Outros exemplos como o trabalho agrícola, embora atualmente integrado ao sistema de Previdência Social, desconhece o fenômeno da inatividade. Os velhos trabalham na lavoura até o fim da vida mesmo aposentados nos moldes do INPS. O mesmo pode ser constatado entre os pescadores do litoral de Santa Catarina, onde a idade não é fator de exclusão. O velho pescador trabalha até suas condições físicas se esgotarem. Nestes casos, a família é modelo para as relações de trabalho. As pessoas se relacionam nas tarefas, como nas relações familiares, onde o reconhecimento e respeito aos mais velhos, não se resume no fator idade, mas pela autoridade e posição decorrente. Essa hierarquia, por sua vez, também não decorre do fator ida-

de, mas da conveniência que se estabelece pela necessidade de aprendizagem das tarefas e principalmente em circunstâncias que só a experiência pode orientar, como enfrentar a pesca em alto-mar, os fenômenos meteorológicos, etc.

Nestes exemplos, o discurso que traduz a inatividade do velho é a do encostado. Uma categoria também constatada por Duarte e que exprime a inatividade temporária que neste caso não tem como fator causal a idade, mas a doença. Esses modelos coexistem num nível mais interno, com os modelos de aposentadoria, conforme as características e requisitos institucionais já discutidos. Tais modelos não têm um caráter excludente, mas de modo progressivo, assumem contornos menos nítidos, pela intervenção das práticas médicas e assistenciais da Previdência Social.

O terceiro exemplo, é tomado do Japão, segundo estudo realizado por Hirata (op.cit.) onde a aposentadoria é pensada por analogia, com os princípios que regem a imortalidade social dos velhos na família. Desse modo a aposentadoria aos 55 anos não tem o mesmo significado, que determina o sentido de exclusão das relações sociais, pobreza, etc., tal como se manifesta na consciência dos grupos culturais aqui examinados.

O sentimento que nutre as relações entre velhos e jovens na família, na fábrica, etc., é traduzido pelo on. Uma linguagem simbólica que Benedict (op.cit.:89) traduz pelo significado aproximado ao amor. Porém a autora observa que on não se reduz a um sentimento espontâneo como significa o amor na nossa língua. O on tem um significado mais amplo e moralmente profundo de quem deve o afeto e a gratidão a um pai ou mãe por ter nascido, criado e pelo afeto que recebeu enquanto criança e deles recebeu o sacrifício até a realização dos seus interesses. É este mesmo sentimento que serve de modelo para o respeito e a lealdade entre chefes - geração mais velha, e subordinados - geração jovem nas fábricas, como pode ser constatado no exemplo das relações entre chefes com os operários.

"Os chefes de fábricas cuidam de fato, de três aspectos importantes da vida de seus subordinados, que caracterizam am-

plamente a vida cotidiana... Em primeiro lugar cuidam de sua formação: aprendizagem das formas elementares da economia doméstica (poupança, contabilidade), das regras de etiqueta genuína (reigisaho), dos métodos de limpeza, de arrumação, em segundo lugar de seus estudos... Em terceiro de sua moralidade..." (Hirata, (1986 :11)).

O exemplo resumido, confirma o alcance do sentimento que modela as relações entre pais e filhos na família, nas relações mais externas: a fábrica. Entretanto, não basta entender esta relação entre os mais velhos e os mais jovens, sob a conversão de uma relação familiar, mas principalmente, perceber que o on transportado para as relações de trabalho anula o conflito de gerações. Desse modo a aposentadoria assume outro sentido: "o descanso" como mérito, nos moldes de recompensa simbólica Hirata (op.cit.) que não se exprime em forma de promoção salarial, mas por outras formas simbólicas como jantar com os diretores da empresa ou outras formas de manifestação não pecuniária, conforme Hirata (op.cit.).

Diante do conjunto de exemplos aqui examinados, pode-se concluir que a indiferença dos velhos, a discriminação e até a sua exclusão do sistema de relações sociais não é absoluta, mas relativa. Todas as formas de consciência da velhice, em graus e caracteres variáveis, sublinham a existência de um modelo estruturante, que vai servir de modelo às interpretações em certas condições históricas e particular desses grupos.

As abordagens conclusivas sobre a aposentadoria compulsória, com todas as suas consequências discriminatórias e excludentes, "denuncia" um antagonismo não-declarado, e que esse antagonismo resulta da competição por emprego, por posições de prestígio ou maior salário, nesses sistemas sociais produtivos-fábrica, empresa ou serviço público - orientado por um modelo estruturante: o conflito de gerações.

Por outro lado, tal evidência, impõe considerar a mar-

ginalidade dos velhos em contraste com o privilegiamento da classe dos jovens, como um modelo de consciência próprio de determinadas condições históricas. Por consequência esse modelo de consciência é ditado por um modelo subjacente que legitima as acusações e a exclusão das relações sociais.

CAPÍTULO IV

ATIVIDADE DE CAMPO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Neste capítulo procura-se relatar como surgiu o interse pelo tema da velhice, a experiência em que se desenvolveu a atividade de campo e a metodologia aplicada na coleta das informações.

Cada uma dessas vivências está, de certa forma, vinculada ao objetivo e à experiência particular em que este Trabalho foi realizado.

A primeira e mais importante experiência, está relacionada ao contexto que a velhice se apresenta pela primeira vez a um grupo de funcionários de uma Empresa do Estado de Santa Catarina, como conceito oficial e principalmente pela maneira como ela é associada à aposentadoria, concorrendo ao lado de outras áreas de intervenção por espaço e reconhecimento institucional.

Diversos aspectos somaram-se a esta experiência refletindo nossas idiossincrasias, a falta de experiência e condições na superação das dificuldades. Por outro lado as circunstâncias em que a velhice é definida e lançada como conceito - oficial impõe de certa forma a maneira de encaminhar-se este Trabalho.

Entretanto, vale ressaltar que o que classifica-se como aspecto relevantes é consequência da experiência que antecedeu à própria decisão de trabalhar com o tema da velhice e em função disso deve-se explicar por que razão escolheu-se a velhice como tema desta pesquisa e, em particular, por que privilegiou-se o grupo em questão como objeto de estudo.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

A decisão de trabalhar a velhice através da aposentadoria não surgiu da simples afinidade pelo tema. Deve-se até confessar nossa indiferença em relação à velhice enquanto representada pelas pessoas de nossa convivência.

Em julho de 1986, recebeu uma convocação da empresa em que trabalhamos, para participar de uma reunião e, sem muitas explicações o comunicado fazia referência à explanação do projeto de preparação à aposentadoria.

VII FEIRA DE ARTESANATO DE IDOSOS De 25 a 27 de agosto de 1989



**Centro de Atividades do SESC
em Florianópolis**

Praca da Bandeira 51

Promocão



Serviço Social do Comércio

Observou-se, após explicação dos expositores, que se tratava de um programa de preparação à aposentadoria, às pessoas classificadas como velhas. A finalidade do projeto era argumentada por um quadro configuracional onde a velhice se colocava como categoria oficial. Os critérios de definição haviam sido discutidos no Encontro de Gerontologia Social e Geriatria promovido pela SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - e SESC - Serviço Social do Comércio, patrocinado pelo governo do Rio Grande do Sul, em maio daquele ano.

A velhice marginalizada, pobre e abandonada, dentre outras categorias, constituía caracterizações do discurso oficial reinterpretada a partir de um quadro de referência universal institucionalizado pela geriatria e gerontologia social. A referência a este modelo de velhice, construído dentro dos parâmetros institucionais; impedia de considerar ou de perceberem a velhice daquele grupo pelas suas características próprias.

A proposta de preparar as pessoas para a aposentadoria fazia referência à velhice teorizada pelo discurso oficial, através do qual eram diagnosticados atitudes, comportamentos e outros fenômenos englobados nessa mesma categoria. Entre os fenômenos diagnosticados, era ressaltada a resistência à aposentadoria, a pobreza, o abandono e a solidão.

As poucas referências à cultura eram caracterizadas pela noção da cultura de Folk que aparecia associada aos aspectos substantivos, rotuladas como crendices que eram estimulados como lazer, no preenchimento dos papéis, fabricação de peças artesanais, após a aposentadoria.

Por outro lado a proposta combinada de preparação à aposentadoria e pressupostamente para a velhice, definia o tipo de intervenção a partir dos critérios que definiam a velhice como fenômeno orgânico.

Justificava-se, segundo os postulados do discurso oficial, o controle prevencionista da medicina do trabalho e da mesma forma a intervenção educativa da gerontologia social na orientação e adaptação psicológica do idoso em função do desenajamento. Vislumbrava-se um novo estilo de vida em que o lazer, associações de aposentados, grupos de convivência de ido-

sos, etc., preencheriam o espaço vazio dos papéis.

A maneira como a velhice era tratada, tornando relevante os aspectos mais pessimistas, suscitava dúvidas e preocupações que colocavam-se em dois planos:

- 1) em que medida a experiência deste grupo se diferenciava, se articulava ou se enquadrava no discurso oficial da velhice?
- 2) haveria uma auto-consciência da velhice caracterizada pelos critérios biodegenerativos do discurso oficial?

A decisão de trabalhar com o tema da velhice através da aposentadoria e não por outros aspectos, está relacionada a esta experiência. A possibilidade de realizar esta pesquisa culminou com a oportunidade oferecida pelo Curso de Metodologia e Técnica de Pesquisa, promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, naquele semestre letivo.

3. PREPARAÇÃO PARA A ATIVIDADE DE CAMPO

A opção de trabalhar com pessoas desta Empresa se deu em função de dois aspectos:

- 1) expectativa de detectar contradições entre o discurso oficial e as características desse grupo de velhos, a partir de contatos preliminares;
- 2) pela possibilidade de encontrar informantes em condições que permitissem o controle das informações através da observação participante.

Como qualquer atividade de caráter externo à Empresa envolvendo o contato com as pessoas, nossa intenção deveria ser submetida à aprovação da mesma.

Devido às dificuldades que se colocavam em função do envolvimento do grupo em reuniões e treinamentos pelos técnicos

do projeto de aposentadoria, o trabalho de campo foi prorrogado.

Em setembro daquele ano, a implantação do projeto de Preparação à Aposentadoria, foi interrompida, abrindo-se a possibilidade de efetuar o Trabalho de Campo.

No início tudo parecia muito difícil: a falta de literatura sobre a velhice associada à aposentadoria, a escassez de trabalhos fora do campo da geriatria e gerontologia, dificultavam o desenvolvimento de um quadro teórico-metodológico que possibilitasse uma perspectiva através da qual pudesse compreender o porquê do privilegiamento dos aspectos negativos da vida quando se tratava da velhice. A intenção era verificar através da experiência das próprias pessoas velhas, se existia um modelo original de representação desta etapa da vida, a partir dos recursos fornecidos pela cultura do grupo, e através dele compreender o fenômeno da velhice.

Efetuuou-se, primeiramente, um levantamento bibliográfico e justamente nos trabalhos de caráter sociológico, verificou-se semelhante preocupação. Trabalhos como o de Seeger (1980), Lins-de-Barros (1981), fazem referência à escassa literatura sobre a velhice como nos campos Sociológico e Antropológico.

O contato posterior com o trabalho de Haddad (1986) revelou aspectos comuns com a nossa experiência, o que possibilitou maior clareza em relação às preocupações, como também aos obstáculos enfrentados na realização deste Trabalho de Campo.

Por outro lado, a literatura sobre velhice ligada à geriatria e gerontologia suscitava uma série de questões que se encaixavam na perspectiva antropológica, em função das quais orientou-se o encaminhamento do referencial teórico e metodológico deste Trabalho.

Privilegiou-se na teoria da cultura, as teses defendidas por Geertz (1978) e Mauss (1974). Através da perspectiva instrumental da cultura de M. Douglas (1976) passou-se a perceber e a situar no contexto da cultura a prerrogativa do saber oficial na intervenção das práticas de controle da saúde do idoso como na educação do idoso para a aposentadoria.

A idéia de preparar as pessoas para a velhice através

da aposentadoria tornava-se mais clara e, na medida em que se organizava os dados da pesquisa bibliográfica e das informações que se obtinha com as pessoas que atuavam no setor de seguridade social e outras áreas que lidavam diretamente com aposentadoria e com os aposentados, abrindo-se novas fontes de significação.

Conseguiu-se com o setor de benefícios uma relação de pessoas aposentadas e dos que se encontravam em processo de aposentadoria por velhice.

Passou-se a perceber que a desvinculação do Trabalho de Campo ao procedimento formal, propiciava um clima de confiança através do qual eram-nos possibilitadas informações importantes. Conseguiu-se informações sobre dois planos de incentivo à aposentadoria em dados anteriores e através destas, observou-se a repercussão negativa, o que fornecia elementos importantes na condução da atividade de campo em dois aspectos:

- 1) por que a insistência na aposentadoria quando se tratava de pessoas idosas?
- 2) qual o sentido das reações destas pessoas à aposentadoria.

Esses dados passaram a orientar o método da Atividade de Campo e a balizar a nossa conduta quanto à maneira de apresentar ao grupo a finalidade do Trabalho.

No início do mês de setembro iniciou-se a primeira experiência de campo, de modo que, no final do mês de dezembro havia-se obtido informações de 8 (oito) pessoas. Esta experiência possibilitou-nos uma avaliação do método empregado na coleta das informações e dos critérios de composição do grupo.

4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DA AMOSTRAGEM

Adotou-se inicialmente, dois critérios básicos na composição do grupo de informantes: ter mais de 60 anos e se encontrar em processo de aposentadoria.

Iniciou-se o Trabalho de Campo com o projeto de 20 (vinte) pessoas em setembro de 1986. Na terceira entrevista inter-

rompeu-se a Atividade de Campo para uma avaliação, uma vez que a técnica adotada parecia não ser a adequada ao tipo de informação que se desejava obter. Com os dados obtidos sentiu-se a necessidade de redimensionar a amostragem a partir de novos critérios. Das três pessoas entrevistadas, observou-se uma variação entre o tipo de informação que caracterizava a representação da vida da mulher e o sentido da aposentadoria entre pessoas de profissões diferentes.

Por outro lado, a maneira como estas pessoas representavam a aposentadoria, suscitava uma série de outras questões quanto ao significado e o motivo pelo qual os homens recorriam à morte e à invalidez como categorias de representação da aposentadoria e, em contrapartida, o desejo das mulheres de voltar para a casa.

Com base nesses dados resolveu-se introduzir outros critérios e a partir destes, compor uma amostragem representativa segundo a definição de Marconi e Lakatos (1982:37). Segundo esta definição uma amostra representativa é uma parcela ou subparcela selecionada de uma população.

A amostragem foi ampliada para 30 (trinta) pessoas sendo 20 (vinte) com mais de 60 anos e 10 (dez) aposentados por velhice. O primeiro grupo foi classificado segundo a profissão e por sexo; o segundo, apenas por sexo.

Número de Pessoas por Sexo

CLASSIFICAÇÃO	APOSENTÁVEIS	APOSENTADOS
Mulheres	4	2
Homens	16	8
Total	20	10

Número de Pessoas por Grupo Ocupacional, Aposentáveis

GRUPOS OCUPACIONAIS		
I	II	III
6	10	4

Procedeu-se a classificação dos grupos, de acordo com os critérios de especificação de cargos da empresa. O grupo ocupacional I corresponde a profissões de atividade manual sem habilitação técnica específica.

O grupo II, aos cargos que exigem habilitação técnica específica de nível médio como: programador, técnico em contabilidade, em eletricidade, mecânica, etc.

O grupo III aos cargos que exigem profissão de nível superior: Engenheiro, Economista, etc.

A classificação por grupo de cargos é definida por critérios funcionais e de valor profissional. Os salários variam de acordo com a qualificação de cada grupo.

5. MÉTODO DA PESQUISA DE CAMPO

Iniciou-se a Pesquisa de Campo com a entrevista dirigida. Com a ajuda de um roteiro procurava-se uma resposta ou uma compreensão sobre o fenômeno da velhice, como as pessoas representavam a sua velhice, uma vez que eram classificadas como tal e que relação teria a velhice com a aposentadoria?

Definiu-se, inicialmente, alguns tópicos em função dos fatores mais relevantes do discurso oficial da velhice: a) família; b) rede de relações; c) saúde; d) lazer; e) situação financeira; f) velhice; g) aposentadoria.

Nas três primeiras entrevistas pode-se perceber que o método não era adequado para o que havia-se proposto obter. As pessoas divagavam em torno de um tópico e quando lançava-se o seguinte, não percebia-se estímulos para a resposta. Outras vezes as categorias pareciam gravitar entre um tópico e outro.

Em caráter experimental, os tópicos foram abandonados e deixou que as pessoas discorressem livremente sobre suas experiências. Observou-se não apenas a desenvoltura das pessoas como a liberdade no recorte daquilo que eles achavam importante, privilegiando alguns aspectos, desprezando outros, colhia-se elementos muito mais expressivos.

Na oportunidade do redimensionamento da amostra mudou-

se o método para a história de vida, em função de duas experiências com pesquisa sobre velhice: Bosi (1983) e Debert (1986). A última analisando a prática da história de vida e da história oral na Pesquisa de Campo, privilegiava a história de vida como método eficiente no estudo das representações a partir das suas vivências com trabalho sobre mulheres, na velhice.

Retomou-se a Atividade de Campo, em janeiro de 1987, empregando o método com resultado surpreendente. Introduziu-se, inicialmente, a finalidade do trabalho, deixando claro a desvinculação do objetivo da pesquisa com interesses da empresa. Identificávamo-nos como estudante de Antropologia para as pessoas que não nos conheciam, e como essas pessoas eram mediadas por outras, percebia-se em relação à experiência inicial, maior receptividade e descontração.

Para os que já nos conheciam o contacto se tornava mais fâcies, uma vez que havia uma disponibilidade para a entrevista.

Observou-se que a história de vida possibilitava autonomia, fator importante para o tipo de informação que se desejava. Ademais a proposta fundamental do trabalho era possibilitar às pessoas condições de organizarem seu discurso com categorias de representação própria. Em função disso, foram necessárias intervenções, visando maior clareza quando as categorias ou expressões pareciam ambíguas ou denotar sentido diferente do original. Salientava-se ao informante que definisse ou explicasse o significado das categorias utilizadas.

Em geral, as pessoas embora constrangidas no início, tinham uma maneira comum de se manifestar, que se caracterizava pela uniformidade de introduzir e concluir a sua história de vida conforme poder-se-á ver no capítulo seguinte.

Era notável como as pessoas ao construírem a sua história de vida, organizavam as suas experiências privilegiando alguns aspectos e desprezando outros, através da associação de valores, regras sociais e experiências, mapeando a sua autobiografia.

Usou-se a entrevista dirigida com os técnicos que atuavam na área de pessoal, na coleta de informações com o objetivo de obter um quadro de classificação oficial de acordo com as características dos padrões oficiais da empresa. Não definiu-se critérios de classificação na composição deste grupo. As entrevistas eram realizadas em função da necessidade do controle das informações básicas desta pesquisa. No total foram entrevistadas 8 (oito) pessoas de instituições, diretamente vinculadas à aposentadoria. As 5 (cinco) entrevistas realizadas com técnicos da área de pessoal e do setor de Seguridade Social da empresa, foram baseadas no seguinte roteiro:

- o que é aposentadoria?
- como a empresa vê a aposentadoria?
- de quem parte a iniciativa da aposentadoria, quando as pessoas completam a idade designada pela aposentadoria compulsória?
- qual a reação da pessoa que se aposenta por velhice?
- como se caracteriza a aposentadoria?

Nas demais, entrevistas, organizava-se as perguntas em função da natureza do problema ou do tipo de informação que se desejava obter.

O terceiro método empregado na Atividade de Campo foi a observação participante. A finalidade era verificar em que medida as características da aposentadoria na prática poderiam se enquadrar no modelo dos ritos de passagem.

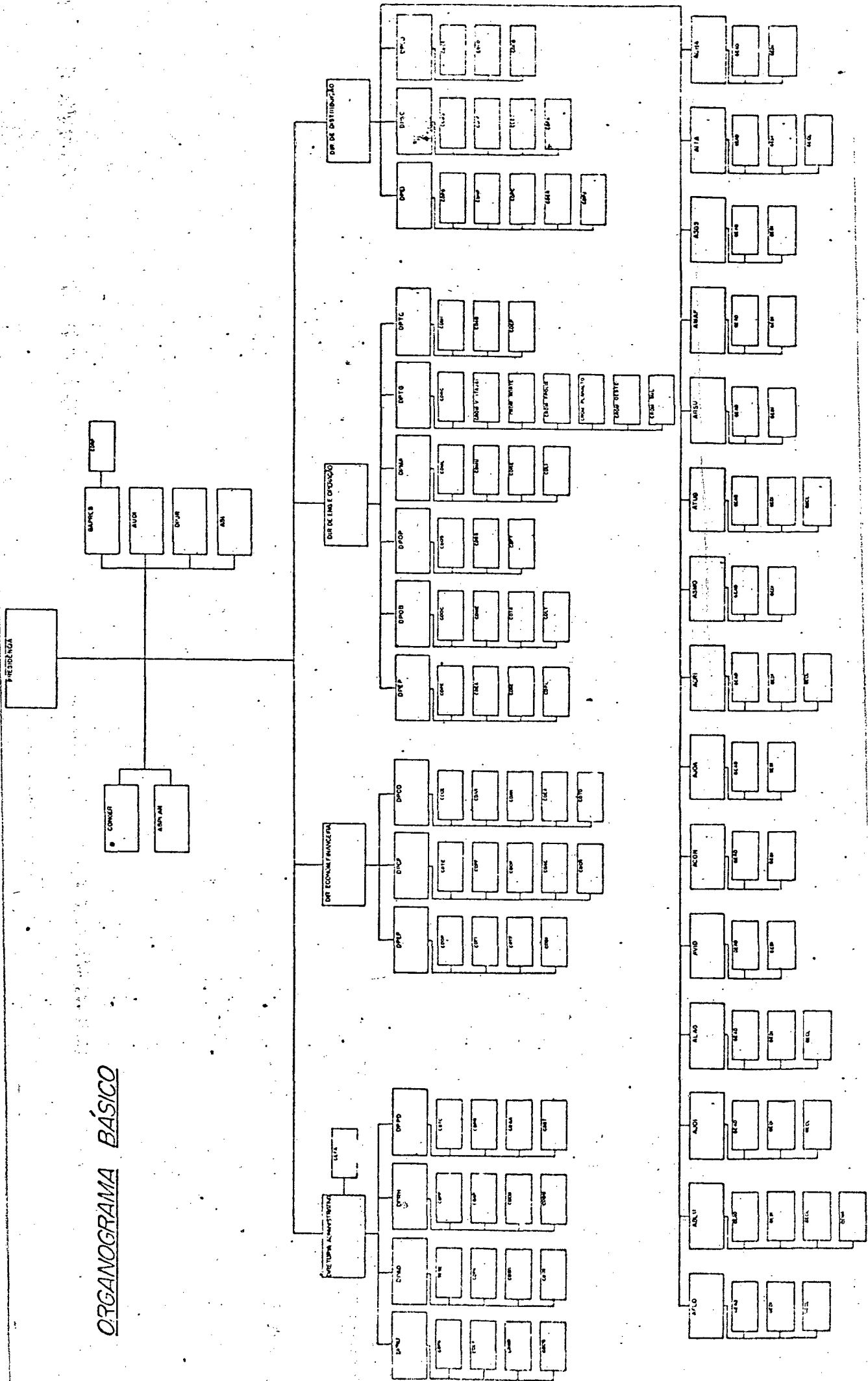
No curso da Atividade de Campo este método foi empregado na observação das práticas dos aposentados. Participou-se de reuniões de aposentados, inicialmente a convite de uma das pessoas aposentadas, na oportunidade em que realizávamos a entrevista. Depois, passou-se a perceber que a nossa aceitação no grupo, principalmente pelo convite a cada reunião, sugeria uma certa expectativa de apoio, talvez no sentido de que, em função da pesquisa, os seus pleitos pudessem ser atendidos.

De qualquer forma a maneira como se conduzia o trabalho, permitia avaliar até onde as expressões, os sentimentos, as atitudes, etc., exprimiam um significado até certo ponto compreensível porque elas apareciam no discurso dos técnicos e Assistentes Sociais.

CAPÍTULO V

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

ORGANOGRAMA



O presente capítulo procura descrever as características principais da estrutura social da empresa, visando uma maior compreensão da maneira como este grupo organiza as suas próprias experiências dentro deste contexto.

A história deste grupo está relacionada à geração e distribuição de energia elétrica e à prestação desses serviços.

É uma empresa de economia mista ou seja, a maior parte das ações são pertencentes ao Estado e as demais, a entidades privadas.

A empresa, com mais de 6000 funcionários, está implantada por todo Estado através de suas filiais, mas possui uma estrutura organizacional comum e uma administração central.

Seu sistema orgânico está fundamentado em duas características estruturais importantes: a noção de espaço e tempo.

Esta noção vai permear toda a estrutura social além de formar uma matriz de relacionamento estrutural entre as duas dimensões: a posição dos seus membros e o tempo que vai determinar a entrada e a saída dos mesmos.

A noção de espaço é juntamente com o tempo, o fator de maior importância na vida organizativa deste grupo e que vai determinar a divisão do espaço institucional como uma matriz estrutural que vai governar a vida do grupo em duas ordens: o espaço idealização que para distingui-lo do espaço físico chamá-lo-emos de espaço institucional.

O espaço físico compreende a área territorial e os prédios. Nesse sentido ela apresenta uma unidade que se torna visível no contexto da sociedade. Mas o que predomina no pensamento do grupo no âmbito interno da organização, é a sua divisão institucional. Uma divisão abstrata e que tem uma importância fundamental para a vida organizativa do grupo, na medida em que, a partir desta estrutura, eles constroem a sua identidade ocupacional.

A noção de espacialidade por sua vez é determinada por dois sentidos: o interno e o externo. Estes dois sentidos vão orientar a ordenação do espaço da empresa em duas dimensões: no sentido externo ela preserva a unidade da empresa através da de

marcação da sua área territorial e reservas hídricas que são demarcadas pelo símbolo que em geral aparece incrustado nos elevados muros que circundam a propriedade: usinas, subestações, prédios, reservas florestais, etc.

Essa noção de segmentação, ou demarcação do espaço vai modelar também a ordenação do espaço interno.

A empresa é subdividida em quatro diretorias. A diretoria é o maior segmento e seus membros se diferenciam pela finalidade e função atributiva de cada uma das diretorias.

O espaço de cada uma é calculado pela função e pelas características dos recursos que ela administra.

Cada diretoria faz distinção no âmbito de suas competências. Assim, os recursos financeiros são administrados e operados por uma diretoria que tem o nome, função e finalidade específica: a diretoria financeira. Os veículos, as áreas territoriais, os prédios, os equipamentos, etc., são administrados pela diretoria administrativa.

A utilização desses recursos no processo de geração e distribuição de energia é competência de duas outras diretorias: distribuição e operação.

A divisão institucional e a distância entre cada uma dessas diretorias têm dois sentidos: um que define os limites de competência e o outro que determina a divisão intradiretoria.

O sentido da distância é empregado segundo a noção interno/externo.

Cada diretoria forma uma subestrutura e o conjunto dessas subestruturas, a estrutura-empresa.

A competência de cada uma das diretorias vai determinar o dimensionamento e a ordenação do seu espaço físico e institucional, em subestruturas menores que são chamadas de departamentos. Por conseguinte, definem e ordenam também suas subfunções em subestruturas menores que são as seções. Essa ordenação acaba por fornecer noutro sentido uma segunda noção de distância que separa a administração central, sediada na capital, isto é, a diretoria, das suas subestruturas regionais pelas peculiaridades operacionais e regionais que acabam sendo incorpo-

radas à instituição. Esses aspectos regionais são em resumo, características ecológicas que convivem com a estrutura institucional: normas, horários, expedientes, etc. Essas reservas onde estão situadas as usinas hidroelétricas são verdadeiros santuários naturais que são cultuados através de fotografias nas salas de reuniões, gabinetes, etc.

Essa distância pode ser constatada nos casos em que dois ou mais departamentos estejam situados num mesmo município e pertencerem a diretorias diferentes.

Reflete-se também na ordenação do espaço: um muro, a separação do prédio, etc. Observa-se esta separação entre um setor do Departamento de Suprimento, onde situa-se o almoxarifado central que pertence à diretoria administrativa e o laboratório que pertence à diretoria de operação, ambos situados numa mesma área, distantes a cem metros, aproximadamente, um do outro, apresentando uma distância sensível pela caracterização dos prédios e pela distância dos grupos.

A distância que separa uma diretoria da outra é a mesma que separa seus grupos. Esses grupos são limitados por atividades que por sua vez indicam a linha de atuação de cada diretoria.

A competência funcional de cada diretoria vai determinar a maneira de cada grupo perceber e ordenar as relações entre seus membros do grupo, com os demais e, com o meio físico e social.

Os grupos que atuam nas usinas, estão mais voltados para os fenômenos da natureza, como a estação da seca e estação das chuvas e no que isso implica no controle do nível das águas. As características físicas do trabalho que em geral é realizado por pessoas da região, impõe um contraste entre a natureza e a simplicidade das pessoas com a complexidade das máquinas e equipamentos.

Estão situados em geral em regiões afastadas da área urbana, algumas quase isoladas, outras, dependendo do tamanho, acabam formando pequenos povoados que são formados pelos próprios trabalhadores e suas famílias.

Essas características vão fornecer traços distintivos e

um sentido de distância entre os grupos da mesma diretoria que vivem nas áreas urbanas.

Essa distância se manifesta pelos tipos humanos, atitudes, características de supervisão do trabalho, a maneira das pessoas se relacionarem, e, principalmente, na maneira de conceber a ordenação do espaço institucional. O ritmo do trabalho é mais lento e as atitudes profissionais se misturam com gestos e atitudes jocosas. A operação e o controle dos painéis se alternam ao cultivo de pomares para atenuar o tédio. Os membros do grupo são mais unidos e o fator de coesão e a troca de favores, ou seja, a tolerância com horários, etc. Esses aspectos vão refletir na maneira de perceber os mais velhos e na solidariedade que se manifesta nas substituições das pessoas dos cargos de maior importância.

Nos departamentos onde as atividades são essencialmente burocráticas, o sistema de relações é dimensionado pela característica da atividade.

Os grupos são submetidos ao controle direto dos supervisores e gerentes e o espaço institucional determina a vida dos grupos, como da mesma forma que a função estrutural da diretoria determina a caracterização do trabalho por tipos específicos de equipamentos e uma linguagem técnica, como uma espécie de gramática que modela o discurso nas relações de trabalho.

O sentido interno/externo domina as fronteiras intra-aéreas e esta demarcação, como já foi referido, faz parte da própria estrutura espacial das funções.

A distância entre um e outro departamento preserva a vida útil dos grupos.

Observa-se um sentimento muito forte em torno das atividades que realizam. Muitas vezes ouve-se referência ao grupo pela atividade; exemplo: o grupo da CDCM, o grupo da Finança, o grupo do DPOB etc.

O tamanho dos grupos são variáveis. As diretorias com um grupo pequeno de assessores e secretárias que estão centralizados num único prédio e os departamentos distribuídos em prédios separados, como nos municípios do Estado, conforme mencio-

nou-se anteriormente.

A movimentação das pessoas no sentido entrada/saída, é rigorosamente controlada por sistemas de segurança. Este aspecto assume características também variáveis mas, não chegam a afetar os aspectos da separação interno/externo.

Em alguns departamentos, os empregados usam uniformes que caracterizam atividades operacionais.

A divisão interna, os compartimentos - secções - são subdivididas por paredes. Cada setor é subdividido de modo que a sala de recepção se localiza na entrada da porta principal, e nos prédios, frente ao elevador isolando o contato externo.

A circulação dos membros dos grupos é controlada e as saídas ficam restritas à autorização dos chefes, em caráter oficial ou de emergência.

O grupo explica o controle através de normas: as saídas implicam em questões judiciais em caso de acidente, e se forem a serviço é considerado acidente de trabalho. A segunda explicação é que a permanência no local de trabalho é um aspecto contratual e normativo do trabalho e a saída implica em indisciplina e tempo não-remunerado.

Esse sentimento chega a assumir características extremas, conforme observam alguns membros do grupo, pessoas em férias ou em licença também sofrem restrições à entrada. Esses aspectos vão auxiliar na compreensão do sentimento de esvaziamento e de abandono, de expulsão dos mais velhos que vai caracterizar a sua saída. Estes aspectos, é importante ressaltar, não se restringem aos mais velhos, são características simbólicas que mantêm a vida organizativa do grupo.

É importante também ressaltar, é que as formas de controle têm características variáveis. Sua variação está relacionada às posições consideradas de prestígio pelo grupo: são os cargos de chefes, diretores e, em menor proporção, dos assessores e assistentes. São essas pessoas que exercem o controle sobre a ordenação do espaço e das regras institucionais, porém, em termos de controle, são liberados dela.

O sentido interno/externo reflete de maneira bastante

nítida no ingresso de novos empregados. A reação inicial é a hostilização, e com o passar do tempo, a pessoa é aceita. Entretanto, isso também varia de atividade para atividade. Nas áreas operacionais, transporte, serviços de construção, enfim, atividades não-burocráticas e de menor prestígio ocupacional, a integração é mais rápida, enquanto que nas últimas, observou-se, em alguns casos, tamanha resistência que muitas pessoas preferiram pedir demissão e em outros casos, a transferência.

Todas as regras de conduta, a noção de ordem e desordem está diretamente relacionada a estes princípios de espacialidade. A quebra de sigilo, problemas de relacionamento com chefias, absenteísmo, dentre outros, implicam em desordem.

Os grupos nutrem um forte sentimento de solidariedade entre seus membros, não representando as pessoas, mas a instituição que se faz representar pelos cargos que as pessoas ocupam. Observou-se a frequência com que as discussões sobre falha de trabalho na presença de outros grupos foram interrompidas com a seguinte observação: *"roupa suja se lava em casa"*. Foi suficiente para que todos concordassem em suspender a discussão.

O segundo aspecto importante é o dimensionamento dos sentimentos das pessoas. Da convivência institucional, criam-se fortes laços afetivos que extrapolam o convívio da empresa. Um princípio básico de relacionamento é a lealdade e a equidade. A transgressão de um destes princípios coloca em conflito todos os membros dos grupos. As relações nos grupos são colaterais, isto é, no mesmo tempo que as pessoas mantêm relações de trabalho também mantêm relações afetivas. Observou-se pessoas que dividiam apartamentos, jantando umas nas casas das outras, além de outras formas afetivas de se relacionarem.

Notou-se que a solidariedade entre os membros de um grupo, em alguns casos, chega a ser maior que o demonstrado pela família em casos de: doença, morte, acidente, etc.

Na mesma proporção constatou-se o apoio dos membros do grupo na indicação de um de seus membros para posições de chefia, ou cargos eletivos.

Porém, aqui também reside um ponto fundamental da vida dos grupos: é o caráter instrumental dessa relações. As pessoas

são sempre avaliadas pela influência e capacidade potencial para conseguirem vantagens para o grupo. Neste sentido a predileção por determinadas pessoas faz com que sejam indicadas para as posições de prestígio que por terem vantagens sobre os demais, representam um elo nos interesses daquelas pessoas. Aqui a relação da espacialidade dos grupos oferece outros elementos de valoração dos membros dos grupos: é o controle das informações. Quanto maior é a capacidade de permeação de determinadas pessoas em outros departamentos, quer seja por terem um parente político ou influente, ou por manterem relações fora da empresa, confere à pessoa um grau de prestígio relativo aos interesses do grupo. É neste sentido que as relações fora do âmbito institucional, conciliam os dois aspectos das relações: afeto e interesse. E, quando a lealdade entre os membros é ameaçada, a estabilidade do grupo também o é. Todas essas características constituem a tessitura social de um grupo dentro do seu espaço institucional. O espaço é o fator mais importante da identidade do grupo, numa perspectiva relacional.

A divisão do tempo está tão imbricada à divisão do espaço que teme-se correr o risco de uma conclusão equívoca sobre a precedência de uma ou outra. Entretanto, alguns fatos parecem indicar a espacialidade como precedente.

Por ocasião da reestruturação do sistema de cargos, a comissão que o elaborou, enviou-o ao departamento de pessoal para definir o tempo de permanência de cada ocupante até completar o tempo de serviço.

Este aspecto toma conotações de precisão tão rigorosa e legítima capaz de dar significado a tudo. Trata-se neste caso, de uma contagem de tempo institucional que nem sempre tem uma correspondência com o tempo empregado em outro sentido, isto é, a idade.

O princípio da temporalidade neste grupo tem o sentido de começo e fim.

A finitude se apresenta através de prazos para a implantação de projeto de uma usina, para execução de uma atividade, para o início e término do expediente, para a contagem do tempo de gestão - fator importante na vida da organização - e

principalmente para marcar a entrada e a saída das pessoas da empresa, - denominado tempo de serviço -. É neste sentido que se torna compreensível o significado da vida neste grupo, em termos do que ela define como longevidade e que vai refletir no fim da carreira.

A noção do tempo equilibra a organização do grupo, em vários aspectos: o fluxo de entrada e saída dos documentos, o tempo de execução das tarefas, controle de saída e entrada dos empregados, pagamento dos salários, a idade para entrar e sair da empresa, etc. O próprio grupo controla o tempo. Observou-se pessoas controlando o tempo de execução de tarefas de membros do grupo; as chegadas tardias bem como as saídas antecipadas geram fofocas, acusações, etc.

No mesmo sentido a tramitação como a vigência de documentos e expedientes são marcados pelo tempo. Neste sentido é importante observar que o tempo tem um valor intrínseco que vai caracterizar e institucionalizar o espaço ou segmento, a tudo que a ele se refere.

É o exemplo do prazo para emissão e pagamento das faturas, em que a inobservância do mesmo implica em sanções normativas como multas, ou no caso de chegada e saída fora do horário regular, implica no desconto das horas trabalhadas. A importância do controle do tempo pode ser constatada pela presença ostensiva do relógio, nos locais de circulação e nas paredes frente à porta principal. Sobre as mesas vê-se a presença de calendários, e, como se não bastasse, outros menores são fixados sob o vidro das mesas.

As pessoas controlam as suas vidas em função desse tempo institucional. Assim, elas aguardam e controlam o tempo para as férias, para iniciar o expediente, para encerrá-lo, para dormir, para fazer as refeições, para promoção, etc. Isso torna-se tão radicalizado nos hábitos das pessoas que chega a determinar os sentimentos e os valores pessoais. Os exemplos são os mais diversos, entre os quais alguns aparecem na história de vida do grupo de informantes. Algumas pessoas definem a importância do hábito de acordar cedo como um valor moral. Isso aparece com frequência em expressões como: "*quando me aposentei e que*

passsei a me relacionar com os vizinhos percebi que algumas mulheres que não trabalhavam fora, dormiam até as dez horas da manhã. Acho que para essas pessoas a vida não tem muito sentido!" "Me habituei a comer tão depressa que meus filhos já me chamaram a atenção!" "O tempo para mim é tudo; o relógio faz parte da minha vida".

Observou-se pelas pessoas que trabalhavam no mesmo prédio, que o tempo designado pelos horários de entrada e saída alterava, consideravelmente, a vida da família. Percebia-se crianças esperando o pai ou a mãe na saída do trabalho, fora do horário convencional do almoço. Muitas das famílias dessas pessoas tiveram o tempo de convivência alterado em função do horário de trabalho. Com frequência aparecem referências como esta: *"Quase não acompanhei o crescimento dos meus filhos. Quando chegava do trabalho eles já estavam dormindo, saía muito cedo quando eles ainda não tinham acordado"*. A relação do tempo institucional com o tempo convencional do crescimento dos filhos é frequentemente avaliada tendo, nesse aspecto, um significado muito maior para as mulheres, que com frequência fazem referência ao tempo da casa e o tempo do trabalho fora.

O sentido do tempo neste grupo nos remete a Áries retrocitado, onde vimos que a relação do tempo com o espaço é determinada por um princípio estruturante que modela a classificação e a ordenação do mundo e das coisas. Isso nos permite compreender até que ponto o controle do tempo se faz exercer na percepção da ordem das coisas e como essa mesma ordem se projeta na percepção da vida desse grupo.

A prova disso pode ser observada no diagrama de cargos, pela temporalidade dos mesmos, através do qual a entrada e saída dos membros, são determinadas e explicadas, de modo que a temporalidade assume um sentido de obrigatoriedade que vem expressa na aposentadoria.

1. ESTRUTURA DE CARGOS

Do mesmo modo que a estrutura da empresa está fundamentada na noção de espaço e tempo, as posições dos seus membros também são representadas pela segmentação dos cargos e pelo tem

po que os ocupantes devem permanecer nele, até completarem o tempo de serviço, quando não existirem mais cargos na carreira, devendo se aposentar. Sob o prisma da espacialidade, a estrutura de cargos desta empresa, apresenta certas características: a especificidade das funções de cada diretoria e por conseguinte, a subdivisão das diretorias em departamentos determina duas características principais: a classificação dos cargos em relação às funções que se desmembram em várias atividades e a distância que se estabelece entre esses cargos, no sentido externo - interdiretoria - e no sentido interno - os requisitos técnico profissionais dos cargos -.

Convém ressaltar que a noção de distância modelada pelo sentido de externo/interno vai orientar a estruturação dos cargos em dois sentidos: no sentido vertical - os cargos são segmentados numa linha ascendente - e no sentido horizontal - se estabelece o princípio da complementaridade e da contigüidade -.

Vimos que um departamento pode estar distante do outro mas, se pertence à mesma diretoria, a unidade da função determina o mesmo perfil do ocupante. Num outro sentido os valores expressos nos papéis fornecem um conjunto de noções de distâncias.

• O cargo de Motorista, por exemplo, representa uma função da diretoria administrativa. A função por sua vez, vai determinar o valor e a linha de acesso do cargo. Esse princípio é aplicado a todos os cargos.

Numa segunda ordem a função vai determinar a complementaridade e a contigüidade dos papéis.

O Motorista, como o Operador de usina ou o Engenheiro não só fazem coisas diferentes em seus papéis, como diferem também a especificidade e a complexidade do que fazem. Isso vai fornecer outra perspectiva de distância, sendo que, no sentido interno o cargo de Operador está tão distante do cargo de Engenheiro, embora ocupem o mesmo espaço estrutural da função como no sentido externo, o cargo de Advogado está distante do de Engenheiro.

A empresa mantém um sistema de classificação de cargos

oficial, segundo a qual os cargos são agrupados pela complementaridade e contigüidade de papéis, o que denominam de Planos.

O Plano I agrega todos os cargos que requerem escolaridade até o 1º grau e que exigem a habilidade manual no exercício das tarefas. São tarefas padronizadas que não exigem, ou se exige, é mínimo o grau de autonomia no exercício das tarefas e a operação dos equipamentos é controlada.

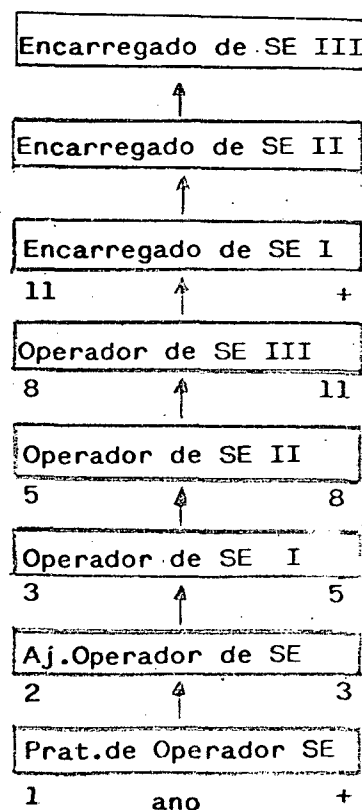
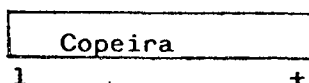
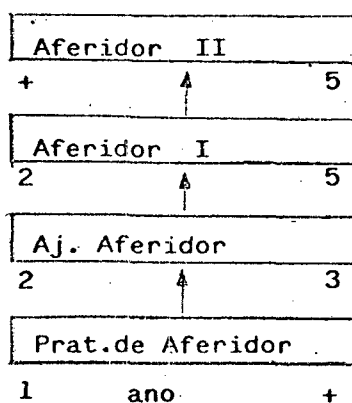
O Plano II agrupa todos os cargos que exigem habilitação profissional de nível médio, caracterizadas pela habilitação técnica específica.

O Plano III é composto de cargos de nível superior.

Vistos sob o ângulo deste sistema de classificação, os papéis podem estar distanciados se um cargo do plano pertence a uma diretoria e se o outro pertence a outra diretoria. Noutro sentido, a distância é mensurada pela escolaridade, salários, etc., daí a distância tem outro sentido.

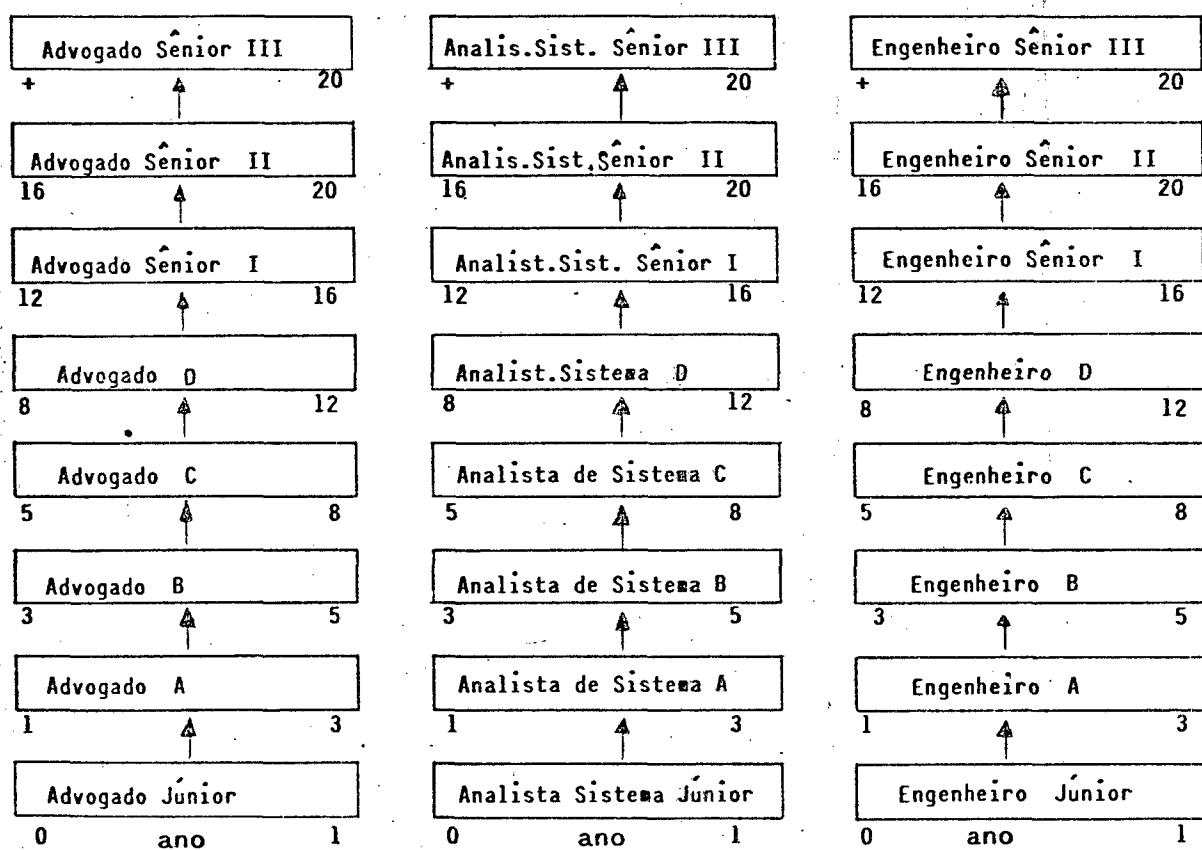
Cada diretoria, subsequentemente seus departamentos, determinam o número de ocupantes dos cargos, e é denominado de quadro de lotação.

Cada cargo é segmentado em três ou mais posições, formando uma linha ascendente.



A temporalidade dos cargos é tão significativa quanto é a divisão da vida em idade, e a relação da classificação etária em relação ao status e papéis.

O tempo de permanência do ocupante nesses segmentos é definido por analogia com a classificação etária: o estágio inicial do cargo é denominado júnior, seguindo-se os estágios intermediários designados pelas letras A, B, C, D, E e os últimos estágios denominados sênior:



O tempo de permanência em cada estágio é variável. A passagem de um estágio para outro implica na mudança de papéis e aumento de salário.

Os papéis são mais complexos, aumenta a responsabilidade pelo valor da tarefa. A ascensão implica no prestígio que se manifesta pela designação da função de supervisão ou encarregado de grupos de trabalho. A longevidade dos cargos também é variável. Alguns cargos estão segmentados em apenas um segmento, como é o caso de copeira. Isso demonstra que a longevidade além de ser relativa é determinada pela função, por conseguinte o ocupante atinge o fim da carreira muito cedo ou permanece nos estágios iniciais até atingir o tempo da aposentadoria. Esse aspecto de certa forma vai explicar o significado da luta, quando essas pessoas buscam de diversas formas passar para outro cargo. Observou-se esse fenômeno e constatou-se um elevado grau de insatisfação e ansiedade da pessoa. Queixava-se de ter completado 20 anos de empresa e o seu salário ser inferior a outros membros do grupo, com menos tempo de casa. No caso observado a referência era o tempo de serviço que ao mesmo tempo era acionada como forma de controle para denunciar pessoas com menos tempo de serviço com salário maior.

Com respeito à longevidade dos cargos, observa-se que os que exigem maior esforço físico são os que apresentam menores perspectivas de vida, ou seja, encerram suas carreiras de vida mais cedo que os demais. É o caso dos cargos de Eletricistas, Operadores, Conservadores de instalações, Motoristas, etc.

Nos cargos em que os papéis são caracterizados pela atividade intelectual a longevidade é maior.

As posições de chefes não são consideradas cargos, mas sim, posições de confiança, portanto, teoricamente não possuem uma estrutura formal e a sua temporalidade fica por conta de quem o designa. São as posições de maior prestígio e influência.

Essas características qualitativas estão relacionadas a certos tipos de privilégios e pelo caráter remuneratório que é acumulado a seu salário.

Como o tempo de permanência limita o acesso, as posições de chefia se tornam as mais disputadas.

Cabe aqui ressaltar dois aspectos importantes que vão determinar a motivação e as expectativas do grupo e em torno disso o antagonismo e as diversas formas simbólicas de controle.

Essas formas de controle assumem várias características de manifestação e muitas delas institucionalizadas pela administração científica.

Esse aspecto pode ser observado na experiência das pessoas mais antigas que não chegaram a conhecer os métodos vigentes de gerenciamento de pessoal.

Antes de 1973, os critérios ou "como dizem" ausência deles, uma vez que o termo critério, surge com a chamada administração científica, tornava as expectativas de ascensão mais livres de controle. Dizem que eram predominantemente políticos. Porém, as pessoas ingressavam na empresa por convite para implantação de determinadas atividades. A explicação sobre o ingresso de algumas pessoas mostram que o critério da escolha nem sempre era político. Muitas das pessoas eram experientes no campo. Em geral os mais velhos fazem referência a essa época com saudade. Lembram com respeito, a austeridade dos presidentes ou dos seus favores. Ser mais velho do grupo era condição para exercer cargos de maior importância. A idade era relacionada à lealdade, conhecimento, experiência. A partir de 1973, data que as pessoas mencionam como referência aproximada das mudanças do estilo de gestão, as transformações se fizeram mais sensíveis nos métodos de administração de pessoal.

O ingresso de pessoal passou a ser tão controlado como as promoções de cargos. A institucionalização dessa função fez surgir novas subestruturas de funções com a finalidade de controle. O departamento foi implantado por jovens estagiários do Curso de Administração de Empresas. O sistema foi ampliado e incorporado a ele novas áreas como a Psicologia do Trabalho, Serviço Social e Medicina do Trabalho.

A estruturação do departamento forneceu novos valores e métodos institucionais de gerência baseada na administração científica.

O ingresso passou a ser controlado por sistemas de seleção que definia critérios baseados em valores institucionais: idade, escolaridade, perfil psicológico do cargo, saúde, etc. Novos conceitos de saúde e de idade baseada na produtividade de terminavam a longevidade dos cargos. Na mesma proporção os critérios de promoção foram alterados embora preservados os princípios mais estruturais como o critério da senioridade. Entretanto outros requisitos como a escolaridade, habilitação profissional, saúde, inteligência, etc., forneceram novos valores que redefiniam os critérios de promoção e de desempenho de papéis.

Tais modificações continuam a opor os valores atuais aos valores tradicionais. É nesse espaço que se aloja o conflito de gerações.

Os mais novos vêem os mais velhos como obstáculos ao desenvolvimento e à promoção dos mais jovens. Os mais jovens reivindicam espaço, os mais velhos queixam-se da falta de espaço e de respeito, da negligência à experiência e do esvaziamento dos papéis.

O conflito entre a geração mais jovem e a geração mais velha, se torna mais explícito quando os mais velhos resistem à aposentadoria. Observa-se que algumas pessoas mais velhas são substituídas de posições de chefia, por outros mais jovens. Em alguns casos observados, a mudança não foi aceita pelos membros do grupo, que apoiou a permanência da pessoa como chefe, alegando a falta de experiência. Observou-se nesse caso, que valores novos conflitavam com os valores de preservação da unidade do grupo. Esse fato foi observado num departamento situado na área rural, onde os mais velhos ainda ocupam as posições de prestígio.

O discurso da promoção desliza de maneira muito nítida para a equidade defendida sob o argumento de justiça. Esse critério do desempenho, para promoções de certa forma revoga uma série de vantagens e privilégio da senioridade.

Nos últimos quatro anos a idéia de inovação, de mudança, tende a sobrepujar os valores tradicionais vigentes.

Na verdade, os conceitos de velhice se organizam e se lançam em sintonia com a maneira dos mais jovens perceberem as

peessoas no fim da carreira, estimulando a percepção dos fenômenos degenerativos, associando o cansaço e a doença à restrição de esforços, a dieta, encontrando sentido, a partir dela, para se aposentar.

É nesse sentido que a doença, o cansaço, perdem o seu conteúdo orgânico original e se tornam uma categoria simbólica, servindo aos mais jovens como categoria de acusação e para os mais velhos uma maneira de explicar a sua exclusão do grupo.

Observou-se pessoas na posição de sênior, mais precisamente no fim de carreira, em posição de chefia explicar a extinção do setor e seu desânimo de continuar na empresa pelo esvaziamento das suas atividades, pela recomendação do cardiologista, para reduzir as suas atividades, evitar tensões, etc.

Outro aspecto importante, é o de que os mais velhos são os que efetivamente são mais ativos e mais produtivos no trabalho. Apesar das resistências observou-se que essas pessoas tinham as soluções para os problemas.

Nas atividades operacionais a montagem de equipamentos mais complexos, era deixada para os membros mais velhos do grupo que se encontravam em processo de aposentadoria.

Por outro lado, os mais velhos evitam o contato com os mais jovens, sendo que isso não é percebido por estes. Na verdade o interesse dos mais jovens à gramática do discurso, está muito distante dos mais velhos.

Essa atitude também deve ser percebida como uma forma de organização dos mais velhos, com relação à identidade no próprio contexto dos jovens do grupo. Essa entre outras questões serão objeto da pesquisa a ser relatada posteriormente.

Portanto, é somente a partir da compreensão desse quadro que se pode perceber o alcance e o sentido que a velhice tem na vida e na experiência dessas pessoas. É importante nesta sequência observar como a aposentadoria se caracteriza nesse grupo e no que essa observação vai ajudar para a compreensão da relação com a velhice e qual o sentido quando transportada para a experiência de vida dessas pessoas.

2. APOSENTADORIA POR VELHICE

Na empresa a aposentadoria é uma categoria constitucional que assume uma característica particular pela complementação da pensão.

Portanto, quando se fala em aposentadoria, a referência principal é a complementação. Uma renda que é administrada pela fundação, entidade de securidade social de caráter privado fundada pelos empregados, com este fim.

A complementação corresponde à diferença entre o cálculo efetuado pela Previdência Social, isto é, a média dos últimos 36 salários-contribuição, não-corrigidos, e o salário atual do empregado.

O cálculo da complementação é efetuado com base nos 12 últimos salários-contribuição à Fundação de Securida Privada, fundada pelos funcionários, os valores são corrigidos pela dedução do valor calculado pela Previdência Social, resultando na diferença, denominada de complementação, confoeme exemplo demonstrado abaixo:

APOSENTADORIA POR VELHICE

Último dia trabalhado - 30.08.88

Data início aposentadoria - 01.09.88

Tempo filiação à Previdência Social - 25 anos

Idade - homens 65 anos - mulher 60 anos

Nº salários de contribuição utilizado pelo INPS - 36

Valor mensal pago pela Previdência - CZ\$ 94.284,24

Valor mensal INPS (hipotético) - 100.782,84

MESES	SRC	ÍNDICE COR.	SRC CORRIGIDO
09/87	24.474,00	5.9548	145.737,77
10/87	38.536,28	5.6348	217.144,23
11/87	37.118,42	5.1610	191.568,16
12/87	47.649,14	4.5737	217.932,87
01/88	54.557,57	4.0071	218.617,63
02/88	52.235,33	3.4393	179.652,97
03/88	56.554,00	2.9156	164.888,84
04/88	65.710,00	2.5132	165.142,37

05/88	91.662,11	2.1070	193.132,06
06/88	106.528,47	1.7889	190.568,77
07/88	116.483,00	1.4966	174.328,45
08/88	141.560,97	1.2066	170.807,46

SOMA 2.229.521,58 SRB (MÉDIA 12) CZ\$ 185.793,46

SRB = 185.793,46

JNPS = 100.782,84

85.010,62

Fonte: CELOS

A renda aposentadoria, segundo cálculo da Previdência Social, bem como a complementação, são na verdade restituições da contribuição devida constitucionalmente à Previdência Social, a partir da assinatura do contrato de trabalho. Nem sempre isso fica claro para uma grande parcela dos empregados, que acionam esse fato, somente por ocasião de aumentos nos descontos da contribuição mas em relação à assistência à saúde.

Observou-se nos discursos de aposentáveis e não-aposentáveis, referência à aposentadoria, isto é, a renda, como um salário a título de benefício, ao qual é incorporado o caráter do salário como sendo vitalício. Isso mostra que o discurso da complementação veicula um sentido diferente do sentido institucional.

Para os técnicos que atuam nesta atividade, isto é, administração de pessoal, cuja função é a admissão, demissão, folha de pagamento, férias, etc., a aposentadoria é uma rescisão do contrato de trabalho. Uma demissão que não tem o caráter de justa causa, isto é caracterizada por indisciplina etc., mas que rompe institucionalmente a relação das pessoas com a empresa.

Esse fato tem uma repercussão muito maior para os homens do que para as mulheres. É nos homens que se observa maior "resistência". Essa resistência é veiculada pelo discurso dos funcionários e tem um significado que somente se torna sensível quando ela é transportada para a experiência da pessoa. Vista no contexto das relações de trabalho, a permanência da pessoa

caracteriza uma resistência e, resistir a uma norma institucional implica em transgressão, em insubordinação. É importante a compreensão do sentido que tem esta atitude para os atores e isso pode ser verificado no capítulo seguinte.

Por outro lado, observa-se a não-coincidência do fim da carreira profissional, que corresponde ao fim da atividade profissional, com a idade das pessoas.

A média de vida ativa a partir do critério do tempo de serviço é de 47 a 48 anos, é o caso descrito na secção anterior. Nesta idade as pessoas estão em pleno vigor físico. Muitos ainda têm filhos menores de 10 anos. Notou-se pessoas que se aposentaram por tempo de serviço, com filhos menores de 14 anos. O sentido da resistência para pessoas com essa idade é bem diferente. Elas aguardam os planos de incentivo à aposentadoria e com isso podem realizar os seus projetos de vida. Esse aguardar vai implicar numa interpretação diferente daquela que caracteriza os que esperam com a sua saída ocupar o seu cargo, a partir do critério de ascensão funcional apresentada anteriormente.

É flagrante o desinteresse dos mais velhos pelo discurso da aposentadoria. Para as mulheres, o discurso do tempo se torna mais claro através da categoria "*trabalho fora*", e pela queixa da falta de tempo para se dedicar às tarefas da casa. Nestes casos observa-se uma expectativa em torno da aposentadoria, porém, nota-se também variações.

Verificou-se, durante o Trabalho de Campo, que duas mulheres que ocupavam posições importantes, em decorrência da substituição do cargo, decidiram acelerar o tempo de sua aposentadoria, completando com o tempo de serviço anterior à empresa. Todos esses aspectos vão caracterizar o processo simbólico da desagregação de como é praticada a aposentadoria e qual a atitude de dos grupos diante da aposentadoria.

Em geral, a aposentadoria é anunciada com muita antecedência pelo grupo. Durante este período que nunca é inferior a dois anos, todos ficam sabendo quem é aposentável e, dependendo da sua posição, pode despertar um sentimento de afeto pelos mais jovens ou se tornar indiferente. Em que circunstâncias se observa atitudes de afeto e atitudes de indiferença?

Quando a pessoa, por exercer uma função de gerente ou de maior relevância no grupo, por ter maior experiência ou dominar certas tarefas, se estabelece um certo antagonismo como vimos na seção anterior, quando descreveu-se o princípio de equidade no equilíbrio das relações no grupo. Quando o grupo percebe o controle que se manifesta pelo rigor no cumprimento de horário, no zelo pelos equipamentos e princípios institucionais além da diferença do salário que é percebida entre as pessoas mais velhas, já se estabelece um antagonismo, que se manifesta pelas expressões "caxias". Isso, na medida do tempo, desgasta progressivamente as relações no grupo. Quando isso acontece, o sentimento de hostilidade que os mais velhos sentem vai distanciando-o do grupo. Por conseguinte, o processo de tramitação do pedido de aposentadoria é ocultado do grupo. Nos casos em que se observa extinção de órgãos ou por conflito declarado, o aposentável se afasta por licença, em geral para tratamento de saúde e, durante a licença, um membro da família ou ele próprio oficializa o pedido.

Neste caso a indiferença do grupo passa pelo princípio cosmológico do grupo, ou seja, a noção interno e externo.

Já nos casos em que a pessoa aposentável ocupa posições de menor relevância que outros membros do grupo, observa-se um sentimento de afeto. Como no exemplo, dos casos observados, o grupo de trabalho era constituído na maioria por cargos do grupo III e a pessoa aposentável pertencia ao grupo II, se constata um sentimento de afeto, que se manifestava pela maneira jocosa de tratar o aposentado como: "*agora vai viver na mamata*".

Do ponto de vista das atitudes rituais dos técnicos que efetuam a rescisão do contrato de trabalho e do cálculo da complementação, percebe-se um sentimento equivalente ao sentido da despedida. Foi possível conferir isto por ocasião do Trabalho de Campo. As pessoas não dispõem de uma linguagem para exprimir o sentimento em relação aos aposentandos, eles não encontravam um sentimento que exprimisse melhor do que: "*É um sentimento de pena de sentir que muitas pessoas gostariam de ficar e de afeto pelo tempo de convivência*"; como pode ser observado nas entrevistas "A

gente sabe que dificilmente vai poder vê-los"; "Muitos a gente só tem notícia quando morrem no momento em que se transfere a pensão para a esposa e quando é mulher, para dar baixa na folha"!

Portanto, nesse contexto a percepção do técnico entra em sintonia com a concepção popular do velho como digno de pena, pela fragilidade, de doença, etc.

Dependendo das circunstâncias, alguns grupos costumam celebrar a aposentadoria com uma cerimônia de despedida.

Esta cerimônia, às vezes antecede à rescisão do contrato de trabalho, em outras, ela ocorre como celebração da assinatura da rescisão.

Em geral, a cerimônia é realizada por iniciativa do grupo, manifestada através de uma festa, um jantar ou coquetel.

Nesta ocasião é costume dar de presente um objeto: um relógio, uma placa de bronze, como homenagem da empresa.

As maneiras como as pessoas descrevem as cerimônias que ocorriam no passado, como as que observa-se atualmente, fica nitidamente caracterizada a despedida do grupo.

Uma pessoa do grupo ou um chefe profere um discurso ressaltando os episódios que marcaram tanto, a vida profissional da pessoa, como as realizações importantes. Agradecem em nome da empresa a colaboração pelos anos de serviço, enfatizando a aposentadoria como "*merecido descanso*".

Com a rescisão do contrato de trabalho, rompe-se qualquer vínculo com a empresa.

Na medida em que a empresa possui regras que instituem a entrada e saída de pessoas, segundo a noção interno / externo, um princípio que caracteriza a cosmologia do grupo, as pessoas se vêem obrigadas ao afastamento definitivo.

CAPITULO VI

A REPRESENTAÇÃO DA VELHICE

NA HISTÓRIA DE VIDA

Neste capítulo, tenta-se compreender a Representação da Velhice e a maneira como ela caracteriza-se como experiência de vida deste grupo.

Para tanto, tomar-se-á as categorias de representação social e a partir delas compreender-se-á as como as pessoas organizam as suas próprias experiências.

O fato deste grupo ter vários pontos em comum: idade, serem casados, com exceção de duas mulheres, pertencerem à mesma empresa, estarem sujeitas às mesmas regras de relações sociais, aposentadoria, estarem passando ou terem passado pela mesma experiência, faz com que, apesar das experiências individuais, suas histórias de vida apresentem uma estrutura homogênea.

Ao relatar a sua história de vida, cada pessoa organiza as suas experiências em sintonia com os valores e com consenso social, estimulando a associação experiências/categorias sociais que elas consideram importante e, através desta associação, produzem um conceito de vida.

Neste sentido, procura-se seguir o curso desta rede de associações, orientando-se pela repetição das categorias e pela relevância que elas assumiam no conjunto das histórias de vida.

Em sua maioria, a história de vida de cada pessoa deste grupo, consiste na história de como a pessoa é iniciada para o trabalho e como ela é afastada do trabalho, implicando numa complexa rede de significados simbólicos.

De modo que, apesar das experiências individuais, a escolha das categorias de representação se torna quase invariável. A experiência de filho aparece associada ao trabalho, estimulando a associação com a casa / família como motivos da luta e esta experiência, por sua vez, é associada às relações sociais, enquanto estratégia articulada ao prestígio à influência às promoções, etc.

No contexto das relações, a concorrência, o fim da carreira, estimulam a escolha da religião como último projeto de vida e ao mesmo tempo, desincumbência de compromissos com valores morais, considerados profanos.

Esta experiência associa-se ao que é por definição médica, classificado como doença, sendo reelaborado no contexto das relações sociais, em função da concorrência no âmbito das relações do trabalho e do caráter compulsório da aposentadoria.

A construção de como aparece a doença, e, através dela, a justificativa para o seu afastamento, estimula o acionamento dos recursos no sentido de demonstrar o que havia se tornado relevante, enquanto motivo da luta consubstanciam-se nos bens adquiridos, justificando a desincumbência do dever e da responsabilidade dos papéis sociais.

Ao perceberem-se sem papéis, as pessoas vêm-se privadas de um sistema de classificação social que as possibilitem continuar a narração das suas experiências como aposentado.

A interpretação do discurso e a repetição das histórias, permitiam concluir que a maneira como os entrevistados percebiam a velhice enquanto experiência vivida, não correspondia ao processo de degeneração biofisiológico, nem a representação oficial da velhice.

Tentar-se-á, pois, compreender como se caracteriza a maneira como este grupo constrói e associa as suas experiências e a partir desta associação, como eles atribuem um sentido à vida.

1. TRABALHO

O discurso do trabalho constitui o eixo principal por onde flui a história de vida da maior parcela deste grupo - que são os homens -. Assim, a primeira experiência que eles concebem como vida, associa-se ao trabalho e, através dele, eles constroem a sua identidade de filho.

"Comecei a minha vida trabalhando com meu pai na sua oficina de marcenaria. Aos 7 anos eu já carregava madeira num carrinho-de-mão ajudando seus empregados".

"Trabalho desde que me conheço por gente. Mi

nha mãe costurava para fora e aos 8 anos ela me fazia alinhar bairra de roupa, depois, aos 13 anos eu me tornei uma mocinha e fui trabalhar na Casa Oriental".

"Sempre vivi com muita dificuldade, perdi meu pai muito cedo e logo tive que trabalhar para ajudar minha mãe a sustentar a família".

"Minha vida começa pelo trabalho. Minha mãe era lavadeira. Lutava com muita dificuldade para sustentar a nós. Meus irmãos eram pequenos... Eu era o mais velho então eu tinha que ajudar a ela. Entregava trouxas de roupas".

Nesta parcela inclui-se pessoas de classe média; embora algumas pessoas iniciem os discursos pelo ingresso nas escolas, o estudo aparece também correlacionado ao trabalho. Neste sentido não observou-se variações entre os gêneros, exceto na construção da categoria trabalho.

"Alguns fatos marcaram muito a minha vida e por isso a gente não esquece. Meu pai mandou-me para Itajubá fazer Engenharia. Estudava e trabalhava para me manter e por fim, não conclui o curso, casei lá e voltei para Blumenau para trabalhar na empresa de força e luz que meu pai presidia naquela época".

"Comecei a minha vida estudando e dava aula. Fazia o complementar e à tarde e pela manhã eu ensinava as crianças do primário na escola do município. Quando me formei passei a dar aula e trabalhei como professora até concluir o curso superior quando já era casada e vim trabalhar na..."

"Era rapaz fazia o contador e trabalhava com escrita para a Casa Capital".

É importante perceber como as pessoas deste grupo repre

sentam o trabalho e como eles organizam as suas experiências em função desta percepção.

De modo geral, o discurso do trabalho é construído através de dois significados básicos: a provisão dos meios de sobrevivência, representada pelo sustento da família, ora da casa. Segundo por um compromisso de ordem moral, implicado na realização de um projeto conforme certos valores sociais expectativos, representado pela realização do sonho da casa própria e aquisição de bens relacionados à convenção de conforto.

Esta representação tem dois fatores de variação básicos: o gênero e a fase da vida.

Para as mulheres, a categoria trabalho cobre uma dimensão e extensão mais ampla, onde as tarefas domésticas constituem o significado básico do trabalho. De forma unânime, as informantes recorrem à categoria trabalho para exprimir a sua experiência doméstica.

"Sempre tenho muito trabalho, pois não tenho faxineira nem empregada, faço toda a limpeza da casa, cozinho e ainda cuido dos sobrinhos e netos, quando minha irmã sai".

"Sempre gostei de trabalhar. Naquele tempo a gente fazia todo o trabalho da casa para ajudar a mãe. Quando arrumei um serviço no banco é que minha mãe me dispensou um pouco da lida da casa".

"Mesmo trabalhando fora, eu é quem faço todo o trabalho da casa. Não gosto de deixar as minhas coisas com empregada: elas estragam os móveis, quebram louças, enfim..."

Esta forma de classificação tem uma divisão mais interna que diferencia a atividade doméstica da atividade pública.

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS DE CLASSIFICAÇÃO
Trabalho fora Trabalho	Atividade pública rentável Conjunto de atividades (emprego)

O "*trabalho fora*" significa o domínio da atividade rentável e, em geral, empregado para distingui-lo das tarefas da casa. De maneira unânime o trabalho da casa é considerado básico, enquanto que o trabalho fora tem uma função e finalidade específica para as mulheres.

Significado do Trabalho Fora

CASADAS	SOLTEIRAS E DESQUITADAS SEM FILHOS
<ul style="list-style-type: none"> . complementação da <u>ren</u>da familiar . atualização . realização profissional . relações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> . sobrevivência . segurança . realização profissional . identidade social . relações sociais

A complementação da renda familiar aparece de maneira unânime no discurso da relação do trabalho com a aquisição da casa própria. Apenas uma mulher fez referência à aquisição de outros bens. Por outro lado ele se imbrica ao discurso dos recursos financeiros. De qualquer forma eles marcam a passagem do status de mulher solteira para o de mulher casada:

"... Trabalhei desde solteira. Era bancária quando casei, por questão de mudança, de Belo Horizonte para São Paulo e de São Paulo para cá, as crianças eram pequenas, tive um com diferença pouco mais de um ano do outro, parei de trabalhar. Morava com meus sogros e sempre pensei em ter a minha casa. Foi aí

que decide voltar a trabalhar fora para ajudar..... a adquirir a nossa casa. Isso marcou muito na minha vida, Com o meu salário pagávamos a casa e ainda sobrava dinheiro que fazíamos uma poupança.."

"...o que mais preencheu todo o meu tempo foi o trabalho, no começo a gente fica muito empolgada. Queria comprar uma casa e como meu marido não ganhava o suficiente eu pensava: não vou esperar - até que ele possa.

Quando comecei a trabalhar fora em pouco tempo compramos um terreno e construímos..."

"... apesar da gente quase não acompanhar o crescimento das crianças acho que trabalhar fora é quase uma necessidade porque se a gente quer conseguir - as coisas esperar pelo marido sozinho não dá..."

A atualização, realização profissional e relações sociais associados ao trabalho é um complemento da construção da identidade social das mulheres casadas.

Para as mulheres solteiras ou desquitadas, o trabalho está associado à sobrevivência.

Nos seus discursos verificou-se também uma classificação específica do trabalho. Como atividade profissional, acionada para qualificar o " trabalho fora ". Ser assistente social ou administradora é uma qualificação que designa a identidade profissional e que justifica o tra-

balho fora. Essa categoria profissional, aparece especificamente nessas atividades por serem consideradas ocupações de maior valor que as de escritório, como por exemplo, escriturário, datilógrafo, etc. Por outro lado, por serem ocupações organizativas a nível de mercado, a identidade profissional transcende a esfera da empresa, o que vai implicar também na maneira como elas fazem na aposentadoria, uma avaliação do trabalho fora como dever profissional.

"...a minha atividade profissional faz parte da minha vida. Além da realização profissional é o compromisso de ser útil aos outros..."

"... Fui convidada para trabalhar na ... pela experiência profissional no SESP..."

"...trabalhei muito tempo na TELESC na atividade de RH, então fui convidada para assumir aqui para implantar o sistema de ..."

Observa-se que a atividade profissional é acionada no sentido de preservar a identidade pública e separá-la do domínio privado.

Neste caso nota-se que a consciência do dever profissional muitas vezes, assume conotações valorativas superiores que circunscrevem o seu papel na família:

"...Quando minha filha teve o primeiro filho, eu não pude dar maior assistência porque estava viajando na implantação do projeto..."

"... Minha irmã me solicita muito. Tem uma filha excepcional e muitas vezes fica insegura, não sabe como superar certas crises, então vive me pedindo ajuda..."

Observa-se estes aspectos quando as mulheres não têm uma formação de nível superior, embora ambas compartilhem da queixa sobre a falta de tempo para maior dedicação à família.

Entretanto, isto é construída no âmbito do discurso sobre o trabalho. Quando o foco do discurso passa a ser a família, desaparece a referência ao tempo para dedicação aos filhos e netos como se verá na sequência deste capítulo.

Para as mulheres solteiras a categoria "*trabalho fora*" ocupa espaço no discurso até a sua emancipação da família, especialmente com a morte dos pais, quando o espaço mais amplo é dado à sobrevivência, segurança e realização profissional.

"...aos 16 anos meu pai consentiu que trabalhasse fora, daí ele mesmo conseguiu uma vaga na escola..."

"Trabalhei a vida toda pensando na minha segurança. Os meus irmãos têm as suas famílias e não podia nem penso em contar com isso..."

"Eu tenho um amor muito grande pelas coisas que realizei aqui na empresa, pelo meu trabalho em si e até pela empresa se a gente lembrar que vivemos tempos muito bons..."

Observa-se que as pessoas constroem o seu isolamento através do trabalho, no âmbito da família.

Tanto para a mulher solteira como para a mulher casada, a atividade doméstica é construída como uma tendência instintiva da mulher:

"...Eu não consigo ficar longe do meu canto..."

"...quando estou em casa estou sempre limpando, cozinhando, costurando, isso me faz recuperar o tempo que passo fora..."

"...eu dou muito valor a minha atividade profissional, gosto de ler, me atualizar mas o serviço da casa eu não dispenso. Eu mesma faço tudo: limpo, lavo roupa, cozinho, etc. Isso me dá muito prazer".

O trabalho marca dois momentos na representação da vida

dessas mulheres, quer sejam solteiras, quer sejam casadas e parecem se exprimir no fim da atividade profissional ou ocupacional, isto é, quando surge a expectativa criada em torno da vida privada, ou seja, o domínio da casa. Aqui se observa dois aspectos importantes: para as mulheres que atuam em atividades dos grupos II e III o discurso do trabalho tem uma sequência representada por duas fases: a primeira que marca o ingresso na empresa, conforme viu-se no depoimento já mencionado, e que se dá por convite, o que significa reconhecer os méritos pelo bom desempenho profissional, por prestígio, influência do pai, ou da família. Neste momento, dependendo da formação e das características do cargo, o início marca também a carreira funcional que nas mulheres se dá mais rapidamente do que nos homens. Primeiro porque as atividades ocupacionais que são caracterizadas pela mão-de-obra feminina estão relacionadas a um conjunto de requisitos calcados em padrões de valores como: juventude, ser apresentável, etc., além do que a perspectiva de ascensão funcional da mulher é bastante restrita se comparada à dos homens.

Quer atinja o estágio máximo da carreira durante os primeiros anos de serviço, ou não, suas possibilidades de progresso estão de qualquer forma limitadas à curta carreira, no caso de mulheres que atuam em atividade técnica de nível médio. Por outro lado mesmo num cargo de prestígio, o fato de ser mulher como mostra as informantes, já constitui um fator restritivo.

"... Fui convidada para implantar o serviço de acompanhamento e, com a expansão dos serviços, comecei a perceber que teria que lutar por espaço, mas chega-se a um ponto que não sei se vale a pena..."

"...a mulher não tem muita chance. Depois o cargo de escriturário, só tem I e II e se quiser melhorar tenho que fazer concurso e, aos 60 anos, nem posso, então o melhor é ir para a casa..."

Uma vez que essas mulheres constroem seus papéis em relação ao trabalho é fundamentalmente no domínio doméstico as ex

plicações ou justificativas para o fato de não serem indicadas para funções de relativo prestígio ou mesmo serem lembradas para uma promoção pelos chefes, se organizam dentro do discurso do desejo de *"ir para casa"*, *"não vejo hora de me aposentar, quero compensar todo o tempo que vivi mais fora do que dentro de casa"*.

"Quero me aposentar para dedicar a minha casa aos meus filhos e ao marido".

O discurso da família é o que mais rompe o discurso da aposentadoria. Apresentar-se-á na sequência que o próprio grupo constrói os focos mais marcantes, ou seja, que exprime a representação das alterações da construção da vida como um conjunto de papéis que vão progressivamente se esvaziando, como observar-se-á na maneira como o homem constrói o trabalho. Não observa-se fatores de variação na construção do discurso do trabalho entre os homens, exceto nos motivos que eles atribuem à decisão de aposentar-se.

Para os homens, aposentados e aposentáveis o trabalho constitui a base mais importante da construção da identidade, e através desta construção se estabelece uma associação entre os papéis e o trabalho. Primeiro como provisão auxiliar do pai ou da mãe no papel de filhos, depois, como provedor absoluto no papel de pai e chefe da sua própria família quando é acrescentado à provisão física, o compromisso de dar estudo, casa, e outros bens convencionados pelos valores morais e que por sua vez vão constituir a base da construção da identidade dos filhos e da esposa.

"...meu pai tinha condições de mater a família, mas naquele tempo, filho tinha que trabalhar. O meu primeiro emprego foi no comércio, o curso de contabilidade era muito valorizado então não me faltava emprego. Não foi fácil apesar disso, porque emprego no comércio sabe, não é estável e o que ganhava era também para ajudar meu pai. Ele controlava o meu salário".

"Quando meu pai faleceu ficou minha mãe com 7 filhos para criar, eu era o mais velho e desde pequeno tudo o que ganhava era para o sustento da casa".

"Eu comecei a minha vida como ajudante de pedreiro, tudo o que ganhava ia para casa. O que minha mãe ganhava na lavação mal dava para comer..."

Estas expressões estão relacionadas à iniciação ao trabalho e marcam, basicamente, a passagem da adolescência para a idade adulta. Esta passagem é definida pela idade do casamento. As referências ao trabalho sempre tiveram, na narrativa desse grupo, um precedente: a família. Em geral ele aparece relacionado à provisão da família em condições sempre dramáticas: a morte do pai, doença, morte da mãe ou baixa renda. Mas o trabalho constitui referência fundamental para definir o momento de casar:

"...daí consegui com um tio um emprego aqui como leiturista. Não ganhava muito mas à vista do que ganhava como ajudante de pedreiro era muito. Daí resolvi casar".

"...trabalhei muito tempo na Casa Capital, depois fui para a Caixa Econômica mas os empregados não eram estáveis. Nem pensava em casar, namorava mas compromisso mesmo só assumiria se tivesse um emprego estável. Quando já tinha 33 anos o gerente da Caixa Econômica que conhecia o meu trabalho, me falou: vou te arrumar um emprego de contador na (...) conheço o chefe da contabilidade. Vim para cá implantei o sistema financeiro e fiquei por aqui. Aí senti coragem para casar..."

Nesta fase o trabalho mobiliza uma série de noções valorativas que determinam a concepção do corpo no que concerne ao conceito de vigor físico e capacidade mental, como a capacidade para determinadas atividades.

"...naquele tempo a vida da gente era mais controlada pelos pais, a gente tinha mais

respeito. Não se fumava, dormia-se cedo, era mais saudável. Me lembro que ficava até tarde da noite fazendo a escrita. No outro dia, cedo estava de pé pro trabalho e não me sentia cansado".

"Não tenho medo de trabalhar com ninguém; sempre fui cumpridor do meu dever e por isso, fui eleito operário-padrão duas vezes..."

Os valores morais se fundem à representação do vigor físico como atributo da ordem.

Esses atributos têm características homogêneas que se exprimem através da capacidade intelectual, como elementos valorativos das atividades técnicas. A habilidade manual tem conotações de *"trabalho braçal, de pouco prestígio"*.

Há, também, evidência da consciência do vigor associada à saúde como elemento vital e seletivo. Essa representação vai se expressar de maneira mais nítida quando os filhos já na idade adulta não conseguem levar adiante seus projetos de vida, como por exemplo o fato de não ter conseguido emprego.

Por outro lado o trabalho é pensado como algo que desgasta o corpo, que prejudica a saúde e o vigor dos órgãos. Observa-se como os informantes no decorrer do discurso do trabalho mobilizam esses conceitos:

"...o trabalho desgasta o corpo da gente, De pois que comecei a trabalhar de eletricitista passei a ter problema de coluna..."

"...eu trabalhei muito tempo como radiotelegrafista. A onda de frequência, uma luz vermelha que fica o dia todo em cima da gente, tem efeitos nocivos sobre a saúde! Ela atinge os cabelos, o estômago, o fígado, pulmões os olhos e até a parte sexual..."

"...fui chefe de departamento. As responsabilidades eram tantas que acabei doente..."

Essa referência tem dois sentidos: marcar o início da

vida no trabalho segundo as convenções valorativas de força, vigor que se imbrica à capacidade moral no sentido de bom provedor, bom chefe de família, não faltar nada em casa, etc., e explicar o que eles concebem como fim da vida.

De qualquer forma essa maneira de perceber o corpo associado à idéia de saúde vai fornecer elementos para classificar o trabalho como luta, sacrifício, etc. Essa categoria de classificação do trabalho vai determinar a longevidade na medida em que ela se associa à categoria doença.

As experiências vivenciadas por estas pessoas, são narradas como três fases bem definidas. Os próprios informantes referem-se aos episódios como "*nessa fase da minha vida...*"; "*...nessa época eu tinha os filhos pequenos...*"; "*...nessa fase eu trabalhava ainda como ajudante de eletricista...*"; "*...nesse tempo eu tinha começado o serviço de rádio...*". As categorias tempo, fase, período, são empregadas no sentido não apenas de situar-nos nas suas suas experiências mas, sobretudo, porque elas constituem um sistema de segmentação próprio do grupo e observado na entrevista com todos os informantes.

Dessa observação depreende-se a representação da vida, veiculada pelo discurso do trabalho, como uma experiência segmentada por três fases: a primeira descrita anteriormente, corresponde à iniciação, através da provisão auxiliar a qual os informantes constróem como "*o começo da vida*" e que marca a definição da identidade de filho.

Essa fase, como observou-se, marca o status de solteiro, e o limiar da passagem para a "*vida de casado*", é importante ressaltar que o termo "*vida*" tem um sentido não biológico, mas de vivência de determinado status social, como algo incorporado à vida das pessoas. No caso dos homens, quando lhes foi solicitada uma definição de trabalho, assim o conceberam:

"... trabalho é a própria vida da gente, porque desde pequeno convivo com isso. Aos 7 anos ja..."

"...minha vida tem sido através do trabalho..."

entre outros depoimentos apresentados na introdução deste capítulo.

A segunda fase inicia depois que as pessoas casam. O trabalho deixa de ser apenas um complemento da renda familiar, enquanto representado pela provisão auxiliar, e passa a ter um sentido fundamental na construção e manutenção da família. A referência à provisão como sustento da família assume um sentido diferente da provisão auxiliar. A identidade de pai e chefe de família é construída sobre a identidade de trabalhador. O espaço dos filhos se torna privilegiado e através dele se justifica a luta e o sacrifício.

Não observa-se fatores de variação; tanto aposentados como aposentáveis independentemente do cargo, ao construir esta fase, organizam o discurso do trabalho sempre em função de ter que sustentar os filhos, dar-lhes estudo, ou comprar a casa própria.

Estabelece-se também, nesse sentido, um motivo permissivo para a luta, para a batalha, como pode ser observado na sequência das suas narrativas:

"...enquanto se é solteiro a coisa não é tão difícil, mas depois que a gente assume a própria família, que os filhos nascem, pesa a responsabilidade!..."

"...lembro-me que vim transferido de Lages para a Central com os filhos pequenos tentar uma melhora aqui. Vim trabalhar na Divisão de Transportes porque já tinha experiência... mas a vida não era fácil. Naquele tempo se ganhava pouco! então resolvi botar um posto de gasolina..."

"...a coisa começou a pesar. Tive os três filhos quase um atrás do outro e a casa que eu morava era alugada. Não tinha ajuda de ninguém, então trabalhava de dia e à noite fazia biscates..."

"...fiz o curso de economia em função da minha atividade na empresa, naquele tempo, com dificuldade porque trabalhava durante o dia

e estudava à noite. Casei cedo e logo vieram os filhos de modo que tinha que me dividir entre filhos, trabalho...batalhei, batalhei até que cheguei a ocupar cargos de relativa importância na empresa..."

"...lutei, implantei o sistema financeiro que hoje vigora na empresa, criei o departamento... fui chefe até me aposentar..."

Neste sentido o discurso da luta, da batalha, vai se consubstanciar na nomeação ou menção dos bens adquiridos na fase inicial do trabalho como fator de avaliação do desempenho de pai e chefe de família.

As histórias pessoais em torno da segunda fase do trabalho, tornam-se homogêneas em função de três pontos vitais:

- 1) o fato dos homens serem casados e terem filhos;
- 2) encontrarem-se ocupando posições intermediárias na hierarquia ocupacional, descrita como sistema de cargos no capítulo anterior e, atenderem os requisitos definidos em termos de tempo de serviço ou experiência para ascender cargos imediatamente superiores;
- 3) em função da família o discurso da luta e da batalha por cargos de maior importância, se associa ao salário maior ou prestígio.

A segunda fase se torna a mais densa, porém mais ambígua. Ninguém confessa explicitamente que deseja não apenas sustentar a família, isto é, prover a família dos meios básicos de subsistência, mas adquirir outros bens como carro, casa de praia, etc. Este aspecto só se revela na 3ª fase do trabalho quando, os bens vão consubstanciar o motivo da luta e se tornam importantes como fator de avaliação do desempenho profissional e chefe de família.

Das categorias mencionadas mencionadas para exprimir nesta fase, a representação do trabalho, chegou-se à seguinte configuração:

**Categoria de Representação do Trabalho na 2ª Fase
da Vida entre Homens Aposentados e Aposentáveis**

CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO	FREQUÊNCIA
luta	8
responsabilidade	1
sacrifício	6
vida dura	3
luta difícil	5
vida árdua	1
batalha	3

Essas categorias agrupam dois campos de significados:

- 1) estratégias no âmbito da empresa, para conseguir promoção e prestígio;
- 2) empenho, esforço na satisfação dos projetos pessoais e da família.

Observa-se como as pessoas organizam o discurso da luta em função desses significados:

"...a vida era dura naquela época! Às vezes passava a noite em claro pensando como ia conseguir dinheiro para conseguir comprar uma casa. A mulher e os filhos não entendiam, daí me aborreci, deixei tudo e vim pra cá..."

"...naquele tempo a gente ganhava pouco e tinha que dar conta de tudo, comida, estudo, água, luz...minha sogra morava junto. Lutava com dificuldade para ter a minha casa própria..."

"...naquela fase da minha vida tive que lutar para chegar até aqui, senão ainda estava como..."

"...a política de promoção é injusta. Não adianta se sacrificar porque quem ganha são sempre os mesmos. A gente luta, luta..."

É possível perceber-se que o sentido da luta como todas as categorias empregadas para definir esta fase, estão relacionadas à competição que se estabelece entre membros de um grupo e entre grupos. Este tipo de competição vai assumir na terceira fase, características mais concretas e mais fortes, quando comecem a sofrer pressões.

Eles lutam para conseguir cargos de maior prestígio, salário, e no caso das profissões de nível superior, o alvo são os cargos de chefia.

De modo geral esse discurso é construído através de um sentimento de auto-defesa que como pode ser visto, tende a demarcar áreas de controle técnico, ou, grupos de profissões.

"...a gente luta, luta... Trabalhei com o sistema de faturamento e, às vezes, quem ganha promoção são os que menos merecem..."

"...fui daqui para Videira, assumi a atividade (...) voltei com a família até aí vendi o que tinha adquirido aqui e na hora do reconhecimento são outros que ganham... se pelo menos fosse um do nosso departamento, mas trouxeram um..."

"...sou economista, implantei o sistema financeiro. Nosso grupo da (...) era muito unido. Hoje eu tenho mágoa pois desde que me aposentei não procuram mais a minha casa..."

Estes depoimentos parecem ser coerentes com as teses formuladas por Howard Becker em *Outsiders*, aplicada por G. Velho (1981:23) no estudo de desvios. Para o autor a acusação de desvios são mecanismos de caráter político vinculados ao fator da identidade como resultante da estratégia de construção de gru-

pos simbolicamente ordenados em torno de interesses comuns. Neste sentido a pressão que muitos dos informantes se referem para expressar na terceira fase do trabalho, as tensões entre grupos ou intragrupos, caracteriza a estratégia de organização e a competição entre os grupos e entre pessoas.

Neste sentido, observa-se como as pessoas reagem aos critérios institucionais de promoção:

"...trabalho, trabalho e ganho pouco..."

"...implantei o sistema de (...) e agora extinguem a (...) sem ouvir a minha opinião..."

"...chegou a um ponto que só me faltava me mandarem embora..."

"...não existe reconhecimento da empresa. A gente trabalha, se dedica a ela, chega gente nova de fora, trazem pessoas suas e pra justificar a nomeação dessas pessoas acabam com o setor e criam outro com pessoal deles".

Essa leitura que cada informante faz da sua "luta" para continuar no cargo ou por promoção, tem duas funções que merecem serem entendidas enquanto reação às políticas e diretrizes de carreira ocupacional, aos planos de incentivo à aposentadoria etc. Por um lado elas denunciam a ineficácia de tais políticas, por outro elas tendem a legitimar as tensões horizontais que se estabelecem ao nível dos grupos e intragrupos em torno de promoções.

Essa configuração permanece constante e sobretudo relevante até determinado tempo, que não se consegue identificar com precisão. Percebe-se como referência aproximada o fim da carreira ocupacional, e que corresponde também um cálculo aproximado, entre 50 a 60 anos de idade. A referência mais comum era aos bens adquiridos, sobretudo "a casa", a educação, e formação dos filhos.

"O trabalho teve para mim esta fase, depois que adquiri minha casa e criei meus

filhos eu comecei a ver o trabalho mais pela amizade".

"Depois que adquiri o básico para viver com tranquilidade, o trabalho passou a ser um hobbie".

"Depois que adquiri as coisas: casa, terreno, bens, me senti mais desligado das preocupações de ter que dar certo".

Assim se organiza o discurso da 3ª fase da representação do trabalho, quando as pessoas arranjam suas experiências em função do modo como cada uma dessas encara o fim da sua "vida profissional".

As narrativas em torno desta fase apresentam características que variam, de acordo com a posição que a pessoa ocupa. Para os que exercem atividades braçais, classificadas como atividades de pouco prestígio, o fim da atividade profissional é construído através da categoria injustiça. Observa-se na estrutura de cargos da empresa que em geral, essas posições atingem ao final de 10 anos de serviço, aproximadamente, o fim da carreira o que corresponde na verdade, ter suas perspectivas de acesso a posições mais importantes limitadas ao plano de carreira vigente.

• É neste sentido que as estratégias representam uma maneira de conseguir influências políticas para ingressar em cargo superior.

É importante ressaltar o sentido atribuído ao termo "injustiça", por este grupo, o que vai diferenciá-lo do sentido que o mesmo termo recebe entre as pessoas de posições ou status de nível superior ou chefes, e que se torna relevante nesta fase.

No primeiro caso a injustiça se aplica no sentido de protesto à política e aos critérios de promoção. Observa-se que, em geral esses cargos têm uma vida funcional curta em relação aos cargos de nível superior.

De qualquer forma o "discurso da injustiça" caracteriza a impossibilidade do grupo de enfrentar o processo progressivo do esvaziamento dos papéis que se impõem como critério institucio-

nal ou como estratégia de grupos de interesse. É possível perceber como as pessoas reagem ao esvaziamento dos seus papéis e como eles arranjam suas experiências demonstrando em que medida os grupos de interesse atuam:

"...construi o sistema de rádio naquela época com dificuldade até que todas as regionais aderissem. Chegamos a ser modelo para outras empresas, representando uma economia substancial nas despesas com telefone e hoje querem desativá-lo! É uma injustiça que fizeram comigo!..."

"...implantei o departamento (...) quando assumiu o deputado (...) na diretoria, sofri tanta pressão para que eu pedisse minha exoneração que acabei cedendo. Apesar de não considerar-me pessoa da sua confiança, pois havia sido nomeado pelo diretor (...) acho que no mínimo os serviços que prestei durante toda a minha vida, aquela diretoria deveria ter reconhecido. Não foi justa a maneira como procederam para colocar o pessoal deles..."

"...na década de setenta consegui fazer alguma coisa, mas depois começou a entrar gente nova, a gente ia ficando de escanteio..."

"...não sei o que dizer sabe! mas sinto que estou sobrando. Tanto faz eu vir como não, não tenho serviço. O que vale aqui é a amizade do pessoal".

Esses exemplos mostram nitidamente que o fim da atividade de social ou, aposentadoria, não se caracteriza como restrição à idade, mas como estratégia de competição entre os grupos ou entre membros do mesmo grupo.

O discurso da doença foi com frequência acionado por esse grupo para explicar o esvaziamento dos seus papéis na empre-

sa. Essa construção tem um precedente: a concepção do trabalho como algo que tem efeitos nocivos sobre o corpo, como foi esclarecido anteriormente.

Neste sentido, a doença também perde o conteúdo orgânico e torna-se uma maneira que as pessoas arranjam para o seu afastamento.

"...me sinto cansado, doente. Acho que chegou a hora de me aposentar".

Depoimentos como este serão relatados no espaço do discurso em que os informantes se detêm na representação da saúde.

O que torna importante ressaltar é a preocupação dos entrevistados em explicar ou justificar, o esvaziamento dos papéis. Nesse momento observou-se um deslizamento do discurso para o tema da saúde.

Esse sentimento foi com frequência notado entre os informantes aposentáveis. Já, entre os aposentados, a maneira como eles organizavam as suas experiências, tornava mais explícito o sentido da doença como decorrência das pressões e do stress, talvez por essas pessoas não apresentarem, naquele momento, sinais de doença.

De qualquer forma, o sentido em que as duas classes de informantes empregam a categoria doença, está associada à noção do vigor como elemento de valor seletivo.

As pessoas ao descreverem a experiência na terceira fase do trabalho, situam a doença no âmbito das relações sociais, procurando demonstrar que a doença que os obriga ao afastamento não tem uma origem interna caracterizada como desordem ou fraqueza do próprio organismo, mas como consequência do desgaste ou das pressões decorrentes da luta.

Por outro lado, percebe-se que ao associar as experiências em torno da perda de papéis à categoria doença, eles procuram construir o seu afastamento a partir do ponto de vista médico de que o doente deve se afastar para tratamento de saúde. Com isso, eles tentam recuperar a repercussão negativa do desemprego avaliada pelo aspecto moral como malandro, parasita, etc.

O estigma do desemprego parece ter características estruturantes neste grupo. Isso, de certa forma, vai explicar a associação do trabalho às suas primeiras experiências.

Observou-se, que durante as entrevistas, a idéia de desemprego aparecia sempre representada por situações que caracterizavam a noção que eles tinham de desordem. A maneira como eles se referiam à demissão de funcionários, procurando explicações, sempre por atitudes ou motivos que caracterizavam indisciplina, o que levou-os por temor, a omitirem algumas informações.

Nas entrevistas com cinco informantes, notou-se referência a um grande problema de suas vidas quando ao passarem para o discurso da família, mais especificamente da casa, constatou-se que "o problema" ao qual se referiam estava relacionado ao desemprego dos filhos. Sob certo constrangimento, referiam-se que um dos filhos *"não parava no emprego"*. Outros construíram as suas explicações como *"meu filho não gosta de trabalhar"*. O sentimento pelo qual exprimem esta experiência, contrasta-se com a ênfase do discurso sobre os filhos que conseguem se formar e ter um emprego.

Esta característica vai explicar, de certa forma, o sentimento destas pessoas ao perderem a identidade profissional considerado o atributo mais importante e valorizado neste grupo.

No fim da terceira fase do trabalho, as pessoas, arranjaram as suas experiências procurando descaracterizar o sentido valorativo do trabalho, a partir da luta por melhores salários e prestígio, valorizando as relações sociais pela amizade.

Estabelece-se, assim, uma concepção pacífica do trabalho associando a ela o seu papel de conselheiro do grupo. A apresentação do grupo de trabalho passa a ser construída por analogia com a união que associa os filhos em torno da figura do pai. O conselho foi um dos atributos mais valorizados e com muita frequência acionado para caracterizar a relação com os membros mais jovens do grupo. Este aspecto, deve-se ressaltar, verificado entre os aposentáveis parece destacar-se pela maneira explícita, as partes do discurso sobre a desincumbência do papel de provedor:

"...da luta que o trabalho é, o que fica de melhor são as amizades. A gente na luta do dia-a-dia não sobrava tempo para conversar um pouco durante o trabalho, hoje já não consigo ver as coisas como antigamente..."

"...hoje sim é que vejo o sentido do trabalho, um vem com problema eu aconselho..."

"...depois que eu adquiri a minha casa onde moro, pude dar estudo pros filhos e consegui o suficiente para viver mais ou menos com conforto, comecei a vê o trabalho mais pela amizade..."

"...antes eu encrencava com tudo. Achava que as coisas não estavam certas brigava, brigava por aumento, brigava quando via injustiça. Agora quero é descanso. Não adianta mesmo a gente criar inimizades o que adquirir é suficiente pra mim viver e deixar pros filhos..."

"...depois que adquiri a minha casa, comprei um carro e criei meus filhos, o serviço virou 'hobby'. Venho para cá me distraio com um, com outro e o tempo passa... daí respondi para ela: para que vou me aposentar, para ficar em casa atrapalhando na cozinha! aqui a gente conversa.

"...depois que os filhos casaram e que a minha vida melhorou o serviço é hoje um refúgio pra mim. Minha mulher é alcoólatra então eu prefiro ficar no serviço do que ir para casa. Eu nem requeri a minha aposentadoria..."

Vê-se, por outro lado, neste discurso, como cada informante constrói suas razões para permanecer na empresa. A amizade procura estabelecer a união do grupo. No caso de pessoas

que são chefes há uma preocupação de neutralizar o caráter de controle que normalmente caracteriza os cargos de chefia ou em carregados-de-turma.

As referências ao trabalho associado às experiências tornam-se repetitivas e os episódios cômicos passam a dar lugar à razão essencial do trabalho.

Na medida em que eles constroem ou procuram construir um desinteresse pelo trabalho, outros aspectos da vida passam a revestir-se de maior importância. É o que acontece com a casa. A necessidade de definir para si um espaço, leva as pessoas a redefinirem e a classificarem o sentido desta categoria.

2. CASA

A referência a casa demonstra ser um dos motivos mais importantes do trabalho. Ao mesmo tempo em que cruza com a família, com a categoria recursos, revestindo-se de importância e valor superior aos demais, ela representa o espaço importante da vida a dois e a reclusão após a aposentadoria.

De modo que, a categoria casa se reveste de vários sentidos de acordo com as fases da vida, representada pelas fases do trabalho. As pessoas atribuem à casa, o sentido de moradia, caracterizando o abrigo da família ou, o motivo mais importante para luta, bem como, base da identidade feminina e, finalmente, o espaço da reclusão. Neste sentido, ela serve, fundamentalmente, para separar o lado público do lado privado.

Portanto, a casa assume, neste sentido, dois significados que se distinguem de acordo com o gênero e a fase do trabalho.

Para os homens o seu sentido está relacionado a valores físicos e morais implícitos no sentido da luta, sacrifícios, batalha, etc., empregados na segunda fase do trabalho. A referência à casa já aparece introduzindo o discurso inicial da representação da vida, como provedor auxiliar:

"...desde pequeno eu ajudo a casa..."

"...saí de casa muito jovem e vim para

Florianópolis tentar a vida aqui. Porto Alegre era uma cidade...aqui as possibilidades de trabalho eram maiores..."

Nesta fase a referência à casa pode designar tanto o sentido de família, enquanto espaço referencial básico, como local de residência.

Em ambos os casos a casa não constitui elemento de significação importante nesta fase, reitera-se para os homens pois ela já é construída como domínio da mãe e, espaço dos irmãos menores:

"...minha mãe não podia sair de casa porque meus irmãos eram todos pequenos então eu tinha que entregar as trouxas de roupa..."

"...perdi minha mãe ainda pequeno, meu pai casou pela segunda vez, e eu por isso fui sempre uma criança muito revoltada. Meu pai era muito paciente mas ela não admitia que chegasse tarde em casa e eu respeitava porque ela era firme..."

"...naquele tempo a gente quase não parava em casa. Saía com o pai para o trabalho e só aparecia em casa para comer e dormir..."

Nesta fase, porém, os informantes constroem através da distinção público/privado, a identidade masculina fundamentada na provisão que, conforme observou-se na seção anterior, esta designa a mediação entre o público e o privado.

Para as mulheres, a casa constitui a base principal da sua identidade. Ela cobre dois significados: num sentido ela é representada na fase inicial da vida, são dependentes dos pais, como uma dimensão íntima, privada da vida feminina. Nesta dimensão elas são iniciadas pelas mães, como nos mostram duas das informantes ao se referirem ao trabalho:

"...minha mãe era costureira e desde criança ela já me botava a alinhar a bainha de roupa. Eu estudava mas a maioria das coisas eu aprendi em casa com ela..."

"...desde criança eu ajudava minha mãe na lida da casa. Aos 16 anos..."

Noutro sentido, o espaço da casa tem uma conotação moral que se exprime pelo "*consentimento*" do pai para trabalhar fora. O que demonstra que espaço fora da casa não é permitido às mulheres senão por permissão do pai. Essa noção se repete na experiência de outra informante que se refere à permissão dos sogros para trabalhar fora.

É importante perceber que da mesma forma que o sentido do trabalho muda em função de como as pessoas se organizam em relação a sua identidade, a referência à casa também varia. Assim, na segunda fase do trabalho a casa assume um significado muito importante, construído através da casa própria.

Essa noção de casa própria tem um sentido maior para os homens do que para as mulheres.

Para os homens ele implica em valores morais rigorosamente controlados pela família em função dos quais, lhes são atribuídos certos requisitos seletivos como ser capaz de lutar, para conseguir recursos para aquisição da casa própria.

Todas essas expectativas constituem o significado principal do discurso da luta, sacrifício, etc.

É importante notar como os sentidos do trabalho e da casa são regidos por esses compromissos morais. Observa-se que os homens só se permitem liberar-se da luta depois que adquirem a casa própria.

Sob esse aspecto é importante retomar o significado deste projeto enquanto uma motivação que enfrenta situações adversas como por exemplo, as estratégias para substituição, as pressões, o stress, etc., elaborada como sustento da família.

Já na terceira fase do trabalho, a aquisição da casa

própria não apenas modifica o sentido do trabalho como é reelaborada em função do esvaziamento dos papéis, na tentativa de resgate da sua identidade através dos valores morais, e da auto-avaliação do seu desempenho como marido e pai:

"...trabalhei, lutei para conseguir tudo o que tenho hoje".

"...construí com o meu esforço e sacrifício quatro casas, uma para cada filho".

"...minha luta para conseguir o que hoje tenho foi sempre em função da família. Hoje moro em apartamento que comprei em 82 porque minha velha prefere por questão de segurança mas posso mudar para a minha casa que também é muito boa..."

"...às vezes a gente se aborrece com as coisas que a gente não concorda, como a senhora vê a minha situação aqui na (...) mas por outro lado os anos de luta me garantiram o que hoje eu tenho o que talvez meus filhos não vão ter a oportunidade de conseguir porque a vida hoje está mais difícil..."

"...moro sozinho com a minha velha numa casa que comprei no bairro de (...) para ela..."

Observa-se que a aquisição da casa é fundamental mas não é apenas esta a motivação para a luta e o sacrifício. A quantidade e a qualidade dos bens: casas, apartamentos, sua localização, etc., entram como eficácia do desempenho profissional.

Neste sentido é importante perceber-se como essa qualificação como atributo moral passa por dois aspectos importantes: primeiro é o deslocamento do foco motivacional da aquisição dos bens - que no discurso do trabalho está centrado na família que motiva e justifica a luta e a batalha - segundo na terceira fase do trabalho o foco principal é a pessoa, ou seja, a nomeação

dos bens é acionada como fator importante do desempenho do pai e chefe de família.

A partir da perspectiva fornecida por Duarte (1986) a razão deste deslocamento pode ser explicada pela homologia entre a riqueza moral e a riqueza material. Essa representação que tem ampla articulação simbólica e que está relacionada à noção valorativa da capacidade, vai fundamentar a construção da identidade como homem e que embora tenha perdido a qualificação para o trabalho, mantém a qualificação do homem ideal e moral.

Na terceira fase da representação do trabalho, a casa ganha um sentido diferente, isto é, ela deixa de representar o motivo da luta, e como eficácia do desempenho profissional já na fase final do trabalho, para designar o espaço privado dos homens. A casa passa a representar o espaço da reclusão, local privilegiado dos aposentados.

Para os aposentáveis, este sentido ocupa uma dimensão importante na medida em que eles procuram na casa, reconstruir o papel de pai e de marido. Esta reconstrução se exprime através de um sentimento de negligência, ou, pouca dedicação à esposa, durante o tempo de serviço:

"...pretendo me aposentar e viver o tempo que me resta pra casa, pra recuperar os anos que vivi destacado de um lugar pra outro quando trabalhava na PM. Depois que vim para (...) também... são 48 anos de luta..."

"...sei que a aposentadoria não vai ser fácil pra mim que não consigo parar de trabalhar mas não há outra saída. Meu projeto é me dedicar à casa, a minha velha que é o que ainda me resta!"

"...então decidi me aposentar para quem sabe viver mais para a casa e tentar conviver mais com a minha mulher..."

Observou-se também uma variação com relação a construção da casa como referência à aposentadoria. A esta variação, observou-se dois fatores: Primeiro esta associada a curta carreira profissional, impedindo a realização dos projetos.

Segundo pela demanda de tipos de serviço a domicílio como consertos de eletro domésticos e eletrotécnicos, possibilitando um aumento da renda.

Esses informantes são técnicos com habilitação específica em eletricidade e eletrotécnica:

"...minha casa vai virar um extensão do meu trabalho. Transformei uma dependência em - oficina para consertos de aparelhos eletro-domésticos..."

"...já que vou me aposentar resolvi ocupar o meu tempo com biscates... em casa a mulher atende os clientes..."

Em geral a explicação para utilização do espaço da casa passa pela consciência de que esse espaço pertence à esposa, portanto, o uso da casa pressupõe um espaço, um compartimento e até o telefone para contato com clientes, uma vez que em dois casos observados o serviço de instalação elétrica é realizado em geral, nos domicílios como foi narrado por dois dos informantes. Esse aspecto mostra uma modificação do sentido do trabalho, fora do âmbito da empresa, que passa a ser denominado de *"biscate"*. A construção desse significado está alocado, de um modo geral, no discurso dos homens sobre a aposentadoria como atividade descaracterizada do valor "emprego".

Entre as mulheres, a casa constitui o eixo principal - da representação da sua vida. Como as características de representação do trabalho apresenta, neste caso, uma significativa, variação, a segunda fase, como já foi referido anteriormente, corresponde ao casamento uma vez que o sentido do trabalho em casa tem um significado essencial e o trabalho fora, complementar da renda familiar.

As mulheres casadas, referem-se à casa como propriedade constitutiva do campo simbólico da família *"Moro na minha própria"*

casa, com meus filhos e meu marido". A propriedade da casa enquanto "posse" e privatização do espaço é elaborada mesmo em condições variáveis: como o fato da mulher ser solteira ou casada. "Moro sozinha no meu apartamento". Não há uma distinção ao nível do discurso consciente, sobre quem pagou ou não a casa. Ela entra sim enquanto teoria explicativa sobre o porquê que deixou a casa para trabalhar fora.

Para estas mulheres, após o casamento, o espaço da casa torna-se privativo da família - marido e filhos - . Foi possível compreender esse aspecto por ocasião das entrevistas em suas casas, quanto a preservação dos compartimentos e dos membros da família.

Este espaço ocupa a maior importância no sentido - da representação da vida. Através dele elas constroem as suas emoções, seus sentimentos como parte do lado mais privado e mais restrito: a casa, local dos encontros da família, dos filhos, base da identidade feminina.

"... eu vivo sempre trabalhando, não tenho faxineira, meus filhos estão todo tempo fora. O mais velho que faz Engenharia e é mais organizado, às vezes me ajuda... o mais moço está todo o dia na universidade, de modo que a minha lida maior é com a casa..."

"... meu maior prazer é quando chega o fim de semana, sexta-feira o meu ânimo começa a subir. Domingo à noite me dá até depressão... gosto de fazer as coisas da casa, limpar, lavar, mesmo com empregada parece - que as coisas não ficam do meu jeito".

"...nos fins de semana estou sempre em volta da pia, do fogão, parece até instintivo..."

Grande parte desse discurso permeia as relações sociais, no bairro, a família e sobretudo, o discurso sobre o trabalho. Observou-se que a referência ao *"trabalho fora"* era na maioria das vezes empregada para distinguir do trabalho em casa enquanto local do trabalho doméstico. Outro aspecto também ligado à noção do trabalho fora, diz respeito à atividade remunerada.

Já no caso das mulheres solteiras a privacidade da casa não constitui importância fundamental. Observando-se assim, uma certa ambigüidade no que diz respeito à maneira como essas mulheres se organizavam no contexto das suas experiências.

Por outro lado, o apartamento ou casa era designada para referir-se às relações sociais mais especificamente, local de encontro entre amigos. Como eram três as mulheres solteiras, duas referiram-se à coabitação com a irmã, a outra com uma amiga e a terceira com a sobrinha, embora temporariamente. Nesses casos o espaço da casa abrigava dois sentidos: um meio público, isto é, reservado aos amigos e outro privado, para designar o espaço íntimo da identidade pessoal:

"...meus irmãos insistem que eu vá morar com eles mas eu prefiro o meu canto..."

"...eu moro com (...) porque a gente se acerta, temos temperamentos parecidos, a gente reúne os amigos, faz um joguinho, (...) às vezes leva os amigos mas cada uma respeita o espaço da outra..."

"...eu moro uns tempos com (...) porque ajudei a criar as crianças então elas insistem: tia vem aqui para casa. Sei que é como se fosse na minha casa mas logo me dá vontade de ir para o meu apartamento. Parece que ali eu me encontro..."

É importante perceber que o espaço da casa enquanto re-

apresentação do trabalho no sentido diferenciado do trabalho fora, vai atenuar o esvaziamento dos papéis no fim da carreira profissional.

De um modo geral, a casa foi com frequência empregada como motivo ou, como projeto para a aposentadoria.

"...não vejo hora de me aposentar para voltar para casa. Foi sempre uma coisa que me pesou na consciência deixar as crianças pequenas com estranhos..."

"...estou louca para me aposentar. Quero descontar todo o tempo que perdi aqui dentro. Quero fazer crochê, pintura e me dedicar à casa que faz anos que não ponho ordem..."

As mulheres aposentadas reelaboram o sentido da aposentadoria no discurso da casa, mas elas ao mesmo tempo mostram também que as mudanças na família com relação ao casamento dos filhos, introduzem novos fatores de avaliação do retorno a casa:

"...dizem que aposentadoria é inutilidade, que a gente fica doente, na minha experiência a aposentadoria foi a melhor coisa que eu fiz. Agora que eu estou em casa é que vejo quanto tempo a gente perde..."

"...quando me aposentei no começo cheguei a estranhar. Ficar em casa parecia uma coisa estranha ter que treinar principalmente porque estávamos sozinhos, todos os filhos casados o trabalho tinha diminuído não precisava cozinhar..."

Em ambos os casos o espaço da casa fica nitidamente evidenciado como construção da identidade feminina mas, o que parece interessante, é o sentido da casa enquanto projeto e expectativa de preenchimento do vazio decorrente da perda de identidade profissional. No segundo caso, percebe-se a necessidade de adaptação em função, também, do esvaziamento dos papéis, em con

seqüência do casamento dos filhos, da independência e redução das tarefas domésticas.

De qualquer forma fica demonstrado que tanto para os homens como para as mulheres, a casa é o refúgio da sua aposentaria, sendo que o espaço da casa deixa de ser privativo da mulher enquanto requisito valorativo inicial e a linguagem familiar passa a ser regida pela ordenação do espaço a dois.

Por outro lado, existem outros elementos importantes que no decorrer do discurso vão fornecer elementos através dos quais as pessoas se organizam em função das suas experiências. É o que percebe-se com relação à última fase do trabalho, quando as pessoas se dizem doentes, cansadas, esgotadas em sintonia com a crença popular de que a pessoa doente perde o seu significado valorativo e moral - no caso dos homens - perdem a qualificação de provedor, sendo que esta desqualificação os aproxima da fragilidade feminina, obrigando-os a isolarem-se no espaço da casa.

Este aspecto vai caracterizar a suspensão das regras sociais, uma vez que o "doente" denota uma categoria assexuada e, o aspecto da separação do doente, caracteriza um estado ritual, enquanto que a doença se opõe ao vigor, elemento da ordem e do valor moral.

A partir desta ambigüidade, classificada por Turner (1974) os homens se organizam no espaço da casa.

Foi o que notou-se com os aposentados. A casa perde o seu sentido inicial - casa própria, "trabalho" - para designar atividades domésticas, etc., e passa a assumir o sentido de afeto e de convivência a dois.

Constatou-se nos discursos das mulheres que, em função do casamento dos filhos ou, da emancipação dos que se encontram em casa, em geral os filhos já trabalham, pretendem em breve casar, o espaço da casa é reorganizado segundo uma cosmologia particular determinada pela lógica das relações familiares ou, de seus interesses:

"...a casa ficou muito grande para nós então transformei o quarto do (...) numa pe

quena oficina. Ali eu faço as minhas bagunças. Gosto de escultura..."

"...quando a filha mais moça casou resolvi então fazer uma mudança na casa, mudei a televisão da sala de visita para aquele quarto..."

"...tive que construir uma peça para o filho morar com a mulher e o neto, é um problema que carrego..."

"...a casa ficou grande pra nós, mas nas férias tudo isso é pouco para abrigar filhos e os netos..."

Percebe-se que o espaço vazio da casa se articula à família mas, preserva a privacidade a dois. No caso das mulheres solteiras, também existe uma preocupação em preservar a privacidade, entretanto, elas compartilham o mesmo espaço, enquanto que no caso dos homens, o espaço é apenas compartilhado nas férias, festas, etc.

Neste grupo o espaço vazio da casa ou espaço a dois, não tem correspondência com o sentido da solidão, ou do abandono como tem sido com frequência interpretado pelo discurso oficial. Essa conclusão poderá ser melhor avaliada no discurso da família, onde, percebe-se que a quebra da rotina, como a desordem, está sempre relacionada à chegada dos netos. Neste sentido, nota-se uma certa ambigüidade pela maneira como a relação com os netos se organiza dentro do espaço da casa.

"...nas férias isso fica uma bagunça, é toalha, bicicleta..."

*"...adoro os netos mas na casa deles...
(sorri)...não passo um natal sem visitalos..."*

Em geral, um sorriso, um gesto, sempre rompem a avaliação da sua chegada pela desordem ou bagunça causada.

Esse aspecto faz lembrar Duarte (1986) ao analisar a me

lançolia como uma configuração do discurso das perturbações; conclui que modelos tradicionais de leitura desse quadro correspondem a uma cosmologia da modernidade já articulada ao discurso do nervoso.

A maneira como este grupo elabora a relação da identidade social com a casa, no papel de chefe de família, mãe ou aposentado, leva a concluir que o sentido das categorias que ele utiliza na elaboração das suas experiências não tem um sentido estático mas, reinterpretados a partir do quadro de suas representações como pode ser observado em relação a articulação da concepção de família, nas várias formas de vivenciá-la como filhos, pai ou mãe e avós.

3. FAMÍLIA

As referências arroladas nos manuais de gerontologia, situam as transformações sociais na família como foco propulsor da condição de abandono, isolamento e solidão em que vivem os velhos nos centros urbanos.

Tentar-se-á, pois, compreender a partir da experiência e da maneira como este grupo define e constrói o sentido das relações na família, em que medidas as vivências deste grupo articulam-se a estas categorias.

Pela importância do trabalho, como valor básico associado a família, enquanto manutenção da sua existência física e moral, é possível compreender o peso desta articulação na história de cada pessoa.

Na verdade o fundamento do trabalho está na família, mas é através do discurso do trabalho que este fato se revela. Assim, na primeira fase do trabalho, a família, representada pelo pai, mãe e irmãos, constitui preferência fundamental da identidade, neste grupo:

"...meu pai veio do Oeste de Santa Catarina na conheceu, me parece em Tijucas, minha mãe, casaram e moraram sempre aque na Ilha. Naquele tempo a rua Fernando Machado... meu pai tinha uma oficina de marcenaria, era muito conhecido. Fazia móveis pro pessoal bem de vida daqui da capital... eu vivia entre os empregados...minha mãe mor

neu ainda jovem, eu tinha menos de cinco anos. Meu pai casou de novo... eu era muito revoltado... minha madrasta me batia; meu pai não. Mas eu gostava dela, era mais firme que meu pai. Meu pai numa me bateu me levava para sua oficina e ali eu ficava o dia todo..."

"...minha mãe passou muito trabalho com meu pai. Ele era alcoólatra, então vivia doente... eu tive que... os irmãos eram todos pequenos e a necessidade obrigava a gente... eu saía muitas vezes de Imaruí a pé... naquele tempo a gente respeitava o pai. Se ele não podia a gente que era o mais velho tinha que fazer as coisas, hoje é diferente..."

"...sou filho de tenente, meu pai era da família daquele... acho que por isso que eu tenho esse temperamento meio forte... a disciplina era uma coisa fundamental... não faltava nada para nós, mas também ninguém vivia sem ocupação. Todo mundo trabalhava, estudava pouco porque não tinha muitas escolas. Minha mãe era muito inteligente foi a primeira professora do..."

A maneira como cada pessoa se organiza e se situa através da família na sua história de vida, a partir destes exemplos, constitui uma característica comum, variando em relação às mulheres na maneira como elas são e porque são, iniciadas na vida fora da casa, considerando que na fase inicial da vida, o espaço da casa se funde ao conceito de família. O que, neste aspecto, constitui um dado comum é a maneira como os homens se referem à ajuda da casa, empregado com sentido de ajudar na provisão dos meios de subsistência da família.

O que interessa aqui observar, é como as pessoas constroem a sua identidade baseada no modelo fornecido pela própria

família, e, a partir daí, governar de maneira estruturante a sua relação com o mundo e a auto-representação da vida.

É importante notar, neste sentido, que se a razão para o ingresso no trabalho é a provisão auxiliar, construída sempre num problema que por sua vez vai gerar a necessidade desta ajuda, como vê-se: a doença do pai, a morte da mãe ou mesmo, em condições variáveis como é o caso de dois informantes que não mencionam esse tipo de problema mas, como estudantes e longe de casa são levados a trabalhar para auto-subsistência. No âmbito do discurso da família, o trabalho tem menos o sentido de provisão física, do que no sentido de valor moral. A provisão auxiliar enquanto construída sobre uma necessidade concreta, é destituída do seu conteúdo e passa a assumir o sentido de dever. Este dever aparece introjetado pelo hábito de levar o filho à oficina, extraí-lo, ainda criança, do convívio da mãe, e do espaço da casa.

Outras características aparecem intrínsecas à construção dos papéis do homem e da mulher. Os homens constroem o papel de mãe, enquanto trabalho de educar, lavar, etc., no espaço da casa. Isso vai refletir na concepção do homem como provedor natural. Explica-se, assim, a ausência no discurso dos homens, do fato da mulher trabalhar ou não fora. O trabalho fora, mesmo no que se refere à complementação da renda, nunca foi mencionado pelos homens e sim pelas mulheres.

O outro aspecto importante a considerar é a linguagem do respeito ao pai, para exprimir o sentido do seu papel na família e a linguagem de afeto para exprimir o papel da mãe.

Já, nas mulheres, o sentido da família está tão radicalizado na maneira de perceberem a si próprias que, o sentido das outras coisas passa a ter um caráter secundário. Assim, o trabalho fora é percebido como dever do homem e o trabalho da casa como dever e atividade essencial da mulher. Neste sentido, o papel da mulher como mãe é educar os filhos dentro dos valores sociais mais amplos como, ter uma boa conduta no trabalho, disciplina, bons hábitos, etc., e, com relação às filhas, é ela quem as inicia no trabalho. Esta iniciação, ao contrário do pai, se realiza no interior da casa. Vê-se nos exemplos retromencionados, que mesmo pequenos, são eles quem realizam as tarefas fora de casa. A media

ção entre o espaço da casa e o espaço público é dominada pelo pai. Daí a explicação da informante para o trabalho fora, quando solteira, passar pelo "*consentimento*" do pai e não da mãe.

Esses elementos vão fornecer um modelo de relacionamento fora do espaço da família, como a noção de conselho formulada por uma grande parcela dos informantes na terceira fase do trabalho, para exprimir o sentido da sua permanência na empresa quando, já esvaziado da sua função produtiva.

Dentro da família esse modelo de relacionamento é progressivamente adaptado em função da experiência histórica de cada informante e, dos valores sociais instituídos pelas transformações sociais.

Entretanto, ele subsiste enquanto elemento estruturante na avaliação da conduta dos filhos na fase adulta e, na própria auto-avaliação do desempenho como provedor físico e moral da sua família, demonstrado na terceira fase do trabalho.

É importante ressaltar um dado comum na experiência com este grupo sobre o conceito de família, construído originalmente, pela nomeação dos seus membros durante o discurso do trabalho e da moradia.

Percebe-se que o conceito de família inclui, essencialmente, o pai, a mãe e os filhos. Este conceito se desloca para o discurso na segunda fase do trabalho, porquanto, o significado de sobrevivência física e moral da família constitui o eixo central do discurso, de maneira que as relações na família são construídas sempre em função dos papéis do pai, da mãe e dos filhos, observando-se, assim, a ausência do papel de avô ou da avó.

Assim, percebe-se que as relações na família e, sobretudo, o sentido que ela passa a ter, na medida em que, as pessoas passam de um status para outro, vai determinar a assunção de papéis e, através destes, as pessoas reelaboram as suas experiências.

Os depoimentos dos informantes com relação às suas leituras do trabalho na segunda fase, isto é, como homens casados e pais, permitem perceber já de modo mais claro no discurso da família, que o sentido do trabalho enquanto provisão auxiliar, na

primeira fase, motivado pela necessidade, dá lugar ao sentido do dever:

"...chego ao final da minha vida consciente do meu dever cumprido, deixo para cada filho bens que adquiri com luta e sacrifício..."

"...confesso para a senhora que o que me deixou mais abalado foi não poder manter o padrão de vida da minha família. Naquela fase da minha vida cheguei a poder dar a cada um dos meus filhos (três) um carro. O meu compromisso com a família me fez sofrer até quando a pressão se tornou insuportável..."

"...o que eu consegui não foi bastante mas o importante para dar aos meus filhos um pouco mais do que eu tive..."

"...mesmo com os problemas da mulher cumpro o meu dever. Meus filhos não têm do que reclamar. Estou até agora com ela, sofrendo (...) mas não deixei os filhos..."

Outro aspecto importante que se pode observar é que, o sentido do dever, enquanto modelo do pai, construído na introdução do discurso, vai fornecer elementos valorativos para a sua auto-avaliação no desempenho do papel de pai e trabalhador.

Com relação às mulheres, da mesma forma, o modelo de mãe, enquanto elemento estruturante, vai fornecer elementos para avaliar o seu desempenho como mãe e como dona-de-casa, a partir do "trabalho fora", como motivo da desordem da casa, descuido ou negligência do papel de mãe e de esposa.

Por outro lado, o espaço da casa imbricado no espaço da família vai, também, veicular a avaliação do trabalho fora como realização profissional e atualização. No discurso do trabalho, as mulheres desejam a aposentadoria como oportunidade de "voltar" para casa, e no discurso da família, a mulher valoriza o trabalho

fora - apesar de reconhecer que não acompanhou o crescimento dos filhos, não curtiu a casa etc. -, enquanto oportunidade de atualização e realização profissional.

Tentemos compreender como as mulheres constroem esses valores e, a partir de que elementos:

"...minha experiência no trabalho foi muito boa, eu consegui ajudar meu marido a adquirir alguma coisa..."

"...hoje eu vejo que o lucro que eu tive no trabalho foi sair um pouco da rotina da casa, porque agora..."

"...acho que o trabalho fora é bom porque a gente não fica bitolada..."

"...a vantagem da gente trabalhar fora é que se fica mais por dentro da política, de economia...quando eu precisei comprar uma máquina de lavar eu fiz uma pesquisa de preços...eu tiro pela minha mãe que a gente fala de preços ela não faz diferença..."

. O importante não é avaliar as vantagens no que elas representam para o domínio privado, mas interpretar o sentido da "vantagem" como uma noção valorativa do que procede de fora para dentro, isto é, do que representa o sentido de "fora" como algo superior ao que é produzido ou construído dentro da casa ou da família.

Esses dados vão fornecer um modelo de demarcação bem nítido no sentido do que pertence ao lado de fora e dentro da família.

Este discurso apresenta dois fatores de variação: o fato da mulher ser ou não casada.

Como o trabalho fora tem, para a mulher, um sentido de longevidade inferior ao do homem, pelas razões já demonstradas, o discurso da família preenche e determina a construção e representação das suas vidas no período compreendido entre, aproximadamente,

te, a metade da segunda fase do trabalho fora, que corresponde também em termos aproximados, ao nascimento dos filhos até a aposentadoria.

Desse modo, o sentido de família em termos dos seus papéis assumidos na passagem da vida de solteira para a vida de casada, muda em função das responsabilidades e deveres domésticos: cuidar da casa, dos filhos e do marido, etc.

É relevante a maneira como o discurso da família cruza com o discurso do "trabalho fora", pela importância que o trabalho tem enquanto fonte de renda ao mesmo tempo que o trabalho doméstico tem um valor superior.

Tentemos pois compreender este aspecto nos depoimentos das mulheres:

"...quando me casei fui morar com meus sogros em Blumenau. Vivía sonhando com a minha casa. Um dia meu sogro, que era presidente da empresa de força e luz (...) me falou: você não quer trabalhar comigo? Tem uma vaga no setor de (...) e o salário é bom ! (...) daí eu pensei nas crianças. Naquela época eu tinha (...) que estava com 3 anos e (...) com 1 ano e meio. Mas as crianças são pequenas e podem sentir a minha falta. Eu achava que ninguém podia substituir-me na minha ausência. Depois (...) (marido) também não aprovava muito até que minha sogra falou: eu te deixo minha empregada. ..."

"me formei em (...) daí eu pensei: Vou tentar um trabalho fora só para adquirir experiência profissional. Naquele tempo o estágio era obrigatório, então não foi difícil ingressar na empresa. As crianças era pequenas e, no começo, eu não tinha a intenção de ficar. A minha identidade era a família, meus filhos são a minha vida. Mas depois que a gente adquire emancipação financeira, principalmente no começo da vida que a gente pensa na casa! ...naquele tempo viemos de Tubarão, tínhamos vendido a nossa casa e não conseguíamos comprar uma casa no mesmo nível daquela só com o salário do (...). Mas meu problema de consciência eram as crianças. Mas fiz todo o possível para que eles não sentissem o vazio da minha ausência..."

É importante perceber o sentido do cruzamento, não enquanto razão para o trabalho, mas pelo "drama" ou conflito da identidade pública representada pela atividade profissional e pelo que elas constroem como identidade familiar; lembra-se que no discurso do trabalho, a atividade doméstica representada pela linguagem da família, foi construída por umas das informantes como "instintiva"

Já as mulheres solteiras se organizam dentro do discur-

so da família em dois momentos: quando os pais são vivos ou elas residem com irmãos e, quando se esvazia os papéis no trabalho.

"...morávamos em Joinville, meu pai faleceu primeiro e minha mãe morou comigo até a sua morte. Somos três irmãos. A minha relação com eles é muito interessante por que deixei a casa ainda muito jovem para estudar em Porto Alegre. Quando voltei a minha atividade profissional, aqui em Florianópolis, me distanciei deles que até então já estavam casados um morando em Curitiba, a irmã em Brasília... Eles queriam que eu morasse com eles mas meu trabalho era muito importante. Sempre construí a minha vida independente para assegurar a minha sobrevivência e segurança... Meu projeto é daqui mais uns tempos ir para Brasília já que estou aposentada. Penso que posso ajudar a minha irmã que tem uma filha excepcional e sempre recorre a mim quando precisa..."

"...foi sempre uma das minhas grandes preocupações a minha sobrevivência. Depois que papai morreu, minha mãe ficou comigo, mas já não podia mais costurar para fora eu decidi então trabalhar fora. Depois minha irmã ficou viúva e passamos a morar juntas, então ajudei a cuidar e posso dizer a criar os filhos e hoje os netos... sempre me preocupei em fazer a minha vida não dependendo dela ou dos sobrinhos. Durante o meu trabalho consegui juntar umas economias pra minha segurança. Eu moro com ela porque uma serve a outra quando precisa..."

Neste caso, o foco central da construção da família é a mãe, ligando através desta, outros membros como os irmãos e so-

brinhos. Aqui, particularmente, a posição da informante é ambígua, se encontrando sempre entre apenas o núcleo de uma família dissolvida pela morte do pai e pelo casamento dos irmãos, e as famílias dos irmãos, onde esta não encontra espaço senão em determinadas circunstâncias, viuvez da irmã, ou em caso de doença. *"Minha família são meus irmãos, principalmente a minha irmã com quem moro". "Vivo sozinho porque me habituei. Mas meus irmãos carisam de me convidar para morar com eles"*. Um dado que se repete é a exclusão dos demais membros: os cunhados ou cunhadas.

Aspecto semelhante foi observado no discurso das mulheres casadas, com relação à ausência das noras e genros.

O sentido da família na fase final do trabalho, tanto para os homens como para as mulheres, é reelaborado em função de dois pontos:

- 1) emancipação e casamento dos filhos;
- 2) deslocamento do sentido da família para o espaço da casa.

Os homens no final da 3ª fase do trabalho, voltam-se para o espaço da casa representado, geralmente, pela figura da mulher.

Esse aspecto é tão forte entre eles que um dos informantes ao queixar-se de não ter podido adquirir a casa própria durante o seu tempo de serviço alegando por isso ser abandonado pela esposa e por influência desta, por todos os filhos, observa:

"...com o dinheiro da aposentadoria eu comprei uma casinha no bairro Monte Cristo para a minha mãe, morei com ela..."

A casa passa a ser o símbolo de representação da família, uma vez que este espaço esvaziado dos filhos abriga apenas os dois, e é em função dos dois que o sentido da família se reorganiza regido pela noção interno/externo: o casal ocupa o espaço central em relação aos filhos e suas respectivas famílias. As no-

rãs e os genros constituem posições extrafamiliares.

Neste sentido é através do espaço vazio da casa que eles constróem a desincumbência dos compromissos com a provisão física e moral. Esta maneira de perceber a família aparece como contrapondo o espaço cheio da casa a exigir a luta e sacrifício, sendo que o prazer de referirem-se ao espaço vazio da casa se contrasta com a referência a um filho casado que não conseguiu a sua emancipação.

"...o filho mais velho mora no Rio; é jornalista do ... a filha mora em São Paulo; também casada muito bem..."

"...estamos sozinhos mas para nós é um descanso porque sabemos que os filhos estão bem, têm suas famílias, seus empregos..."

"...os dois filhos, o mais velho e o do meio são casados e moram um em Concórdia e o outro em Rio do Sul. Um é advogado e o outro dentista. Estão muito bem ... o mais moço se formou em engenharia o ano passado e está noivo. Casa até o final do ano. Trabalha na (...)"

"...tenho quatro filhos, três já são casados e vivem bem. Duas filhas moram ... e o rapaz é contador do (...) mas o meu problema é o filho mais moço que não tem emprego com uma filhinha e a mulher para sustentar. Tive que construir um..."

"...meu projeto era viajar e viver a vida que resta descansando com minha esposa mas o problema do meu filho me deixa desanimado. Ele é meio problemático. Teve uma filha com uma moça, daí não se acertou. Está junto com ela mas não concluiu o curso não se deu bem no trabalho eu é que tenho que ajudar!"

A referência ao emprego dos filhos a sua independência financeira contrastando com o desemprego e a dependência, passa pela noção de desordem moral a qual referiu-se na representação do trabalho. Vale lembrar neste sentido, que o modelo de provisão governou o sentido da vida dos homens deste grupo. O desemprego, a demissão, inspiravam temor, sentido de desordem, etc.

Por outro lado, da mesma forma que a nomeação dos recursos e dos bens adquiridos eram acionados na avaliação do desempenho enquanto trabalhador para aferir a sua eficiência física e moral, eles se projetam através desse discurso nos filhos, enquanto continuação das suas vidas.

"...o que me dá mais prazer é ver meus filhos bem. Um é médico, o outro engenheiro e isso valeu o meu esforço porque sempre ensinei a eles..."

A frequência deste tipo de discurso leva a crer que a projeção nos filhos representa a finitude. Assim, as pessoas perdem o sentido da sua existência, passando a ver os filhos apenas como projeto da sua existência.

Através dessa rede de simbolismos as pessoas constroem as suas relações com os membros da família.

Um outro aspecto das relações familiares que não se relaciona necessariamente com a perda de papéis na família é a relação avós/netos, por dois motivos: primeiro porque as transformações sociais passam pela substituição de valores, de modo que o modelo de avó-babá não constitui característica deste grupo. Nos depoimentos que marcam a saída das mulheres da casa para o trabalho fora, as avós cediam sua empregada.

Por outro lado, é na intersecção da preservação do espaço a dois e na independência dos filhos que é construída a rede de deveres e obrigações entre pais e filhos, como pode-se perceber na maneira como os pais constroem a dependência dos filhos casados. Esta mesma lógica vai explicar a ambigüidade do papel de avó e avô, na maneira como estes constroem as suas relações com os netos:

"...nas férias os netos vêm para Florianópolis"

polis, a casa fica uma bagunça..."

"...o meu neto mais velho gosta de jogar bocha, então eu mandei construir uma ... Nas férias eu vou para lá..."

"...a gente fica com saudade deles e fico ansiosa para eles virem nas férias mas com um mês de bagunça, a gente já não está mais habituada ao barulho..."

"...eu sempre brinco com eles (netos) vocês dão duas alegrias para a gente a hora que chegam e quando vão embora..."

Conforme percebe-se, as características da ambigüidade marcadas pelo prazer de recebê-los, de vê-los correr, pular, fazer bagunça e, por outro lado, a preocupação com a desordem como controle da invasão e da ordem como representação da convivência a dois.

A partir desta experiência pode-se concluir que as relações na família, enquanto rede de deveres e obrigações têm uma lógica própria que determina o seu sentido.

4. RELAÇÕES EXTRAFAMILIARES

O discurso das relações fora do âmbito da família, tem duas características na vida deste grupo: primeiro porque ele recorta ou seleciona grupos e pessoas, em função das experiências e interesses. Segundo, pela maneira como eles constroem o sentido da sua vida social no espaço do trabalho.

A impressão tida num primeiro momento, é a de que essas pessoas vivem sem lazer, sem atividade no bairro, até que um fato marcante aciona sua participação num partido político, sua convivência no bairro, etc. Tentar-se-á compreender de que maneira as pessoas constroem e organizam esse discurso excluindo ou incluindo da lógica relacional do trabalho, o sentido da vida na comunidade, no clube, etc.

O discurso da vida social aparece sempre relacionado a

dois fatores importantes: o prestígio e a influência. Sobre esse prestígio ou influência, eles constroem em geral, o ingresso na empresa, como reconhecimento dos méritos próprios.

"...quando me formei fui trabalhar no SESC, lá reencontrei ... que na época era presidente da FJESC. Ele também é de Joinville então se travou um bom relacionamento porque em função da nossa procedência ele tinha muita confiança no meu trabalho. Quando ele veio para a (...) me convidou para..."

"...éramos muito amigas, fizemos o mesmo curso em (...) Meu pai foi chefe do pai dela no tempo em que ... fizemos parte do coral ... quando precisei trabalhar me lembrei dela. Um mês antes eu tinha me encontrado com ela em Camboriú porque a família tem casa de praia lá. Daí ela me falou que estava na (...)..."

"...eu sou muito conhecido no Saco dos Limões, ajudei a construir a igreja matriz, fiz parte do Conselho Comunitário, fui sócio benemérito do limoense. Minha vida toda trabalhei pela comunidade. Ajudei muitos pobres que precisavam de emprego ou de uma internação no hospital ... eu fiz por eles e eles por mim. Trabalhei para o falecido (...) quando ele se candidatou a governador ... Sempre consegui muitos votos. É certo que também eu me beneficiei porque me aposentei da PM e fui chamado para trabalhar na (...) Aqui eu consegui colocação pros filhos..."

As suas narrativas em torno de pessoas amigas, fora das relações do trabalho ou, em torno da comunidade, aparecem de maneira unânime paralela ao discurso da segunda fase do trabalho

mais especificamente quando o discurso social se organiza em correspondência com uma espécie de auto-afirmação da identidade desses indivíduos.

Pode-se perceber que o eixo do discurso é o ingresso na empresa, mas ele passa também pela preocupação de definir a sua identidade social como estudante, profissional ou como líder da comunidade.

O sentido do discurso social, influência e prestígio, se desloca no decorrer do discurso do trabalho encompassado ao discurso da luta e sacrifício para o âmbito da empresa.

O sentido das relações passa a ser determinado por outros elementos valorativos: a identidade ocupacional, o cargo e a profissão.

As relações são construídas em função do tipo de atividade e das características funcionais, sendo, as relações sociais, construídas dentro do espaço do trabalho. Neste sentido, percebe-se características diferenciais no conteúdo narrativo das mulheres e dos homens. A diferença, também reside na maneira como as pessoas que trabalham nas subestações e setores operacionais descentralizados, constroem as relações entre os membros do seu grupo, e os supervisores como membros externos. Todavia, no sentido das estratégias, não se percebe variação.

Assim, percebe-se no discurso da segunda fase do trabalho que o sentido das relações sociais vai compartilhar do significado da luta, porém, enquanto deslocada para o espaço das relações sociais, a luta aparece intimamente relacionada ao prestígio e à influência. Esses dois fatores aparecem articulados a estratégias de grupos de poder, status profissional e interesses políticos. Todos esses aspectos são articulados pela linguagem da união e lealdade, como demonstra a maioria dos discursos.

"...trabalho com seguros há 37 anos. Foi através desta atividade que eu fiz o maior e mais importante círculo de amizades ... o presidente do (...) conseguiu que eu fizesse um estágio na (...)...a gente tinha um relacionamento muito grande..."

"...nós éramos um grupo muito unido(...) ...naquele tempo o serviço de (...) era feito manualmente, então ficávamos no serviço até de manhã. Saíamos dali iam^{os} para um bar. Uns enchiam a cara, outros tomavam café. Tudo aquilo era feito com o maior prazer..."

"...o pessoal da (...) era muito unido. A gente costumava fazer todas as sextas-feiras um jantar na casa de um. Um ficava sempre do lado do outro... quando..."

"...a minha amizade com o grupo vem desde a criação do departamento (...) nós trabahamos juntos. O pessoal é unido. Nunca se ouviu dizer que os subordinados do (...) falassem dele. Todo mundo gostava dele. A gente tinha o costume de ir às sextas-feiras para a (...). Olha, o pessoal era tão unido que a chapa pra diretoria da (...) saiu daquela turma..."

Analisando o conteúdo das narrativas, percebe-se que a rede de relações se tece em torno de valores que assegurem a estabilidade e lealdade.

O discurso das relações enquanto avaliação da lealdade e unidade de seus membros, vai dominar também o discurso das pessoas que ocupam posição de chefia.

Por outro lado, um segundo foco do discurso, avalia a lealdade dos membros dos grupos e das pessoas que ocupam posições superiores a partir da capacidade de conseguirem recursos ou vantagens para o grupo.

Em sua maioria, os discursos apresentam esse conteúdo simbolicamente representado pela influência, honestidade, prestígio e capacidade profissional.

"...o melhor chefe que nós tivemos foi o Dr. (...) foi a pessoa mais honesta que

Já passou por aqui... Com ele era tudo pelo direito. Nós conseguimos ganhar a (...) que já tava há anos justa..."

"...tem gente que fala do (...) que é político, que botou todo o mundo aqui pra dentro mas vê se naquele tempo tinha esses rolos de hoje! Os grandes ganhava, mas os pequenos também..."

"...nós tivemos (...) de dentro da empresa que não fizeram nada pelos funcionários e tivemos gente de fora como (...) que fizeram mais... conseguiu melhorar o salário do pessoal da (...)".

Observa-se que o sentido de honestidade, prestígio e capacidade profissional esta relacionado às vantagens salariais ou algum tipo de benefício que essas pessoas receberam durante gestão referida.

Para as pessoas aposentadas, a influência e prestígio - que exerciam em função dos cargo que ocupavam são construído pela lealdade do grupo. Este discurso passa pelo sentido da ordem, enquanto representação de disciplina, elemento importante na gestão dos antagonismos e das competições.

Por outro lado, as relações fora do âmbito da empresa, construídas enquanto prestígio e influência por pertencer a um partido político ou seja amigo de uma pessoa considerada importante, vão ser deslocadas para o discurso dos recursos como capacidade

de de luta, capacidade profissional, etc., como explicação dos bens adquiridos.

As pessoas que trabalham nas zonas descentralizadas, onde se encontram as subestações, usinas, etc., a noção interna / externa, constitui a base da construção das relações.

"...o nosso grupo é pequeno, a gente se une muito bem. O problema é que a gente não sabe das coisas, quando tem promoção ou outro benefício porque a gente fica distante da central. O pessoal de lá às vezes quando passa aqui fala pra nós!..."

"...a gente tá muito isolado do outro pessoal do (...) por isso eu acho errado quando tem que avaliar o pessoal ou indicar alguém para promoção é o supervisor que não vive aqui, não conhece direito o pessoal..."

"...a vida da gente é o trabalho. O pessoal da usina mora aqui perto e a gente acaba se dando todos. É certo que há também desavença."

Os critérios dessa seleção são também em função dos motivos da luta por melhores salários, etc. A partir deste sentido a distância é acionada como uma maneira de reagir aos grupos que têm maiores chances de serem lembrados no caso de promoção, por estarem próximos ou, dentro dos limites institucionais das diretorias e departamentos.

O outro aspecto do caráter interno/externo, aparece como construção das preocupações com as imjunções de grupos de poder local, com relação à indicação de pessoas fora do grupo para substituições de cargos. Para quem é favorecido por ter apenas parentesco ou amizade nesses grupos, já constitui um fator de prestígio e influência.

O que parece ser importante ressaltar, é que tanto no grupo de depoimentos de pessoas da central, como das áreas descen

tralizadas, o sentido das relações no trabalho é construído, basicamente, em torno dos salários, prestígio e influência.

Entre as mulheres, as relações, embora, sujeitas às mesmas vicissitudes do conflito, da ascensão profissional, apresentam características mais amplas em função do sentido do "trabalho fora" como atividade secundária. Essas características se diferenciam, por sua vez, entre as mulheres casadas e solteiras.

As primeiras constroem as relações em torno de duas ordens que são internas para designar as relações em torno do trabalho.

Nesta construção, o eixo valorativo é a troca de ajuda nas tarefas, cobertura das horas atrasadas, etc., porém, ele incorpora uma segunda dimensão que é o espaço da luta pela ascensão. Nesse sentido, a construção das estratégias se assemelha à dos homens.

"...o pessoal do departamento sempre me deu um apoio muito grande...naquele tempo o setor de (...) era na...então eu saía uns minutinhos mais cedo para apanhar as crianças no colégio..."

"...eu era secretária e ficava comigo (...) e (...) para atender a recepção e para atender os expedientes. Então quando o diretor ficava em reunião...(....) me substituí porque a minha empregada saía às...para estudar..."

Entre as mulheres que ocupam e ocupavam, no caso das aposentadas, cargos de chefia, a disciplina construída sobre a linguagem da ordem do cumprimento do dever profissional, parecia ocupar uma dimensão mais ampla.

"...às vezes a gente tinha que ser mais rígida porque eu também era cobrada. Então eu só tive um probleminha com (...) porque faltava muito mas depois que os problemas dela foram acertados... mesmo assim nós nunca chegamos a nos desenten-

dermos. Até quando me aposentei ela veio muitas vezes aqui em casa. Os outros era como se fosse a família. Depois mesmo que me aposentei, eles ligavam pra mim pra perguntar uma ou outra coisa de serviço..."

"...quando eu assumi no lugar da...o grupo era pequeno. A gente se dava bem eu procurava orientar e não impor o regulamento...a gente sempre manteve a amizade no grupo. Às vezes eu era meio-chata mas o pessoal se acostumou então quando a empresa participou dos jogos...o pessoal fazia questão que eu fosse..."

É importante notar na maneira como as pessoas constroem as relações no grupo. O discurso da disciplina construído como rigidez ou orientação, tem dois aspectos: o que controla e o que equilibra a unidade do grupo, construída pela linguagem do afeto, fator importante na manutenção do status do chefe.

A dimensão externa das relações, que é construída como conexão entre o espaço público e o privado, pelo horário em que são realizados os encontros: fins de semana, depois do expediente, vai designar o sentido do espaço das panelinhas. Aqui o sentido diferencial das relações entre homens e mulheres se dissipa.

Este espaço da ambigüidade uma vez que, as reuniões constituídas pelos jantares, churrascos, etc., também não se define como reunião de família nem como espaço da casa, nem como trabalho, como pode-se perceber na descrição dos informantes:

"...nós fazíamos sempre nos fins de semana uma peixada, ou uma rodada de cerveja...(quando foi perguntado se a esposa e os filhos participavam, responderam: nem sempre. Às vezes ela ficava meio sem jeito porque a gente conversava assunto de serviço)..."

"...o pessoal saía do serviço às sextas-

feiras e ia para a (...) bater-papo, comer um aperitivo... tinha dias de varar a madrugada. A mulher ficava meio-desconfiada...daí quando o departamento de (...) mudou a gente foi desfazendo a turma..."

É neste espaço que os objetivos pessoais se articulam às organizações dos grupos, através da seleção de pessoas demonstrada pela linguagem da afinidade, como pode-se observar nestas narrações:

"...nós tínhamos um grupo bom. Conhece o (...) ? naquele tempo ele era presidente da (...) ele era muito dinâmico..."

"...na nossa turma tinha o (...), (...). (...) se aposentou o ano passado foi um dos fundadores da (...) era um alemão meio fechado mas uma pessoa muito direita..."

"...a nossa turminha era a (...), (...) o filho do (...) uma pessoa mais jovem mas de uma delicadeza!...ele era muito amigo da (...) como ela era da nossa coordenadoria então passou a frequentar as nossas reuniões. Depois as amizades foram se estendendo porque através deles outras pessoas passaram a fazer parte do nosso grupo..."

"...a minha casa vivia cheia de políticos. Naquele tempo o presidente era o (...) e tinha se eleito pelo nosso pessoal, então eu tinha tudo com ele. Nós íamos para a casa de praia do (...) deixávamos as mulheres em casa, por fim elas até tinham feito amizade entre elas, e a gente festava até de madrugada. O (...) tinha pedido licença para trabalhar no (...) fazia parte do comitê do (...)."

É interessante perceber como cada pessoa ao descrever a composição do grupo, destaca determinadas pessoas, que podem pertencer ao grupo da empresa ou não; ou porque eram filhos de pessoas influentes ou porque estavam ligadas a um grupo político influente.

Mas as panelinhas apresentam outra característica, quando elas atuam dentro do espaço do trabalho. Neste caso, as estratégias e interesses estão implícitos no discurso da afinidade profissional, lealdade, etc., que por outro lado, também se subordinam ao sentido da luta na segunda fase do trabalho.

O sentido da relação dos informantes com a esfera fora do trabalho, apresenta uma certa ambivalência na medida em que o discurso da luta no trabalho se organiza em função dos valores de estratificação social, segundo a quantidade e a qualidade dos bens, pensados como meio de conseguir prestígio, de modo que o discurso do trabalho, se consubstancia na aquisição dos bens em três momentos do discurso:

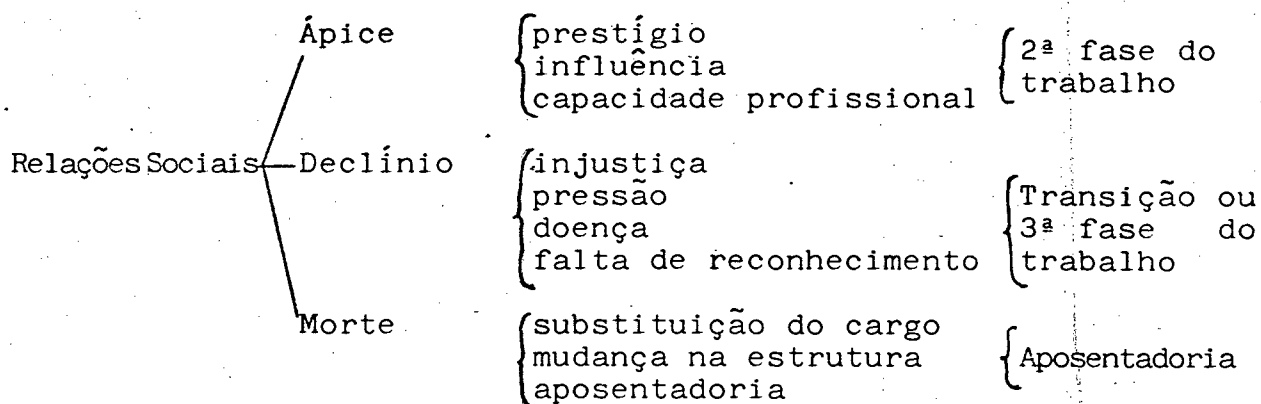
- 1) na fase final do trabalho, quando as pessoas avaliam os seus desempenhos enquanto provedor físico e moral pelos bens adquiridos através da luta, da batalha do esforço, etc., na segunda fase do trabalho;
- 2) em função dos bens adquiridos, o eixo valorativo se desloca para as relações fora do trabalho, isto é, para o bairro, clubes, etc.;
- 3) enquanto que o discurso da luta, já na terceira fase do trabalho, se consubstancia na aquisição dos bens, os valores da provisão se consubstanciam no prestígio e na influência no bairro, no clube, no partido político, etc.

Essas características vão constituir a estrutura do discurso que, não obstante as diversidades das suas experiências, apresentam uma homogeneidade na maneira como eles se situam, enquanto identidade social, construída sobre dois valores básicos: a provisão física e moral.

Estes valores vão, por sua vez, determinar a longevidade das pessoas, em sintonia com o que o discurso médico classifi-

ca como fenômeno orgânico: doença, stress, etc.

Esses momentos podem ser assim esquematizados através das suas categorias de representação:



Esta composição aparece configurada no discurso que situa as pessoas na terceira fase do trabalho, aproximadamente, no momento em que elas reelaboram o discurso da luta pelos bens e recursos adquiridos enquanto fator de avaliação do seu desempenho como provedor e bom chefe de família. A partir desta construção, eles arranjam o discurso da desincumbência dos papéis de pai, e de profissional ou trabalhador, e, conseqüentemente, a aposentadoria como morte, enquanto metáfora da perda da identidade social.

Os relatos dos encontros, das festas, etc., mostram uma seqüência em que cada informante constrói, dentro das suas experiências individuais, os valores sendo deslocados da esfera do trabalho para fora dele; e entre o espaço da família e o espaço da sociedade, representada pelo clube, pelas reuniões e jantares, situam a família.

"...naquele tempo eu consegui com o Dr. (...)material para construir a nossa igreja...Fui sócio benemérito do limoense. Eu não perdia um baile. Fui da diretoria muito tempo. Minhas filhas debutaram lá e fiz a festa de casamento dos mais velhos também lá. Naquele tempo as festas eram muito bem organizadas. Nunca ouviu falar dos bailes de carnaval do

Limoense? Eram os melhores! Nós vinhamos até a figueira no último dia, na quarta-feira de cinzas, amanhecer debaixo da figueira para juntar com o bloco do Clube 12. Hoje, não é mais como antigamente. Dá muita desordem. Naquele tempo o que valia era o divertimento e as famílias que se uniam...porque era todo mundo daqui...Depois foi mudando a diretoria. Quando a gente era da diretoria nunca tinha reconhecimento porque os mais moços, às vezes gente nova que vinha morar ali, achava que os bailes eram cafonadas...criaram as boates...Daí quando eu e a minha velha íamos, às vezes para levar uma filha já não era a mesma coisa. Muita barulheira, gente desconhecida... Quando foi um dia me aborreci. Vieram me contar que tinham visto meu nome na lista de sócios beneméritos já falecidos. Aquilo me deixou tão magoado que no dia seguinte peguei um papel, fiz uma carta pedindo o meu desligamento! Se eu não era reconhecido como sócio e principalmente eu que tinha sido testa-de-ferro da aquela associação, então porque que eu ia ficar pagando se já me tinham como falecido!..."

"...eu quando era solteiro não era ligado muito em clube não, mas quando eu já estava no departamento (...) me convidou (...) vamos entrar para o Clube 12. Naquele tempo tinha uns quanto da (...) que era associado. Daí eu pensei: vou aproveitar porque a jóia naquele tempo era mais baixa. Os filhos já tinham os amigos, a mãe não queria deixar ir sozinhos então me associei...Depois de lá o pes-

soal da (...) que se conheciam porque na
 aquele tempo não tinha essa montoeira de
 gente que tem hoje...se juntava para jo-
 gar, depois toda sexta-feira era sauna..
 Depois, eu já não tinha tanta disposição.
 Como lhe falei fui ficando doente, era
 muita responsabilidade no departamento
 quando assumiu o (...) eu já estava esgo-
 tado. Me licenciei e fui para o Rio me
 tratar...Daí eu não prestei mais, me apo-
 sentei..."

"...dei a cada filho um carro. Eles ti-
 nham um padrão de vida muito bom! Status
 para eles...principalmente porque as fi-
 lhas eram mocinhas, tinha seus 15-17
 anos. Faziam festinhas...queriam as me-
 lhores roupas...Tudo aquilo eu mantinha
 com honestidade, comprava as coisas com
 suor...estudei fiz especialização... che-
 guei onde eu estava por capacidade... eu
 tinha muitas amizades que fiz ao longo
 da minha atividade profissional na (...)
 Com o meu desligamento os amigos não me
 procuraram mais. Poucas vezes eu recebi
 um telefonema. O pior: completei 38 anos
 de empresa não recebi sequer um cartão.
 Achei isso uma injustiça a falta de re-
 conhecimento quando a maior parte da mi-
 nha vida eu dediquei à construção do sis-
 tema (...) que hoje vigora..."

"...em (...) nós conseguimos juntar um
 grupo que gostava de caça...naquele tem-
 po nós íamos pra casa do... Peguei conhe-
 cimento com o pessoal da (...) quando
 foi criada a (...) eles me indicaram. Daí
 a minha vida melhorou. Já a turma era
 muito boa... o (...) era do clube de ca-
 ça e pesca. Nós ia pra ilha do Campe-

che...Di lá eu resolvi me associar. Na-
quele tempo (...) comprou uma lancha e
nós ia todo sábado pra lá...Lá conheci
um pessoal que também gostava de caçar e
pescar. Nós fomos a Mato Grosso... De-
pois que mudou a diretoria o (...) foi pa-
ra Brasília e fui pra (...) aí não tinha
mais clima...fiquei ali jogado até me
aposentar".

"...a minha experiência na (...) foi mui-
to boa. Me lembro quando fui para (...) a
(...) tinha saído e eu assumi o lugar de
lá. Eu já conhecia o pessoal, então nós
fazíamos excursões para a Fôz...Às sextas-
-feiras nós ia pro...dela, nós dávamos
uma esticada nas boates. De três o grupo
ficou em dez. Minha filha com o marido a
(...) com o marido e a cunhada... Fazia-
mos cursos fora...Tive uns tempos na (...) lá
eu conheci (...) da (...) Daí, no ano
seguinte, ela veio para a minha casa de
praia com o marido porque não conheciam
Florianópolis...Quando a coordenadoria
foi incorporada pelo departamento del (...) assumiu
outra chefia. A nossa turma se
desfez e eu não tive mais clima... Fiquei
desligada do pessoal da (...) a nossa
amizade foi também ficando esquecida...
Quando a (...) foi visitar a (...) ela
perguntou por mim diz que fazia tempo
que não sabia de mim..."

Observa-se que apesar da diversidade das experiências individuais, predomina a construção da origem dos grupos, ampliando o círculo das relações, em função do prestígio que se desloca para fora do âmbito das relações de trabalho, clube, etc. Por outro lado, percebe-se como as pessoas constroem o seu papel de pai e chefe de família na mediação da família com o mundo público.

Incorpora-se à construção do papel de pai, como responsável pelo bem-estar da família, pela posição das filhas, construída por um dos informantes como status com sentido de prestígio dos filhos, outros elementos valorativos que se deslocam do âmbito das relações do trabalho, para as relações sociais.

Este discurso é uma seqüência do discurso onde cada pessoa constrói o fim da sua atividade na empresa, especificamente no momento em que as pessoas acionam os valores que determinam a identidade do provedor físico e moral, como desincumbência da sua responsabilidade enquanto missão cumprida.

Esses valores, uma vez deslocados para as relações sociais mais amplas, vão auxiliar na desincumbência do papel de amigo, de líder da comunidade, a partir dos atributos qualitativos do prestígio e da influência, demonstrando o lado positivo do desempenho dos papéis.

O que parece-nos importante perceber é que o discurso do desligamento de cada pessoa do grupo é sempre construído com a substituição do cargo, numa linguagem própria do discurso do esvaziamento dos papéis no trabalho. Este aspecto está, por sua vez, implícito ao discurso da volta para casa, do ir embora, e do dedicar à casa. No discurso das relações, o significado dessas expressões já manifestam de modo mais nítido a finitude, pela inutilidade "*não prestei mais*" morte, jogado enquanto sentido de marginalizado, isto é, sem utilidade. Todas essas expressões compartilham do discurso da aposentadoria.

Há, entretanto, um importante aspecto que se percebe constante no discurso da aposentadoria que é construído com categorias que denotam, no quadro de representações deste grupo - um sentido intersticial: o espaço da casa enquanto projeto do fim da vida, e o discurso da doença, ambas aproxima os homens do pólo feminino e a religião como espaço de atuação social e como projeto da aposentadoria. Tentemos pois compreender a partir das categorias empregadas na elaboração do que foge as regras sociais: zonas intersticiais, como a religião é concebida e empregada na redefinição do espaço social.

5. RELIGIÃO

As referências à religião, como parte do projeto após a aposentadoria, apresentam características diferenciais na maneira como cada pessoa constrói este projeto em sintonia com a maneira po

pular de conceber a religião. Desse modo, o discurso religioso aparece encompassado às experiências pessoais mas, sem as características evolutivas do sentido atribuído ao trabalho, à casa e à família, em função das motivações e atributos dos papéis de filho, pai e chefe de família. O sentido da religião se torna mais expressivo em dois momentos:

- 1) no discurso da doença como prática terapêutica, construída sob a concepção popular do espiritismo;
- 2) no discurso da aposentadoria como projeto para os aposentáveis e para os aposentados construído como atividade enquanto representada por ações sociais voltada à administração de asilos, a entidades beneficentes como, APAE, SERTE, etc.

As demais referências variam pela frequência e pelo caráter da referência.

A maneira, que parecia pouco explicativa, como as referências eram inicialmente empregadas, obrigou-nos a pedir às pessoas que definissem a sua concepção de religião, obtendo-se as seguintes definições:

"...nós, espíritas, acreditamos numa energia cósmica que dá equilíbrio não só ao universo como às pessoas..."

"...é um dom divino: o espírito santo que governa a vida além da matéria..."

"...a religião é tudo; porque se não fosse Deus o que adiantava viver..."

"...pra mim religião é Deus e Deus é o ar que respiramos até o sono que dormimos..."

"...religião? é a católica, e se não fosse a fé em Deus a gente não resistia às coisas da vida..."

"...religião é a vida espiritual é o maior sustento para a nossa vida material. É através da inspiração divina que

conduzimos a nossa jornada na terra".

"...religião pra mim tanto faz: católica ou espírita. Acho que a religião e a vida espiritual é que é tão importante porque ela faz a gente ter fé e fé é o alimento da nossa vida. Se não existisse uma vida além dessa como se explicaria tudo de ruim que a pessoa passa enquanto outros nunca passaram por coisas ruins..."

"...a religião é o plano mais superior da vida. A gente não pode se preocupar apenas com a matéria por isso sempre cultivei a vida espiritual, não falto a missa..."

"...pra mim a religião é tudo que está ligado a Deus: honestidade, caridade, fé. Se nós estamos longe disso, também estamos longe dele. A recompensa não está nesse mundo mas no mundo dele e o que a Bíblia diz que é o reino de Deus".

• Pode-se observar que a religião é percebida como um espaço do mundo abstrato, e, separado por uma oposição ao espaço material, representado pelo social.

As pessoas constroem esta separação com a linguagem das coisas que representam interdição, dimensão intersticial: ar, o sono, fé, caridade, etc., que separa ou que media a nossa relação com um ser inviolável: Deus.

Desse modo, Deus é a dimensão sagrada da vida e sociedade, representada por cada uma das pessoas enquanto seres materiais pecaminosos, como a dimensão profana.

Outros entrevistados definem essa dimensão abstrata, isto é, espiritual, como a fonte da energia do equilíbrio e da ordem.

Assim, o discurso religioso se organiza em função do

sentido positivo ou negativo das experiências vividas em função das motivações e atributos morais.

Através desta perspectiva, percebe-se que a função da religião é operar num primeiro momento, a relação da classe de coisas cuja origem, não está na base das coisas sociais.

Assim, a narrativa das lutas e sacrifícios, exclui o discurso religioso, mas no discurso da doença, considerada como efeito nocivo do trabalho enquanto mal que rouba o vigor dos órgãos, que reduz a energia, que rouba a vida, ela entra como sendo capaz de exorcizar o mal e recuperar o vigor e o equilíbrio. Ver-se-á como isso se processa nos relatos de dois informantes:

"...sou católico mas acredito no espiritismo. Lembra quando lhe contei do problema que eu tive, provocado pela onda de freqüência,... o problema de vista que até hoje eu uso óculos; de estômago e da perda do apetite sexual? Foi o espiritismo que me deu cura, com uma garrafada de mastrunço e outras ervas junto. Engordei fiquei forte e desapareceu todo o sintoma de fraqueza".

"...eu tinha muitos problemas de saúde. Em 73 eu tive uma úlcera nervosa, eu trabalhava muito, os médicos até queriam me operar. Comecei a fazer tratamento com o padre (...) só à base de dieta alimentar e repouso. Não fumei mais, não botei mais um gole de bebida na boca. Até hoje eu não sei mais o que é doença".

Nestes relatos, a construção da cura passa por dois pontos: a percepção do que causou a doença, quem mediou ou o agente da cura e o tipo de remédio utilizado ou recurso terapêutico empregado.

No primeiro exemplo, o espiritismo para designar o médium e, no segundo, o padre, que vão compor como os feiticeiros a classe dos que pertencem à zona intersticial, isto é, que medeia

o sagrado e o profano, a matéria e o espírito.

Com relação aos recursos terapêuticos, percebe-se, também, essa classificação do que pertence ao reino vegetal, isto é, ervas que não pertencem à ordem nem à classe das coisas produzidas pelo homem como a dieta e as recomendações médicas, representada pela suspensão ou abstinência de hábitos considerados profanos, e o que causa desordem, desequilíbrio do corpo ou seja, a bebida, o fumo.

O discurso da religião passa da doença, enquanto exorcização do mal e recuperação da saúde, no final da segunda fase do trabalho para o final da terceira fase do trabalho, outra vez mediada pelo cansaço, doença, etc. como discurso da construção do fim da vida profissional e social.

Para os aposentáveis, o discurso da religião se organiza em função do esvaziamento dos papéis no trabalho e na família, produzindo um novo sentido para a vida, depois da aposentadoria.

"...antes eu não tinha tempo de me dedicar à religião. Trabalhava a semana toda, corria daqui pra lá. Chegava os fins de semana a gente tinha a lida dos filhos, da casa. Passava a hora da missa e a gente sempre deixava dum domingo pro outro. Agora não, a gente está bem mais aliviado então a minha distração e da mulher é a igreja".

"...eu estou há um ano num grupo de casais na igreja Nossa Senhora de Fátima. Nós organizamos campanhas em prol dos necessitados...É meu projeto pro final desse ano, quando me aposentar, me dedicar à administração de asilos, já que me sinto forte e jovem para continuar trabalhando..."

"...meu projeto para a aposentadoria é me dedicar à atividade na igreja. Nós, há dois anos, pertencemos ao grupo de con-

gressistas da ...Promovemos e ministramos cursos de noivos, palestras para jovens..."

No discurso de 17 (dezessete) pessoas, observou-se que se repetem dois aspectos:

- 1) correlação da vida com vigor físico; saúde.
- 2) direcionamento dos interesses para a igreja.

Em outros discursos constatou-se a referência a centros espíritas e a entidades beneficentes.

Entre os aposentados a diferença não é significativa, ela varia na medida em que a atuação na igreja deixa de ser projeto e passa a ser referida como atividade. Porém, numa grande parcela deste grupo de informantes, outras atividades aparecem também relacionadas a religião, uma vez que são promovidas ou vinculadas a setores da igreja católica; outras são pensadas como tal pelo seu caráter caritativo ou benéfico:

"...a religião é o que mais preenche a minha vida..."

"...desde que me aposentei eu estou sempre ocupada com as atividades da nossa paróquia. Realizamos no ano passado, a feira da...para a campanha do agasalho do lar..."

"...pra mim a aposentadoria não significa parar. Como você vê! estou participando da promoção da feira da APAE. Passo o dia todo - colhendo doativos. Para mim isso é cultivar a vida espiritual.

"...eu me ocupo o dia todo com a organização do clube de mês da paróquia de... nós fazemos reuniões! quando uma pessoa da comunidade precisa de ajuda nós vamos até lá...Trazemos palestrantes para dar cursos sobre tóxicos para os jovens..."

Conforme pode-se notar, embora as pessoas construam

suas explicações sobre a continuação da vida com linguagens e experiências pessoais, enquanto ação ou atividade, o espaço onde se realizam essas ações confirma uma consciência que denota a oposição ao espaço do trabalho, representado pela empresa, e a sociedade, representada pelo clube, jantares, etc. O local das ações, portanto, é a igreja representada pela paróquia, ou as entidades beneficentes, no caso da APAE, asilos que subentendem-se locais que abrigam pessoas anormais denominadas por dois dos informantes de "excepcionais". É nesse espaço que eles se refugiam quando tomam consciência da sua existência dramática.

Se analisarmos o conteúdo narrativo dessa passagem, da desincumbência da vida social, para a atividade construída com argumentos do discurso religioso, perceber-se-á que a opção das pessoas é consciente como também o é, a sensação de poder, de vigor, retomado enquanto membros de grupos da igreja, já dentro desse espaço contrariando o discurso que explica a aposentadoria pelo esgotamento, pela doença, ou pelo cansaço.

Esses argumentos rompem com todos os motivos da luta, do esforço pela aquisição de bens. Fazer oposição a eles implica também, em dar maior importância a valores como fé, caridade. Compartilha do sentido da fé, da caridade, o sentido da ordem e do equilíbrio pensado enquanto recuperação de viciados, na preparação de noivos, etc., que só se torna possível enquanto mediadores da fonte de energia e do poder cósmico. Essa relação pode-se traduzir pela frequência de alguns valores nos discursos que representam a vida antes da aposentadoria, na transição e já na aposentadoria.

1ª a metade da terceira fase do trabalho	Fim da 3ª fase do trabalho e na aposentadoria
<ul style="list-style-type: none"> . família . saúde . esforço . identidade profissional . emprego . recursos 	<ul style="list-style-type: none"> . vida espiritual . fé . caridade . amor ao próximo . paz . descanso

6. SAÚDE

Durante o curso das entrevistas, a doença parecia cobrir um campo de significado muito vasto impedindo muitas vezes de distinguir as suas fronteiras. Por essa razão, pediu-se aos entrevistados que definissem o significado das categorias - empregadas e através delas, descrevessem as sensações.

Das 30 (trinta) pessoas entrevistadas 22 (vinte e duas) fizeram menção à saúde, as quais distribuem-se entre as seguintes classes de informantes:

APOSENTÁVEIS			APOSENTADOS		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
15	2	17	4	1	5

PROPORÇÃO DE REFERÊNCIAS À SAÚDE POR CLASSE DE INFORMANTES

CLASSES DE INFORMANTES	CATEGORIA OCUPACIONAL			TOTAL
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	
Aposentados	3	-	2	5
Aposentáveis	7	6	4	17
Total	10	6	6	22

Uma constatação importante marca o discurso da doença enquanto um campo de significado compartilhado com o discurso - do trabalho e da religião: é a que justifica o esvaziamento dos papéis e, conseqüentemente, a aposentadoria.

Em ambos os casos a doença quando mencionada, apresenta duas características importantes: na primeira fase do trabalho ela aparece como causa da morte do pai ou da mãe ou como fenômeno que o impede do papel de provedor. Pode-se observar que as pessoas constroem a doença caracterizando esses dois movimentos de referencia importantes da desordem; que leva a substituição do papel do pai pelo filho no papel de provedor auxiliar.

"...minha vida começa pelo trabalho... meus irmãos eram pequenos, meu pai pegou a doença...Vivia sempre inchado. Tinha uma falta de ar que já não andava mais..."

"...meu pai morreu quando tinha 47 anos. Nós vivia naquele tempo no interior de Concórdia...Meu pai trabalhava dia e noite na roça. Um dia deu um tipo duma febre nele. Deu de manhã e à noite ele já estava morto...daí, os irmãos era tudo piá então eu tive que ficar ca responsabilidade de tudo..."

"...eu sempre vivi trabalhando desde que me conheço. Perdi meu pai, ele tinha 42 anos. Bebia muito por fim pegou uma cirrose...sofreu anos no hospital...eu fiquei sendo arrimo de família".

Esses são alguns, entre outros exemplos, em que a doença é percebida como algo externo. Na descrição da maneira como a doença se instala no corpo das pessoas, as expressões, "pegar" e "dar" permitem perceber com maior nitidez em que aspecto a doença se instala no corpo:

- 1) excesso de trabalho;
- 2) decorrência de mau hábito, no caso a bebida, que é representada como condutora da doença.

O outro aspecto é a noção de desordem que a doença inspira com a morte do pai motivo da desordem na família, sendo que a pobreza, a miséria a dificuldade são as linguagens mais comuns para descrever o sentido da desordem.

É importante perceber ainda, que a doença enquanto um fenômeno mórbido ou não, é acionado para justificar a desincumbência do pai, do papel de provedor.

Nesta fase do trabalho não se percebe entre homens e mulheres ou, entre ocupantes de cargos, diferentes fatores. As pessoas que acionaram a doença ou morte, procuravam organizar suas

experiências segundo essa mesma lógica: a miséria da família: o sacrifício, provocado enquanto desordem pela morte do pai ou da mãe. Foram observadas duas referências à morte da mãe e no discurso da relação com o pai estes informantes mencionaram a revolta e falta de educação com auto-avaliação das suas condutas.

Não se percebe, nesta fase, referência à religião como recorrência terapêutica. Ela aparece enquanto experiência pessoal, conforme viu-se na secção anterior.

Uma vez que essas pessoas deixam a referência ao pai ou à mãe e passam a referir a sua própria família, como consciência do seu papel de provedor absoluto, o discurso da doença somente é acionado para justificar a aposentadoria.

Por outro lado, este discurso veicula um dado importante: o de que em todo o discorrer das suas histórias, apenas dois momentos marcaram a consciência da sua individualidade: na doença e na aposentadoria. Neste momento as pessoas acionam o discurso religioso para explicarem a sua existência, através do cultivo do espírito.

Embora como justificativa, a doença e a aposentadoria apareçam relacionada, é preciso perceber entretanto a diferença na descrição da doença como fenômeno orgânico e como elaboração do afastamento.

A prova disso é que as pessoas ao descreverem as sensações da doença, têm consciência do seu conteúdo orgânico ou, quando ela é simbólica, ao descreverem a perda da visão, a úlcera, etc. Neste caso, elas mostram sinais da substancialidade do fenômeno ao indicarem os olhos ou ao descreverem as sensações de dor no local onde a doença se alojou. Na justificativa para a aposentadoria, a descrição dos fenômenos não se consubstancia no corpo.

Do mesmo modo na descrição da doença do pai, os entrevistados situam o fenômeno pela descrição do fenômeno como: inchaço, febre, cirrose, etc.

No discurso da terceira fase do trabalho, a descrição das sensações são remetidas ao corpo como resultado dos desgastes produzidos pela luta, apresentando a esta descrição, duas características de variação como a posição da pessoa e o sexo.

Primeiro que o discurso da luta não é uma característica da mulher; segundo que as pessoas ocupam posições de menos valor ocupacional, tais como os cargos, os discursos do esvaziamento dos papéis passa pelo discurso da injustiça. Entretanto, observa-se contradições no deslocamento dos valores para o ângulo do discurso. Tomar-se-á alguns exemplos de como se apresentam estas características:

Mulheres Aposentáveis:

"...eu tinha saúde antes, agora só aparece doença! acho que é coisa de velho! (sorri) O médico me recomendou não pegar peso. Costurar que era uma coisa que eu fazia e que gostava, também fui proibida por causa do problema da coluna..."

"...eu não tenho problemas de saúde. Só que duas vezes que eu tive uma discussão e me incomodei minha pressão subiu um pouco. Meus olhos começaram a ficar úmidos, meu rosto quente e as mãos trêmulas. Fui no serviço médico e o Dr.(...) tirou minha pressão e me mandou procurar imediatamente um cardiologista. Fiz exame e acusou 73% de obstrução das coronárias...voltei pro trabalho estava bem mas, qualquer emoção eu tinha medo...depois eu comecei a sentir que as pessoas se tornavam mais agressivas talvez por causa dos problemas...aquilo me desgastava, me deixava angustiada. Entrei de licença e estou aguardando completar o tempo até setembro pra requerer a minha aposentadoria..."

É interessante observar nestes depoimentos, a maneira como essas mulheres organizam o discurso da doença em função do que elas concebem como valor maior.

A primeira entrevistada constroi a desincumbência do

trabalho pela lógica médica, através de problemas de coluna e da proibição do esforço.

Aparece o trabalho da casa-costura como prazer mas, que também terá que ser prejudicado em função da proibição. Esse termo também remete o sentido da proibição, ao "*trabalho fora*" que, em função da proibição de esforço, será o primeiro a ser suspenso, ficando de modo implícito, justificado o motivo da aposentadoria.

No segundo caso, no discurso do trabalho ela constrói a substituição do cargo como injustiça. O que pode-se perceber ao construir a doença que parece ter um conteúdo orgânico, transportado para as relações no trabalho, ela perde o seu conteúdo orgânico, caracterizando-se por um acontecimento simbólico.

A diferença está, portanto, em dois fatores: No primeiro caso o cargo não tem muito sentido enquanto posição de pouco valor, o que vai refletir na importância que ele atribui mais ao trabalho da casa. Por outro lado, um motivo de ordem orgânica justifica a desincumbência dos papéis. No segundo o trabalho conduz o fenômeno ao corpo, provocando doença e, através dela a justificativa da suspensão das atividades. É importante perceber através dos elementos que ela própria fornece no discurso do trabalho, como isto constrói a sua doença recorrendo à lógica da injustiça.

• Entre os homens aposentáveis o discurso da saúde passa na maior proporção pelo discurso do trabalho. Entretanto, a posição do ocupante determina sensivelmente a maneira de referir-se à doença ou à saúde:

"...trabalhei debaixo de sol e chuva... hoje estou cansado, porque a gente continua neste cargo. Disseram que vão implantar o plano de cargo mas a gente está cansado de esperar..."

"...tenho problema em casa. Minha mulher é alcoôlatra, vive doente... depois que...palestra...acho que quem sabe se eu me aposentar posso dar mais atenção pra ela..."

"...já completei o tempo da minha aposentadoria, não tenho mais nada a fazer... Vou ajudar minha esposa na entrega de perfume... Ela vende pra fora, mas ela é doente dos nervos, não pode sair sozinha. Sente tontura..."

O que se percebe no discurso da doença, entre as pessoas de cargos pouco valorizados é que, quando acionados eles são remetidos à família, em geral à mulher, para justificar a sua volta para casa.

A característica mais importante é a maneira como essas pessoas constroem o quadro da doença. No primeiro caso ela aparece com sentido de injustiça, no segundo de desordem, neste caso, justificando a sua aposentadoria pela ida para casa como restaurador da ordem moral. No segundo caso o problema dos nervos caracterizado pela falta de substancialidade também, se cruza à aposentadoria que é justificada pela necessidade da mulher, e não dele, de companhia.

Para os que ocupam posições de relativo prestígio e que são consideradas importantes, no caso dos chefes, o discurso da doença vai veicular um campo de significado mais amplo, conforme discurso desse grupo:

"...construí o sistema de rádio naquela ...os recursos não eram como os de hoje ...fiquei até hoje com problemas. Mas hoje estou me sentindo cansado, doente..."

"...a gente vai se cansando. Hoje eu não sinto a mesma disposição, não sei se é porque mudou tudo...ou se a gente já está velho..."

"...o que me vale aqui é o pessoal, porque eu venho pra cá, o (...) tá na supervisão do (...) e eu fico aqui ajudando ou incomodando (sorri)...o diacho é que a gente não pode ficar aqui ocupando o lugar de outros. Depois eu também te-

nho um problema de bursite que me incomoda... Se eu conseguisse ficar à toa eu já tinha pedido a minha aposentadoria..."

"...eu tinha saúde mas depois que o (...) ...o pessoal ficou pior. O (...)aprontou pediu transferência e foi...Sabe o que foi que ele disse? que já não me aguentava. Ele queria ficar na...o dia todo e queria que eu abonasse o ...Isso é que mais incomoda a gente. Esses dias eu tive uma discussão com ele me chamou de tudo. Que eu era ranzinza... que o meu lugar era em casa...Com esses incômodos num domingo à tarde, eu estava na praia, senti aquela dor no peito que parecia rasgar tudo... chamei o (...) disse :me leva para o hospital...Agora larguei tudo por mão! Quando eu digo que tem que botar mais gente aqui o (...) acha que não, por que isto vai se acabar! Eu mesmo já estou cansado, já tenho 47 anos de serviço, tenho é que ir pra casa".

"...No tempo do (...) isso aqui era outra coisa, agora!...ainda dizem que o serviço de (...) é arcaico. Eles é que não cuidaram mais. Compram equipamentos para o departamento de (...) e nós ficamos com essa sucata. Falo. Já fiz uma carta pro (...) Já fazem mais de seis meses e nem falaram nada. Pior é que a gente fica desgastado. A gente já não tem a mesma saúde. Em março eu quero vê se requeiro a minha aposentadoria".

"...Saí da (...) me convidaram para o... mas lá o pessoal está enturmado. Fiquei lá 1 ano e meio, depois, pedi pra vir pro (...) Fiquei lá uns tempos mas o trabalho que nós estávamos desenvolvendo

não vingou! Estou sem função agora. Eu já estou me cansando. Esses dias me deu ai uns probleminhas! Ai eu pensei: é cansaço. Já não tenho mais a saúde que tinha antes. O médico me passou um tratamento e um remédio, mas eu acho que vou é me aposentar. Já entrei com uma consulta na Previdência..."

"...Estou esperando resposta da Previdência pra me aposentar. Já estou esgotado. Tenho problema de pressão e depois que me mandaram pra cá eu fiquei pior. Antes eu ficava no centro. Ia em casa almoçar mas agora só chego em casa à noite. Depois eu não consegui me adaptar aqui...o lugar é muito abafado com esse cheiro...Outro dia me deu um tipo dum desmaio fiquei com o corpo fraco, o suor debulhava!..."

Este tipo de discurso vai caracterizar todos os demais, com linguagens variáveis, experiências diversas mas sempre relacionando o fim da sua atividade, dos seus papéis, ao cansaço, doença, fraqueza.

A história da terceira fase do trabalho constitui basicamente a construção do fim de seus papéis e do começo do desânimo, da doença e de outras categorias que denotam a debilidade do corpo ou cansaço.

Nas entrevistas que situavam as relações extrafamiliares, o discurso da doença foi muitas vezes acionado para caracterizar o tipo de distúrbio do organismo provocado por circunstâncias semelhantes. A "pressão" era empregada para caracterizar a maneira como os grupos de poder ou de interesse agiam para influenciar as pessoas a substituí-los do cargo.

É interessante notar que esses depoimentos são sempre concluídos pelo afastamento provocado pela doença:

"...não aguentei a pressão ... fiquei

doente me afastei..."

Já se observava naqueles depoimentos o emprego do termo "*esgotamento*" para caracterizar a debilidade do corpo frente à pressão.

Por outro lado, o discurso da doença, nesta fase, apresenta duas características que valem ser apontadas: a percepção que os entrevistados têm da origem e a maneira como eles a constroem.

Vê-se que algumas pessoas constroem ou relacionam os fenômenos a um tipo de equipamento: a "*onda de frequência*". Esta percepção caracterizou o discurso da luta, enquanto que nesta fase do trabalho a origem é deslocada para as relações entre superiores ou entre os membros do próprio grupo.

De qualquer forma o que pode-se concluir deste quadro é que o discurso da doença, mesmo abrigando os vários aspectos diferenciais, ele se organiza em função da concepção popular com prometida com o saber médico e por outro lado, por um padrão estruturante que classifica tanto o doente como a doença pelo domínio das coisas perigosas. Assim, cada pessoa deste grupo pode ter-se referido à doença para exprimir um fenômeno de caráter não orgânico como a um fenômeno de caráter social, para o qual transfere o sentido da doença.

7. RECURSOS FINANCEIROS

Uma vasta área de significados, associada ao valor "recursos financeiros" se encontra imbricada sob diversas formas de manifestação determinando o sentido da vida, enquanto valor moral interpretada a partir do quadro de referência da família.

Vê-se que as pessoas de um modo geral constroem o sentido do trabalho pelo que ele representa enquanto provisão física e moral. O sentido da provisão se associa ao discurso dos recursos cruzando o discurso da primeira fase do trabalho, enquanto base da construção da identidade de filho como provedor auxiliar e, na segunda fase do discurso do trabalho no papel de chefe de família e provedor. E justamente na terceira fase do trabalho quando os papéis de provedor e de profissional se esvaziavam,

o discurso dos recursos dão lugar ao discurso religioso onde o sentido da vida se organiza em função do conceito de religião.

Nesta fase a referência aos bens, aparece como desincumbência dos papéis e como eixo principal do discurso do trabalho.

Os recursos financeiros são pensados de maneira unânime pelos homens deste grupo como meios de aquisição. Das expressões empregadas aparecem com maior frequência: trabalho, biscate, bico e serviços.

Por outro lado, elas apresentam as seguintes variações:

APOSENTADOS	APOSENTÁVEIS
biscate serviço	trabalho serviço bico

Dentro dessa divisão, as expressões assumem características variáveis de acordo com a posição das pessoas aposentadas, quando trabalhavam, e dos aposentáveis pela posição que ocupam.

CLASSE DO INFORMANTE	GRUPO OCUPACIONAL		
	Grupo I	Grupo II	Grupo III
Aposentados	biscate	biscate	serviço
Aposentáveis	trabalho bico serviço	trabalho bico	trabalho

Os aposentados denominam de "biscates" qualquer atividade remunerada que eles caracterizam como subemprego. Os biscates são caracterizados como atividade de baixo valor, em geral, realizada por pedreiros, eletricitas e eletrotécnicos, dentre outras que caracterizam serviços prestados a domicílio. Já, "serviços", são considerados atividades de valor controlado pelo merca-

do de trabalho, ainda que empregado por um aposentado como subemprego.

Entre os aposentáveis, as expressões "bico" e "serviço" foram empregadas para caracterizar atividades paralelas, fora do horário de trabalho como fonte de renda, com as mesmas características dos biscates. Já o "trabalho" representa a fonte de renda essencial, usualmente empregado por ocupantes de nível superior como única fonte de renda.

De qualquer forma, o trabalho associado à atividade na empresa, enquanto noção de emprego, foi assim definido por todos os informantes.

Sob esse prisma, biscate e trabalho se diferenciam pela maneira como as pessoas concebem o trabalho associado à noção de emprego, como fonte de renda essencial e valorativa interpretada segundo o modelo de provisão física e moral. A partir desta lógica, o trabalho representado como salário e este, como fonte de provisão, é a peça fundamental do discurso da primeira e segunda fase do trabalho. É possível perceber através da nomeação dos recursos acionados na avaliação do desempenho como fator de eficiência do papel de provedor, mais especificamente, quando as pessoas percebem o esvaziamento dos seus papéis que o sentido da luta se manifesta e se consubstancia nos bens adquiridos.

• Portanto, é no discurso dos bens adquiridos como maneira característica dos homens deste grupo construir a desincumbência dos seus papéis que se revela o quanto é importante a dimensão moral da vida.

Desse modo, o discurso da luta pela lógica que lhe é inerente, é incapaz de dar sentido a ela pelo valor apenas do salário. É possível constatar isso, na maneira como as pessoas relacionam a aquisição dos bens à luta:

"...consegui com muita luta adquirir o que tenho hoje. Tenho um apartamento no centro, uma casa que está alugada, e uma casa de praia..."

"...batalhei anos pra conseguir os recursos que tenho hoje. Tenho 3 apartamen-

tos, 2 casas..."

"...lutei a vida toda pra conseguir adquirir as coisas. Se eu morrer amanhã meus filhos estão seguros. Construi 4 casas, uma para cada filho, tenho uma casa e um terreno de praia que dá um lote para cada um..."

"...foi toda a preocupação da minha vida adquirir recursos para a minha sobrevivência no fim da vida. Com os bens que eu tenho vivo do salário sem precisar mexer no que eu recebo como aluguel da casa..."

"...lutei muito pra conseguir viver sem depender dos filhos no fim da vida. Tenho esta casa, um apartamento que dei para o filho..."

"Lutei 30 anos pra conseguir comprar a minha casa. Hoje estou descansado".

Depoimentos semelhantes aparecem como pode ser observado no discurso da casa enquanto valor mais importante associado à família no motivo da luta.

Observa-se, como característica variável do discurso do fim da carreira, a importância dos recursos financeiros na percepção que os informantes, que ocupam posição de pouco prestígio e valor têm, de como ocorre o seu desligamento da empresa numa versão modificada da luta pela aquisição da casa e de bens.

Dos 10 (dez) entrevistados aposentados, pode-se exemplificar com 2 (dois) dos depoimentos:

"...eu era eletricitista da regional de (...) tinha pouco recurso pra dar pra mulher e pro filhos o que eles queriam... não-deu mais certo eles me deixaram... em 73 quando veio o plano de incentivo à aposentadoria eu aproveitei. Já tinha

tempo! Com esse dinheiro eu comprei uma casa, geladeira...e dei pra minha mãe. Aí saí de Lages e vim morar com ela no bairro..."

"...a nossa situação de aposentado não é porque a Fundação e o INPS paga pouco, é do pouco que a gente ganhava. Eles fazem uma média pelo que a gente recebe. Então se a gente ganha pouco a aposentadoria é pouca. Naquela época eu ganhava como eletricitista... Não tinha casa, com um monte de filho solteiro a metade desempregado. Saiu o plano da aposentadoria, eu entrei! Hoje não vale mais nada, mas naquele tempo o salário dobrou. Com todo o Fundo de Garantia, férias atrasada, e o incentivo! comprei a casa que eu moro e um carrinho...hoje eu tenho que fazer biscate pra sustentar os filhos: uma mais velha que não casou e dois..."

É possível perceber-se, além dos argumentos que constituem a base do discurso da família e da casa, a dimensão moral dos recursos, invertendo nestes casos, a ordem do sentido da aposentadoria, ou seja, a aposentadoria contrastando com o discurso da maioria dos entrevistados, é percebida pela vantagem pecuniária.

Essa inversão é também percebida por esses entrevistados na medida em que cada vantagem da aposentadoria se contrapõe ao ganhar pouco, como ocupantes de cargos de baixo salário.

As mulheres casadas pensam os "recursos" como um complemento à renda do marido. A aquisição dos bens não aparece espontaneamente no discurso, nem se impõe como eixo fundamental da representação da vida associada aos papéis na família. Ele aparece mais como mantenedor de valores apoiado na estética e em aspectos do complemento da renda do marido. Já as mulheres solteiras, constroem os recursos de maneira muito semelhante à dos ho-

mens, diferenciando-se na qualidade dos projetos, que no primeiro tem um destino bem definido: a família - os filhos. *"O que adquiri é dos filhos". "Construí 4 casas, uma para cada filho".*

No caso das mulheres solteiras, a finalidade dos projetos é *"viver após a aposentadoria". "Fiz ao longo do meu tempo de serviço uma poupança. Apliquei as economias em bens, que vão garantir a minha sobrevivência até o fim da minha vida".*

No conjunto, o sentido dos recursos financeiros está associado aos papéis. Esta associação por sua vez está implícita nas expressões que cada entrevistado emprega, com linguagem própria, para descrever, a partir da lógica inerente a cada status, a associação dos valores que determinam o sentido dos recursos em cada fase da vida, marcando a história da vida construída enquanto longevidade determinada pela lógica social.

Em função desta lógica o discurso dos recursos financeiros se organiza em sintonia com os princípios que determinam o papel de filho e de pai enquanto associado às experiências, isto é, ter que ajudar ao pai, construída sob a lógica da provisão auxiliar, produzindo, a partir dela, um sentido aos recursos como papel de pai e chefe de família.

Esta associação é sempre regida pela noção de recursos, o que vai determinar por sua vez, o sentido e a função dos recursos:

Enquanto filho, o trabalho é associado à provisão sob a forma de salário ou renda, que vai junto com o salário do pai, possibilitar a este, realizar a função do seu papel, ou na ausência, cobrir junto com a renda da mãe, o papel e a função do pai. Essa associação aparece de modo mais claro no discurso da primeira e segunda fase do trabalho representada da seguinte forma:

STATUS	PAPEL	FUNÇÃO	FINALIDADE
filho	provedor auxiliar	complementar a renda da família	comprar comida
		suprir o salário do pai	pagar despesas

		aprender uma profissão	assumir o status de pai e chefe de família
pai	provedor	conseguir recursos financeiros	sustentar a família dar estudo para os filhos aquisição de bens

No decorrer do discurso da primeira fase do trabalho, perguntou-se aos homens, em decorrência da menção de ajudar a casa, qual era a função e a finalidade do seu trabalho. A pergunta era formulada da seguinte forma: Por que o senhor tinha que trabalhar ainda criança e para quê?

16 (dezesseis) entrevistados deram as seguintes respostas:

POR QUÊ?

- para ajudar o sustento da casa
- para ajudar a mãe que era lavadeira
- eu estudava
- para ajudar o pai que estava doente
- para ajudar a família
- naquela época os filhos tinham que ajudar o pai
- o pai morreu
- aprender uma profissão
- fui para Porto Alegre estudar
- porque tinha! todo mundo ia
- a gente vivia com dificuldade
- meu pai achava que lugar de homem era no trabalho; na rua era malandro
- porque não tinha quem ajudasse o pai na roça

PARA QUÊ?

- . comprar comida
- . sustentar a família: nós éramos pequenos
- . me manter: pagava os estudos, pensão, refeições
- . comprar comida, remédio
- . comprar comida e pagar despesas da casa
- . aprender o ofício de marceneiro e me manter
- . comprar comida, roupa
- . pra mais tarde ter um trabalho e ser alguém...
- . pagar refeições, roupas e livros
- . comprar comida e ajudar a casa
- . comprar as coisas para casa e ter um emprego
- . aprender uma profissão pra mais tarde...
- . pra sustentar a casa

- naquele tempo a vida era mais difícil . comprar roupa, ajudar no sustento da casa e ter um emprego
- achava importante ter uma profissão . mais tarde poder constituir minha família.

Em geral o sentido da ajuda, é traduzido na segunda fase do trabalho em duas classes de recursos que se associavam sob a lógica dos papéis de pai e chefe de família.

RECURSOS	
FINANCEIROS	BENS
salário renda	casa própria casas designadas p/local casa de praia apartamentos terreno carro

Por outro lado, esse sentido deslocado para o discurso das relações, eles acrescentam propriedades que vão determinar a posição dessas pessoas no contexto social mais amplo.

Assim, os recursos aparecem associados à posição dessas pessoas enquanto membros de um grupo, clube, etc. e, no âmbito da empresa, eles aparecem construídos sob a noção de prestígio, associada também, ao salário e demais tipos de vantagens por eles denominadas de gratificações.

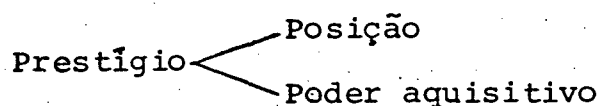
Sob este ângulo, o sentido da luta é avaliada pelos bens adquiridos, e, por outro lado, pela capacidade profissional

"...lutei e implantei o sistema financeiro..."

"...consegui com esforço implantar..."

aparece associado a duas posições: a de líder da comunidade, ou membro de um grupo político e, no âmbito da empresa, a posição ocupacional.

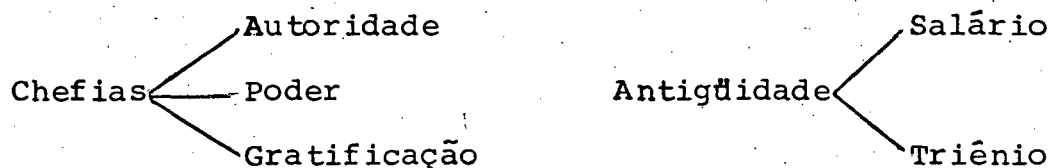
Assim, o prestígio fora da empresa, aparece associado da seguinte forma:



No âmbito das relações de trabalho, o sentido da luta está relacionada aos meios para conseguir aumentar os recursos, uma vez que, o prestígio é decorrente dos dois: posição e poder aquisitivo.

Desse modo, a posição está relacionada a atributos valorativos que vão designar a dimensão moral da luta.

Posição e poder aquisitivo se associam, quando o cargo corresponde a uma classe ocupacional valorizada. Esta classe de cargos apresenta três propriedades valorativas, e que destaca-se das demais posições, que são determinadas pela antigüidade. Assim, os cargos estão associados por valores morais em dois níveis diferenciais:



Essas experiências associadas ao discurso das relações, se cruzam no discurso da terceira fase do trabalho, culminando com a aposentadoria.

Enquanto pai e provedor, ele se vê incumbido do dever de conseguir recursos, para satisfazer às necessidades físicas e morais de sua família. Esse dever é que produz sentido e estimula as associações, refletindo-se no discurso da sua experiência no trabalho, na família, nos bens adquiridos. Portanto, é através do discurso religioso que ele procura opor-se ao sentido moral da vida, quando se esvazia seus papéis e, com eles o sentido da necessidade de bens materiais.

8. APOSENTADORIA

A aposentadoria tem duas características importantes neste grupo: a que designa a suspensão da atividade social e a que classifica todas as coisas em função das normas institucionais.

Neste âmbito encontram-se as pessoas denominadas de aposentadas e a renda denominada de aposentadoria.

Ao serem indagadas sobre sua história de vida as duas classes de informantes tem na maneira de construir a sua identidade. Para os aposentados, a referência dava acesso ao mundo social. O ponto de referência era a empresa. Apesar das experiências individuais, as pessoas contruíam a identidade a partir de fatos passados, mas sempre em função de valores sociais. Justamente pelos pontos em comum, as experiências apresentam características bem homogêneas.

A história de vida de cada pessoa, de um modo geral, é construída em função do trabalho, associando pontos de referência considerados importantes: família, casa, rede de relações, etc. Organizam as suas experiências sempre em função deste modelo associativo até o momento em que o fim da carreira profissional exige a redefinição desses valores em confronto com o fim dos seus papéis e da aposentadoria.

A aposentadoria rompe o fluxo da percepção e do viver as suas experiências. Observou-se no decorrer deste capítulo, que o fim da vida o "*se perceber*" sem papéis não ocorreu no momento em que as pessoas assinam a rescisão do contrato somente, ou no momento em que elas requerem a aposentadoria, mas foi resultado de uma sequência de acontecimentos.

Entretanto, a maneira como estas pessoas constroem o desenrolar das suas experiências fica evidenciado que o acontecimento mais importante é a rescisão do contrato de trabalho, porque ele implica numa mudança radical da sua vida.

Essas mudanças se caracterizam em torno de dois aspectos: a perda da identidade profissional e, a partir disso, na maneira de perceber as pessoas sem emprego. Estes aspectos se

tornam importantes na medida em que o modelo associativo, a partir do qual as pessoas constroem a sua história de vida, se desintegra e torna a vida sem sentido.

Durante o discurso da aposentadoria foram registradas 26 expressões para caracterizá-la:

APOSENTADOS		APOSENTÁVEIS	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
liberdade tempo livre	esquecimento ser velho descanso é não ter tempo nem noção do tempo inutilidade	recompensa prêmio	invalidez inutilidade morte ociosidade castigo perda deixar de ser útil parar não viver mais descanso recompensa pelo final da vida perda de tudo ociosidade descaso injustiça fim da vida falta de amizade

Percebe-se que entre homens e mulheres o sentido da aposentadoria é diferencialmente significativo. Para as mulheres a liberdade e o tempo livre apresenta, no contexto do discurso, um sentido diferente em termos do que representa para as mulheres aposentáveis a possibilidade de voltar para casa e ter o tempo livre para se dedicar aos filhos e ao marido. No caso das aposentadas, a liberdade e o tempo livre já não constituem mais uma expectativa mas uma maneira de exprimir a sua experiência va

zia no espaço da casa. Observemos como duas das informantes falam das suas experiências como aposentadas.

"...quando me aposentei eu tive que mudar meu estilo de vida. Os filhos já estavam casados, a limpeza da casa, a lida do almoço se acabou. Agora eu e o (...) almoçamos 3 vezes por semana fora".

"...a aposentadoria para mim é liberdade, só que eu tive que exercitar pra isso! Claro que o tempo que sobra é mais do que a gente precisa pra descansar então eu me dedico a atividades beneficentes... Vou à igreja, participo de grupos em campanhas de fraternidade..."

O que vale aqui ressaltar são as expectativas que essas mulheres, num primeiro momento, tinham em relação à aposentadoria, enquanto oportunidade de se dedicarem à casa, invertendo-se ao verificarem que as tarefas da casa não têm o sentido que lhes atraía enquanto aposentáveis. Com a ausência dos filhos e a conseqüente diminuição da demanda de tarefas, o sentido da casa é redefinido e em função disso, é redefinida também a família. De modo que, o espaço da casa deixa de representar a função inicial e passa a assumir o sentido do afeto, o centro dos encontros no natal e nas férias.

Enquanto que os homens não apresentam variações significativas entre as classes de informantes, as experiências que associam às pessoas a essas expressões, tanto os aposentados como aposentáveis, têm dois precedentes explicativos: o modelo de identidade masculina, calcada no valor provisão física e moral e associado a isso, os laços de afeto pela convivência que une a pessoa à empresa, quer seja como identidade profissional ou, pela própria convivência em grupo.

Tanto que as pessoas ao se referirem à luta que representou o trabalho na segunda fase, concluem que *"o que me resta de melhor são as amizades"*.

Por outro lado, as expressões usadas para explicar

a aposentadoria, estão associadas à perda do sentido do corpo em quanto dissociada dos papéis sociais. O discurso da doença ex-prime a percepção do corpo, no momento que a pessoa busca através dele a sua identidade individual, como algo anormal, sem sentido, na medida em que este corpo sem papéis não se coaduna com o padrão socialmente aceito. De modo que os problemas de saúde, produzidos pela pressão dos grupos e pelos conflitos em torno da disputa pelos cargos, são reconstituídos através do diagnóstico médico que justifica o afastamento dessas pessoas, abstraindo-as do contexto das suas experiências. Concomitantemente essa abstra-ção é também recorrida pelo sujeito como defesa dos efeitos mo-rais do desemprego. É neste sentido que as pessoas sempre se referem à aposentadoria como justificativa de um problema de saúde e não pelas suas experiências de não receberem mais atribuições, nem deveres ou obrigações, ou ainda, por estarem em idade de se aposentar.

No entanto, quando se faz uma análise do conteúdo discursivo da aposentadoria, pelos aposentados, observa-se que na maior proporção, o discurso das relações caracterizadas pelas tensões se torna mais acentuado, apesar de que, geralmente, a descrição dos fatos ser quase sempre vaga como se as pessoas ocultassem algo. Os problemas de saúde são acionados na medida em que a doença obriga ao afastamento e conseqüentemente, à aposentadoria.

É importante chamar a atenção para o processo progressivo do discurso. À medida em que as pessoas perceberem que estão perdendo papéis, procuram narrar as suas experiências dando a elas um desfecho simbólico.

Neste aspecto, as expressões usadas para definir aposentadoria, na maioria, não se referem à idade nem à aposentadoria como cumprimento de uma determinação constitucional, pois na medida em que a pessoa é abstraída pelo discurso da doença, da sua experiência ela passa a construir a percepção do seu corpo em função da maneira com que as instituições Médica e Previdenciária constróem como velhice. Desse modo, observando-se a definição de velhice, ver-se-á que em relação às expressões usadas para definir a aposentadoria, esta permanece quase inalterada constituindo, a aposentadoria o desfecho da experiência de vida de

cada entrevistado. A partir daí as expressões que a definem de monst^{ram} que os problemas de saúde pelo discurso médico, através da licença ou afastamento consubstancia a interrupção da atividade, obrigando a sua ida para casa. Constitui-se portanto, na maneira mais concreta de representar a aposentadoria, mesmo quando o motivo da mesma não é a doença como no caso das mulheres.

Portanto, o "*ir para casa*" consubstancia o seu afastamento e obriga-o a se desligar dos compromissos que o prende à empresa.

Esse aspecto aparece de modo mais claro na experiência de vida dos aposentados, como eles constróem o seu afastamento como sequência do discurso da saúde: ali é possível perceber-se que a descrição que é mais nítida do que o discurso da aposentadoria, demonstra sinais muito visíveis para os homens, de que o seu afastamento não foi espontâneo. Por outro lado, ele oculta este sentimento de subestimação da sua capacidade, passando para o discurso dos recursos como fator de avaliação da sua capacidade, expressa pela aquisição de bens, enquanto desempenho do papel de pai e chefe de família. Ao observar-se a maneira como as pessoas constróem as suas experiências no trabalho, a partir da terceira fase, cruzando com a doença, casa e a religião, ver-se-á que eles descrevem nitidamente a aposentadoria, enquanto desincumbência de papéis de acordo com as expressões que a definem, em três aspectos discursivos:

- 1) os conflitos gerados pela competição de cargos e funções de prestígio se consubstanciam no corpo pela representação da doença e esta convertida no diagnóstico médico justificando o afastamento ou recomendação da aposentadoria. Mesmo quando a doença não é produzida no corpo do entrevistado, ela é remetida à esposa e através da incapacidade para a atividade doméstica ele justifica a sua ida para casa;
- 2) o sentido do afastamento passa pela concepção do espaço da casa como sendo o que separa a vida pública da vida privada, e esta como oposta à primeira. Vê-se que as pessoas constróem a casa como o espaço

ço que isola as mulheres do domínio público que é percebido como domínio social;

- 3) o reingresso ao social, enquanto representa do como projeto da aposentadoria é feito pela igreja, através da atividade beneficente. O discurso religioso enquanto projeta a atuação, rompe definitivamente com todos os princípios que mantinham ligado o entrevistado ao trabalho, à família e aos bens materiais representado enquanto motivo de luta.

Se cruzar o discurso da família com o discurso financeiro, encontrar-se-á o problema de desemprego do filho, representado como um problema ou desordem. Ao observar-se também o discurso dos recursos financeiros ver-se-á que o biscate como uma forma de auxiliar o filho que é desempregado e tem filhos para sustentar. Os dados indicam que a noção de ordem se elabora conformada com um padrão de norma social.

Uma situação anormal ou extraordinária conforme notou-se, com a noção de desemprego e doença passa necessariamente pelo sistema de classificação social e pela lógica dos papéis e valores qualitativos que vão designar a qualidade da pessoa.

A partir daí torna-se possível compreender a relação da aposentadoria com a classificação dos meios de sobrevivência.

• Dentre os que se aposentaram em cargos de maior prestígio, um fez referência à ocupação remunerada como serviço, destacando a inferioridade desta atividade em relação às suas motivações e a maneira de encarar a atividade antes da aposentadoria como trabalho.

"...pra não ficar sem fazer nada eu resolvi arrumar um serviço. Há! mas não consigo me adaptar. Não é a mesma coisa: me falta tudo o que me sobrava no tempo que eu trabalhava na (...) Falta motivação pra fazer o que fazia..."

É possível perceber-se dois aspectos importantes neste depoimento: primeiro, a forma como ele se refere ao trabalho ligando este à motivação enquanto modelo de pensar o trabalho pela provisão associada ao seu papel de pai e chefe de família; segundo, a projeção dos seus sentimentos

proporcionado pela lembrança na empresa, de modo que o papel de pai e chefe de família associado ao sentido trabalho, estimulava a luta que consubstanciava-se no prestígio da posição e do salário, nos bens.

No segundo momento que ele caracteriza como serviço, o motivo principal que era a família, fica sem sentido, sendo que a diferença entre o significado do trabalho e do serviço não está na adaptação mas justamente pelo significado da provisão, o que de certa forma corresponde ao depoimento dos que fazem biscates para ajudarem os filhos a sustentarem as suas famílias, já que a pensão da aposentadoria não é suficiente para sustentar, além de si próprio e a esposa.

De qualquer forma, o que parece mais importante, na maneira como as pessoas descrevem as suas histórias de vida, é a percepção da vida enquanto associada aos papéis sociais, sendo que as experiências após a aposentadoria, passam a ser descritas tão vagamente que dão a impressão de as pessoas estarem omitindo informações ou dados importantes de suas vidas. Porém, após a primeira entrevista e contato menos formal, constatou-se que a percepção que elas têm de suas experiências como aposentadas, desde a rotina da casa, da família, das relações vizinhas, etc., são interpretadas como extraordinárias. Isso aparece no discurso da aposentadoria para exprimir a mudança de vida. Para as mulheres, a redução das tarefas domésticas, implica também na readaptação dos hábitos.

Neste grupo o sentido de morar a dois, é representado como ordem na medida em que o projeto dos pais é o casamento dos filhos, um bom emprego e terem as suas casas, segundo o mesmo modelo, sobre o qual ele constrói a história de vida.

A aposentadoria também encerra o significado do trabalho, e, como o trabalho é atributo e valor principal da identidade masculina, as pessoas se vêem obrigadas em função desta lógica, a redefinirem as suas experiências sem papéis, como fim da vida.

sentadoria tem efeito menos marcante.

De modo que para os aposentados o sentido da aposentadoria se consubstancia no espaço da casa. Eles se recolhem ali e passam a ver o espaço da casa como um microcosmo.

A televisão e a questão da pensão são o que os mantêm ligados à vida social. Vejam como as pessoas entrevistadas descrevem o seu dia:

"...depois que me aposentei só saio de casa para ir à missa ou às vezes na casa de um filho; mesmo assim quando alguém está de aniversário..."

"...pra mim a aposentadoria quando a gente tem saúde é como a invalidez. Trabalhava o dia todo, agora fico em casa. Mesmo assim eu prefiro a casa do que a Praça XV. Acho uma vergonha as pessoas ficarem ali..."

"...saio de casa quando vou ao banco receber a pensão. A maior parte do tempo eu passo em casa. Não tenho necessidade de sair! tenho televisão em casa..."

"...eu agora tenho saído para vir a estas reuniões senão eu fico em casa. Fazia anos que não revia os amigos; desde 73 quando me aposentei não tinha mais me encontrado com ninguém...só saio de casa para ir ao banco receber a pensão..."

Apesar dos aspectos já referidos anteriormente com a reclusão no espaço da casa, a referência à pensão, como muitos outros entrevistados observam, é o único ponto através do qual eles se vêem ligados à sociedade.

É através dele que este grupo conseguiu se organizar e reivindicar um sistema de reajuste que compensasse, através da complementação, as perdas decorrentes do sistema de reajuste da Previdência Social.

O maior temor dessas pessoas é perder o controle sobre suas vidas em consequência da política de Previdência Social, neste sentido a instituição é importante veículo. Mas por este ângulo do discurso da aposentadoria, o aposentado se vê numa situação dramática, esta noção é reelaborada pelo discurso da perda e é como uma forma de denunciar o drama da aposentadoria.

Por outro lado, a necessidade de definir para si um espaço que lhe permita viver a aposentadoria, leva as pessoas a se fecharem no domínio da casa e esta separação se estabelece também ao nível da sociedade mais ampla. Constatou-se durante o trabalho de campo com aposentados, grande dificuldade de acesso a eles.

No que se refere a realidade deste grupo o discurso da perda enquanto denuncia de falta de um critério de reajuste da pensão-aposentadoria, se torna importante perceber que as pessoas organizam o seu próprio discurso em sintonia com o conceito popular da aposentadoria. As queixas que se armam em torno da falta de uma política de critérios de reajuste da Previdência Social, exprimem uma maneira de reagir contra os princípios institucionais, que determinam a demissão compulsória dos idosos, jogando-os a margem da sociedade.

9. VELHICE

Procura-se tratar aqui o que buscou-se compreender na experiência da vida deste grupo: o fenômeno da velhice.

Na verdade não se percebeu durante a narração das suas experiências, nenhum quadro ou sinal anatômico que correspondesse a categoria "velhice"

O mais notável é a percepção de papéis como um quadro de representação da vida que começa na primeira fase do trabalho, quando os homens encontram a sua identidade e a descrevem como provedor auxiliar, terminando com o esvaziamento dos papéis.

As mulheres identificam-se com as relações de família, com a educação, com o espaço da casa, terminando quando este torna-se vazio.

Assim, a experiência vivida de cada pessoa deste grupo só se torna perceptível na medida em que a vida passa a ser percebida como uma sequência de papéis que se consubstanciam na existência concreta do corpo.

É possível perceber-se, pela maneira como cada pessoa descreve as suas experiências, que eles constroem e organizam essas experiências em função dos seus papéis e da lógica que lhes é inerente, sendo que sem esta lógica, eles se tornam incapazes de produzirem sentido pelos simples sinais vitais do corpo.

Na medida em que as pessoas deste grupo não se reconhecem como velhos prevalecendo o fim dos papéis como último estágio da vida, organizando-se, eles próprios dentro destes segmentos um outro, produzem eles próprios um novo conceito de vida. O que será então a velhice para este grupo?

Para que se pudesse concluir essa observação, solicitou-se a cada entrevistado, uma definição de "velhice".

HOMENS	MULHERES
Acabar o sentido da vida	Preconceito
Inutilidade:fim da vida	Não existe
Ser esquecido	Esquecimento
Inutilidade	Fim da vida
Não ter mais nada pra fazer	Perder a vida
Quando os outros dizem: Você não fica velho!	Morte
Ser esquecido	
Inutilidade	
Esquecimento	
Não ter mais vez	
Pouco útil	
Parar	

Não prestar mais
Velhice, sô nos outros!
Quando acaba o que fazer
Não existe
É como a gente é visto pelos
outros
Morte
Não ser visto pelos outros
É ser chamado de ranzinza
Inutilidade

Como pode-se ver, não há caracterizações que diferenciem as experiências em termos do que os homens e mulheres definem como velhice.

É importante neste sentido observar que a maneira como cada pessoa a define está relacionada às suas experiências já no fim da terceira fase do trabalho, enquanto representada pelo papel de pai chefe de família, profissional e, em função destes papéis, posições secundárias que se estabeleciam em torno das relações sociais mais amplas como: membro da comunidade enquanto papel de político, trabalhando para conseguir melhores condições de trabalho, prestígio e influência. Na terceira fase do trabalho, quando estas pessoas ao perceberem o esvaziamento dos seus papéis associam as suas experiências no trabalho à amizade do grupo produzindo deste modo um novo sentido a seu papel no trabalho.

De um modo geral, as pessoas traçam a sua biografia como a passagem de um status para outro sempre descrita e percebida por cada entrevistado como fim de um compromisso, de uma responsabilidade e o começo de outras. Porém, a passagem da vida profissional da atividade produtiva para a "condição" de aposentado não confere papéis nem responsabilidade.

Vale, aqui observar mais especificamente a maneira como cada pessoa descreveu a sua percepção dessa passagem. Neste sentido pode-se constatar que a terceira fase do trabalho e a passagem para a aposentadoria foi a que mais marcou a medida em que cessavam os seus papéis e as pessoas se viam dis-

tituídas de um modelo de percepção da sua existência concreta.

Esta constatação nos remete a Geertz citado na introdução deste Trabalho, onde pode-se verificar a cultura como um padrão de natureza externa ao indivíduo impondo-lhe um sistema de classificação onde as pessoas se organizam dentro de seus parâmetros classificatórios.

A partir deste ângulo, pode-se concluir que este grupo concomitante aos padrões oficiais, possui um sistema de classificação da vida, baseado em parâmetros sociais próprios, que associado às experiências, produz outro conceito de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, pelo que propomos neste Trabalho, compreender que a maneira como este grupo constrói a sua experiência se articula em alguns aspectos às categorias oficiais, porém, paralelamente a estas categorias, eles produzem sua própria concepção do fim da vida.

A aposentadoria, reconhecidamente, tem a função institucional de cobrir a demissão e o afastamento dos velhos do seu grupo. Todavia, em função de a velhice, neste grupo, não corresponder ao quadro sintomatológico e biodegenerativo do discurso oficial, nem tampouco, a idade cronológica, pobreza, solidão, etc., ela se torna percebida como um recurso que concomitantemente determina o seu afastamento e a sua demissão, e possibilita a recuperação dos efeitos morais da demissão compulsória e da desagregação das pessoas de um grupo, na medida em que ela torna este acontecimento legítimo.

Portanto, se a velhice tem a capacidade de ser remanejada de um grupo para outro, de uma sociedade para outra alterando sua forma e a maneira de cada sociedade tratá-la, ela não se classificaria dentro do que caracterizam as coisas ou tendências inatas, mas sim, na categoria de símbolo, que se define e se caracteriza pela lógica social que determina a longevidade de seus membros.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

01. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
02. ASLAN, Ana. Vencendo a velhice. Rio de Janeiro, Record, 1985.
03. BALANDIER, Georges. Antropo-lógicas. São Paulo, Cultrise; Ed. Universidade de São Paulo, 1976.
04. BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo, Nova Fronteira, 1980.
05. _____. Uma morte muito suave. São Paulo, Nova Fronteira, 1984.
06. BENEDICT, Ruth. O crisantemo e a espada. Ed. Perspectiva S/A, 1972.
07. BERGER, Peter L. A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1976.
08. BERGHE, Pierre L. Van Den. Age and sex human societies a biosocial perspective wadsworth publishing company. Califórnia, INS Belmont, 1983.
09. BOSI, Eclea. Lembrança de velhos. São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1983.
10. BYRNE, Susan W. Arden, and adult community in Anthropologists in cities. Boston, Brown and Company, 1974.
11. CANOAS, Cilene S. A condição humana do velho. São Paulo, Cortez, 1985. p.77.

12. CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo: In: Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Liv. Ed.F. Alves, 1980.
13. COHEN, Abner. O homem bidimensional. Rio de Janeiro, Zahar, 1987
14. COMFORT, Alex. A boa idade. São Paulo, Ed. Difusão, 1979.
15. DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976, p.232
16. _____. Repensando a Antropologia. São Paulo. Editora Perspectiva, 1974.
17. DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, CNPq. 1986.
18. DURHAN, Eunice. A caminho da cidade. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978, p.237.
19. DURKHEIM, Emile. Sociologia, coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ed. Ático, 1984.
20. ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 1956
21. ETZIONI, Amitai. Organizações complexas. São Paulo, Atlas, 1981.
22. EVANS, Pritchard E.E. Os nuer. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.
23. FIRTH, Raymond. Tipos humanos. rev., São Paulo, Mestre Jou, 1978.

24. FULDER, Stephen. Pondo fim a velhice. Rio de Janeiro, Dist. Record de Serviços de Imprensa, 1983.
25. GAIARSA, José Ângelo. Como enfrentar a velhice. São Paulo, Icone; Campinas, UNICAMP, 1986.
26. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
27. GENNEP, Arnold van. Os ritos de passagem. Estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis, Vozes, 1977.
28. GODELIER, Maurice. Antropologia-grandes cientistas sociais. São Paulo, Ática, 1981.
29. GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1961, p.310.
30. HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. A ideologia da velhice. São Paulo, Cortz, 1986.
31. HARRIS, Marwin. Indroducción a la Antropologia general. Madrid, Alianza, 1981.
32. HIRATA, Helena. Trabalho, família e relações homem/mulher reflexões a partir do caso japonês. Revista de ciências sociais. São Paulo, Cortez, n.2, v.1, 1986.
33. JACOBS, Jerry. Fun city, an ethnographic study of a retirement community hold. Califórnia, INC, 1974.
34. KASTENBAUM, Robert. Velhice-anos de plenitude. Ed. Harper & Row do Brasil, 1981, p.67.

35. KOSHIBA, Luiz. História do Brasil. 3ª ed., São Paulo, Editora Atual, 1980.
36. LEACH, Edmundo. Cultura e comunicação. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
37. LESSING, Doris. O diário de uma boa vizinha. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1984.
38. LINS-DE-BARROS, Myrian Moraes. Testemunho de vida: um estudo do antropológico de mulheres na velhice. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
39. LOPATA, Helena Z. Women as widows, support systems. New York, Elsevier, 1925.
40. MAIR, Lucy. Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
41. MALINOWISKY, Bronislaw. A vida sexual dos selvagens do noroeste de Melanésia. Descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das ilhas Trombriand (Nova Guiné Britânica). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
42. MARCONI, Maria de Andrade. Técnica de pesquisa. Atlas, 1982.
43. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo. EPU/EDUSP, 1974
44. _____. Sociologia. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.p.488.
45. MEAD, Margaret. Aspectos do presente. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
46. _____. Sexo e temperamento. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.

47. MOSQUEIRA, Juan José Mourinõ. Vida adulta. Personalidade e desenvolvimento. Rev., Porto Alegre, Sulina, 1983.
48. RODRIGUES, José Carlos. O tabu do corpo. Rio de Janeiro, Ed. Dois Pontos S/A, 1986, p.174.
49. SEEGER, Anthony. Os índios e nós. Estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
50. SILVA, A. C. Pacheco. Envelhecer sem esmorecer. Melhoramentos/EDUSP, 1978, p.117.
51. SKINNER, Burrhus Frederic. Viva bem a velhice. Aprendendo a programar a sua vida. São Paulo, Summus, 1985.
52. TOFFLER, Alvin. A terceira onda. Rio de Janeiro, Dist. Record, 1980, p.491.
53. TURNER, Victor. O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura, Petrópolis, Vozes, 1974.
54. VELHO, Gilberto. Desvio e divergência. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
55. WERNER, Dennis. Antropological Quaterly. Pennsylvania State University, 1981, 15-27p.
56. WIRTH, L. Louis. A teoria de Wirth e a cidade industrial in sociologia urbana. Rio de Janeiro, Companhia Ed. Florense, 1972.